

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Preexistências Geográficas de Brasília: a Paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como *locus* referência de memória, identidade e sustentabilidade**

**Tony Marcelo Gomes de Oliveira**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia na linha de pesquisa Análise de Sistemas Naturais.

Orientador: Prof. Doutor Valdir Adilson Steinke

Brasília-DF: 16 de novembro de 2020

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Preexistências Geográficas de Brasília: a Paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como *locus* referência de memória, identidade e sustentabilidade**

**Tony Marcelo Gomes de Oliveira**

Orientador:

Professor Dr. Valdir Adilson Steinke

Tese de Doutorado

Brasília-DF: 16 de novembro de 2020

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Preexistências Geográficas de Brasília: a Paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como *locus* referência de memória, identidade e sustentabilidade**

**Tony Marcelo Gomes de Oliveira**

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, na linha 'Análise de Sistemas Naturais'.

Aprovado por:

---

Professor Orientador Dr. Valdir Adilson Steinke

Departamento de Geografia – UnB

---

Professora Dra. Maria Geralda de Almeida

Instituto de Estudos Socioambientais – UFG

---

Professor Dr. Alfonso García de La Vega

Departamento de Didácticas Específicas - Universidade Autónoma de Madri / Espanha

---

Professor Dr. António Avelino Batista Vieira

Departamento de Geografia – Universidade do Minho – Guimarães/Braga - Portugal

Brasília-DF, 16 de Novembro de 2020.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)

(Henrique Araújo - Bibliotecário Documentalista - CRB1 Nº 3233)

OLIVEIRA, TONY MARCELO GOMES DE

Preexistências Geográficas de Brasília: a Paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como *locus* referência de memória, identidade e sustentabilidade, 209 p., (Universidade de Brasília - Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Doutor, Análise de Sistemas Naturais, 2020).

1. Geopatrimônio. 2. Geohistória - Brasília. 3. Bacia Hidrográfica – Lago Paranoá.
4. Preexistências. I. Oliveira, Tony Marcelo Gomes de. II. Steinke, Valdir Adilson. III. Universidade de Brasília - Departamento de Geografia. IV. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Tese de Doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Tony Marcelo Gomes de Oliveira

## **DEDICATÓRIA**

**Para Murilo, Thiago, Théo**

**&**

**Tatinha (in memoriam)**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Geni e Oldack, gratidão eterna.

À meu orientador, Professor Dr. e amigo, Valdir Adilson Steinke, pelo amparo e dedicação.

Ao Professor Dr. António Vieira, da Universidade do Minho de Guimarães/Portugal.

À Professora Dra. Marília Luísa Peluso, UnB.

Ao Professor Dr. Neio Lúcio Campos, Diretor do CET / UnB.

Ao Professor Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, UFBA.

Ao Professor Dr. Carlos Valter Porto Gonçalves por ser exemplo intelectual sobre as potencialidades da Geografia, enquanto Ciência do Espaço e da Totalidade.

À Professora Dra. Marta Bustos Romero – FAU / UnB.

Aos Professores da Banca que aceitaram ao desafio da pesquisa proposta.

A Universidade de Brasília, especialmente aos Professores do Departamento de Geografia.

À Universidade de Lisboa, Universidade do Minho – Guimarães/Braga (Portugal), Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Meu muito obrigado.

## EPÍGRAFE

E o esplendor dos mapas,  
caminho abstrato para a imaginação concreta,  
letras e riscos irregulares abrindo para a maravilha  
(Ó enigma visível do tempo, o nada vivo em que estamos)

**Fernando Pessoa**

O Coração do Lago

Pouca gente percebe o lago Paranoá  
Passa por ele como passa um patrão pelo empregado  
Ele ali, na sua lida costumeira de umedecer o ar  
Pouca gente ouve o lago Paranoá  
Mas seu rumorejo tem som mesclado  
Entre Goiás e outro qualquer Lugar  
Uns poucos pescadores admiram as poucas garças  
Que se admiram da pouca educação desta tanta gente que não os vê  
E lá dentro do lago um imenso coração de água  
Pulsa uma lembrança doce de água  
De um pequeno olho de água  
Onde tudo começou

**Vicente Sá**

Perto de muita água, tudo é feliz!

**João Guimarães Rosa**

## RESUMO

Essa tese define-se na dimensão das abordagens geográficas referentes às preexistências das práticas de planejamento urbano, compondo o referencial geohistórico da formação da cidade capital, Brasília. Tem como objetivo, apresentar a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) como Geopatrimônio fundante da cidade, por ser ela a proeminência geográfica da paisagem original com características geossistêmicas exemplares, colaborativas para a evolução e prática do pensamento urbano moderno da capital do Brasil. Para elucidar o objetivo da tese, partiu-se da pergunta norteadora, o fato da BHLP ser a paisagem original e receptora ideal do planejamento urbano moderno de Brasília, é possível reconhecê-la como Geopatrimônio fundante da cidade, contribuindo para a formação identitária e cultural da capital? A tese fundamenta-se em quatro artigos científicos dimensionando abordagens geográficas em profundo diálogo entre tempo e espaço, buscando justificar o recorte enquanto expressão da geografia local e nacional. Dessa forma, uma hipótese se apresenta partindo da compreensão de que a BHLP é o substrato espacial original, reconhecido e explorado ainda no tempo colonial, século XVIII, e componente sólido do contexto geohistórico explicativo da capital federal. Conclui-se assim que, é legítimo e necessário lançar luz e reconhecer a BHLP, enquanto Geopatrimônio fundante da cidade de Brasília, por ser o componente natural ideal e generoso, elegendo confiabilidade a execução do projeto e identidade as formas da cidade, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990. Foram necessárias enquanto referências metodológicas, adotar sistemática revisão bibliográfica, fazer o comparativo de mapas e fotografias em abordagem geohistórica, análise em campo da paisagem objeto, o Plano Piloto de Brasília - DF e a análise em campo teórico e científico em instituições de Portugal, a saber: o Arquivo Histórico Ultramarino, a Torre do Tombo, a Universidade de Lisboa, a Biblioteca de Lisboa e a Universidade do Minho em Guimarães e Braga.

**Palavras-chave:** Geopatrimônio. Geohistória. Brasília. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Preexistências.

## ABSTRACT

This thesis is defined in the dimension of the geographical approaches referring to the pre-existence of urban planning practices, composing the geohistorical reference of the formation of the capital city, Brasília. It aims to present the Lago Paranoá Hydrographic Basin (BHLP) as the city's founding geopatrimony, as it is the geographical prominence of the original landscape with exemplary geosystemic characteristics, collaborative for the evolution and practice of modern urban thought in the capital of Brazil. To elucidate the objective of the thesis, the guiding question was based on the fact that the BHLP is the original landscape and the ideal recipient of modern urban planning in Brasília, it is possible to recognize it as the city's founding Geopatrimony, contributing to the identity and cultural formation from the capital? The thesis is based on four scientific articles dimensioning geographical approaches in deep dialogue between time and space, seeking to justify the cut as an expression of local and national geography. Thus, a hypothesis is presented based on the understanding that the BHLP is the original spatial substratum, recognized and explored in colonial times, 18th century, and a solid component of the explanatory geohistorical context of the federal capital. It follows that it is legitimate and necessary to shed light and recognize the BHLP, as the founding Geopatrimony of the city of Brasilia, as it is the ideal and generous natural component, choosing the execution of the project and identity to the forms of the city, listed as Heritage. Cultural of Humanity in 1990. It was necessary as methodological references, to adopt a systematic bibliographic review, to compare maps and photographs in a geohistorical approach, field analysis of the object landscape, the Plano Piloto de Brasília - DF and the analysis in theoretical and scientific fields in institutions in Portugal, namely: the Overseas Historical Archive, the Torre do Tombo, the University of Lisbon, the Lisbon Library and the University of Minho in Guimarães and Braga.

**Keyword:** Geopatrimony. Geohistory. Brasilia. Hydrographic Basin of Lake Paranoá. Preexistences.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Fluxograma dos procedimentos metodológicos.....	<b>18</b>
<b>Figura 02</b>	O mapa oficialmente reconhecido como o pioneiro da cartografia na região, Mapa dos Goyases, Tosi Colombina, de 1751.....	40
<b>Figura 03</b>	‘O Primeiro e mais ajustado’ Mapa dos Goyases, de 1749 – 1750, atribuído ao português, Ângelo dos Santos Cardoso.....	41
<b>Figura 04</b>	‘O Primeiro e mais ajustado’, de 1749 – 1750, atribuído ao português Ângelo dos Santos Cardoso, já com a indicação do sítio do futuro DF do Brasil.....	42
<b>Figura 05</b>	Infográfico Geohistórico do Espaço Sede: BHLP Paisagem Original de Brasília - Distrito Federal.....	44
<b>Figura 06</b>	Mapa da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.....	54
<b>Figura 07</b>	Localização da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá no DF.....	55
<b>Figura 08</b>	Mapa Hipsométrico da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.....	62
<b>Figura 09</b>	Mapa Vegetação da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.....	63
<b>Figura 10</b>	Mapas Temáticos de Uso e Ocupação da Paisagem da BHLP em Tempos Distintos: 1953 a 2019.....	<b>65</b>
<b>Figura 11</b>	Região Hídrica da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá – Tributários Diretos.....	<b>74</b>
<b>Figura 12</b>	Sequência dos procedimentos metodológicos em fluxograma.....	88
<b>Figura 13</b>	Localização Geoespacial do Distrito Federal no Território do Brasil Central.....	90
<b>Figura 14</b>	Localização Geoespacial da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá no Território do Distrito Federal.....	90
<b>Figura 15</b>	Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno.....	93
<b>Figura 16</b>	Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno.....	<b>94</b>
<b>Figura 17</b>	Hipsometria do Distrito Federal, destaque para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, com seus divisores de águas delimitados pelo ‘Domo de Brasília’.....	96
<b>Figura 18</b>	Padrões de Relevo para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.....	<b>97</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Área Metropolitana de Brasília
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BHLP	Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá
CET	Centro de Excelência em Turismo
CODEPLAN	Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
R A	Região Administrativa
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>x</b>
	<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>xi</b>
	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
	<b>BASE CONCEITUAL.....</b>	<b>19</b>
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 01 - A CARTOGRAFIA PORTUGUESA COMO ELEMENTO FUNDANTE DE BRASÍLIA: A MEMÓRIA DA PESQUISA RESSIGNIFICANDO O DISCURSO DO ESPAÇO PREEXISTENTE DA CAPITAL.....</b>	<b>24</b>
1.1	INTRODUÇÃO.....	25
1.2	MEMORIAL DA CIDADE: PREEEXISTÊNCIAS HISTÓRICAS E ESTÓRICAS DE BRASÍLIA.....	28
1.3	FATORES E RAZÕES PARA A POSSIBILIDADE ESTRATÉGICA DO PENSAMENTO EM TRANSFERIR A CAPITAL DO BRASIL PARA O INTERIOR DA NAÇÃO, PELO MARQUÊS DE POMBAL.....	45
1.4	A GUIA DE CONCLUSÃO.....	48
1.5	REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
1.6	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	51
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 02 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO A ‘ALMA DO LUGAR’ DE BRASÍLIA: LÓCUS REFERÊNCIA DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA.....</b>	<b>52</b>
2.1	INTRODUÇÃO.....	53
2.2	A LEITURA DA BACIA E A DOMA DAS ÁGUAS DE BRASÍLIA: A MISSÃO DE GLAZIOU.....	60
2.3	À GUIA DA CONCLUSÃO.....	66
2.4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 03 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA (LOCAL) PARA BRASÍLIA.....</b>	<b>68</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	69

3.2	O OBJETO, O PROBLEMA E O MÉTODO.....	71
3.3	BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL.....	73
3.4	REGIÃO HÍDRICA OU UNIDADES HIDROGRÁFICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ.....	74
3.5	REGIÃO HÍDRICA - UNIDADE DO BANANAL.....	74
3.6	REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE DO GAMA.....	75
3.7	REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE DO LAGO PARANOÁ.....	75
3.8	REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE DO TORTO/SANTA MARIA.....	75
3.9	REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE DO RIACHO FUNDO.....	76
3.10	COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ - MACROUNIDADES.....	77
3.11	REGIÃO DE CHAPADAS.....	77
3.12	ÁREA DE DISSECAÇÃO INTERMEDIÁRIA.....	78
3.13	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DA PAISAGEM.....	79
3.14	IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOB A GUIA DE CONCLUSÃO.....	81
3.15	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 04 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO GEOPATRIMÔNIO FUNDANTE DE BRASÍLIA: UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA.....</b>	<b>84</b>
4.1	INTRODUÇÃO.....	84
4.2	GEOPATRIMÔNIO.....	86
4.3	MATERIAIS E MÉTODO.....	87
4.4	A LEITURA DA BACIA PELA MISSÃO CRULS E A PROPOSTA DO LAGO PARA A CAPITAL.....	92
4.5	BACIAS HIDROGRÁFICAS E TRIBUTÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL.....	94
4.6	PADRÕES DE RELEVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ.....	96
4.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
4.8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
4.9	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	101

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>115</b>
ANEXO A - Artigo 01 - A cartografia portuguesa como elemento fundante de Brasília: a memória da pesquisa ressignificando o discurso do espaço preexistente da capital.....	115
ANEXO B - Artigo 02 - A bacia hidrográfica do lago Paranoá como a ‘alma do lugar’ de Brasília: locus referência de memória, identidade e sustentabilidade geográfica.....	147
ANEXO C - Artigo 03 - A bacia hidrográfica do lago Paranoá como unidade de paisagem referência: uma categoria de análise geográfica (local) para Brasília.....	164
ANEXO D - Artigo 04 - A bacia hidrográfica do lago Paranoá como geopatrimônio fundante de Brasília: unidade de paisagem referência de cultura e sustentabilidade geográfica.....	181
ANEXO E - Leitura Paleográfica do Mapa de Tosi Colombina de 1751 – Figura 02 .....	202
ANEXO F - Leitura Paleográfica dos Mapas de Ângelo dos Santos Cardoso – Figuras 03 e 04.....	207

## INTRODUÇÃO

O tema e o objeto desta tese definem-se no âmbito da dimensão das abordagens geográficas, em meio às práticas de planejamento urbano da cidade de Brasília. Tem-se como recorte o ambiente original da cidade e suas potencialidades geossistêmicas em consonância com a dimensão geohistórica de criação da cidade como componente de diálogo.

O conhecimento geográfico e o amparo da paisagem original foram subsídios para o processo de planejamento do território, contribuindo diretamente para o pensar e a formação da cidade capital do Brasil, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960.

Busca-se realizar estudo sistemático da cidade, sobretudo da paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), percebida como original, fundante e definidora para acolher a capital moderna, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A tese fundamenta o seu referencial teórico disposto em quatro artigos científicos, que se organizam em diálogos interdisciplinares como método de busca e análise, tendo como afirmação de estudo o nosso objeto da tese: a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP). Os artigos são: 1) A Cartografia Portuguesa como Elemento Fundante de Brasília: a memória da pesquisa ressignificando o discurso do espaço preexistente da capital; 2) A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a ‘alma do lugar’ de Brasília: locus referência de memória e identidade e sustentabilidade geográfica; 3) A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como Unidade de Paisagem Referência: uma categoria de análise geográfica (local) para Brasília e 4) A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como Geopatrimônio Fundante de Brasília: unidade de paisagem referência de cultura e sustentabilidade geográfica.

Os artigos acima constituem o referencial teórico da tese, buscando defender o protagonismo e afirmação da Geografia enquanto ciência de competência de análise da totalidade, sendo ela referência na explicação científica sobre o processo de reconhecimento e ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

O reconhecimento e a valorização da pesquisa de campo e da cartografia como ferramentas e instrumentos norteadores de reconhecimento espacial, são fundamentais para os pressupostos da tese. Estão contextualizados e alinhados a geohistória de ocupação da região

central do Brasil, apresentando a importância da principal proeminência geográfica da paisagem original, a BHLP, que generosamente acomodou em seu substrato material a capital modernista, Brasília.

A pesquisa geográfica sobre as preexistências de Brasília proporcionou um legado significativo, contribuindo para a elasticidade do estudo científico local. Nessa perspectiva amplia o olhar para potencialidades ambientais e urbanas, para as estratégias de domínios territoriais e no desenvolvimento de projetos de ocupação, segurança, de transferência e construção da nova capital para o país. Tais fatos revelam à tese a valorosa participação da ciência geográfica através dos cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso, português e, também, do genovês Francesco Tosi Colombina, ambos a mando e cumpridores dos planos estratégicos de ocupação, exploração, dominação e extração das riquezas do Centro-Oeste de Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ainda no período colonial e de total domínio português nas terras brasileiras.

O tema da tese da formação de Brasília é de grande relevância, porém a discussão sobre o assunto se apresenta explorada de forma tímida, tratada ainda com pequena relevância no contexto popular, tanto para a geohistória local, como também em Portugal e no mundo, vista de forma descontextualizada do cotidiano cosmopolita da cidade.

A ação da Universidade de Brasília (UnB) em levantar o debate e amplificar o discurso é fundamental. O intuito é contextualizar a história da cidade, lançando a ciência geográfica ao protagonismo, para melhor compreensão e sentido do processo espacial da cidade, bem como para ressignificar a trajetória geohistórica de fato e de direito da capital federal.

A tese tem por objetivo apresentar a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) como Geopatrimônio fundante da cidade de Brasília, por ser ela a proeminência geográfica da paisagem original de característica geossistêmica exemplar e facilitadora para a evolução do planejamento urbano moderno na formação da capital do Brasil, inaugurada em 1960. E tem, por objetivos específicos:

- analisar o conteúdo científico e memorial referente ao contexto formador da cidade de Brasília, tendo como suporte a participação estratégica de Portugal durante o século XVIII, expondo a cartografia e a pesquisa de campo como ferramentas de suportes confiáveis e motivadoras para ocupação e transformação do espaço central

do território Brasileiro, propondo assim, amplitude científica a geohistória da cidade de Brasília;

- identificar a origem e a evolução dos estudos cartográficos como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento geográfico do Centro-Oeste brasileiro;
- reconhecer a importância da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) como a expressão da Geografia local, por ser ela a paisagem original, matriz definidora e acolhedora para o contexto geohistórico e estratégico na formação da cidade de Brasília;
- caracterizar os agentes geossistêmicos formadores e atuantes na área da BHLP como subsídio para a efetivação da proposta que define a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como uma Unidade de Paisagem referência;
- reconhecer a BHLP como Geopatrimônio local e nacional por apresentar em sua geodiversidade, potenciais ecológicos dinâmicos e fundamentais, em consonância com os fatos sociais e identitários, contribuidores diretos para a formação da cidade de Brasília;
- explicitar a evolução do pensamento de ocupação territorial e urbano locais, ressaltando a legitimidade da paisagem original.

Para subsidiar nossos objetivos, a tese expõe a hipótese norteadora, indicando que a BHLP é o substrato espacial original, reconhecido e explorado ainda no tempo colonial, século XVIII, e componente sólido do contexto geohistórico explicativo de Brasília, por ser o elemento geossistêmico exemplar e fundante da cidade, a capital do Brasil.

Para referendar fatos e fatores pertinentes ao objeto da tese, parte-se da pergunta de pesquisa balizadora: por ser a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá a paisagem original e receptora ideal do planejamento urbano moderno de Brasília, é possível reconhecê-la como Geopatrimônio fundante da cidade, contribuindo para a formação identitária e cultural da capital?

## **METODOLOGIA**

As principais referências metodológicas para uma abordagem crítica das questões foram: revisão bibliográfica, o uso sistemático e comparativo de mapas e fotografias, a análise

em campo da paisagem objeto - DF, a análise em campo teórico e científico em instituições de Portugal, a saber: o Arquivo Histórico Ultramarino, a Torre do Tombo, a Universidade de Lisboa, a Biblioteca de Lisboa e a Universidade do Minho em Guimarães e Braga.

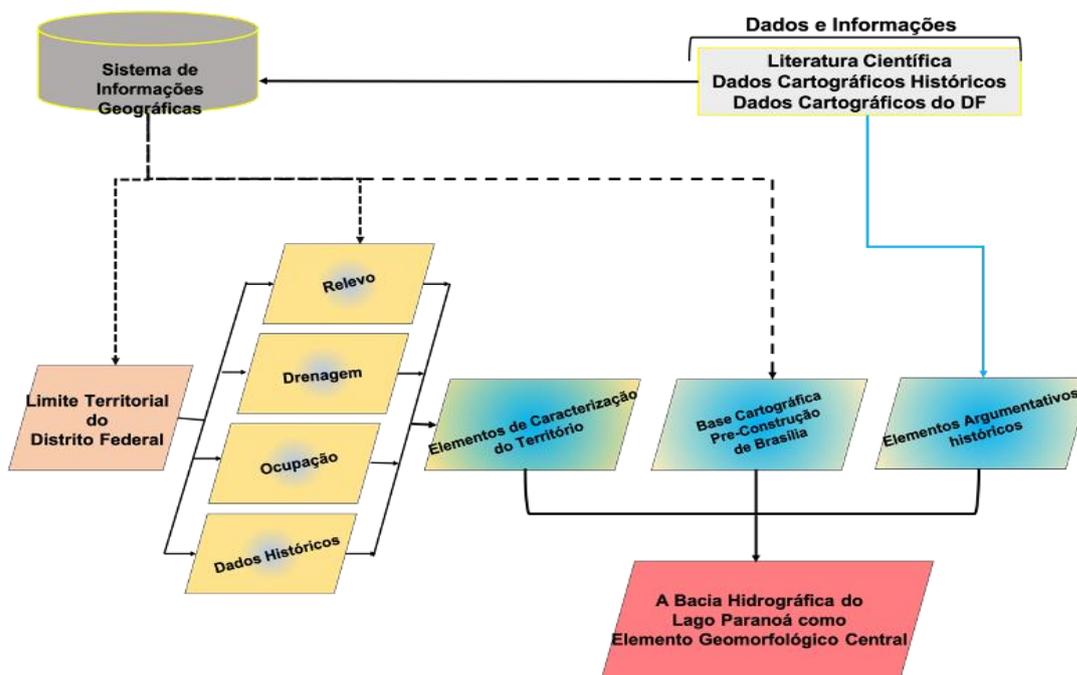


Figura 01 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos -  
Fonte: o Autor

A tese busca sinais que dão forma à imagem como manifestação paisagística. Para atingir os objetivos propostos, foi necessário identificar enfoques teóricos e metodológicos que implicassem numa ótica interdisciplinar, que conjugasse a visão da Geografia de interpretar o espaço para a sociedade em consonância com as demais ciências. Assim, “a busca de novos enfoques foi importante, pois trouxe contribuições para compreender a dinâmica espacial através da subjetividade do homem” (PELUSO, 1998, p. 03).

Para entrelaçar ainda mais processos naturais e processos sociais, seguimos o que Santos considera do espaço geográfico como

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e cada forma encerra uma fração de

conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1994, p. 26).

A cidade animada pela sociedade em movimento é concebida e vista na tese como superfície de leitura. Partimos então, das análises geográficas que o processo de transformação social deixou gravada no tempo materializado, perseguindo uma concepção geohistórica possível.

## **BASE CONCEITUAL**

Utilizamos na tese uma base conceitual de confiança, a fim de legitimar e referendar as hipóteses norteadoras e objetivos propostos, calcados em autores como Bertrand (1971); Christofolletti (1999); Tricart (1977), Guerra (2006); dentre outros.

A busca em interpretar a BHL, naturalmente apontou e direcionou a tese para o campo da Geofísica. Sendo necessário enquanto prática metodológica, buscar acolhimento na visão da Teoria Geossistêmica, considerando que ela corresponde aos fenômenos naturais, representadas nas esferas bio, hidro e lito de forma integrada e indissociável à totalidade espacial, onde engloba fatores sociais que, em conjunto, representam a paisagem modificada pela dinâmica humana, respondendo diretamente aos objetivos propostos.

Para tanto, o estudo geossistêmico exigiu reconhecimento e análise dos componentes da natureza, precisamente através das suas conexões e dinâmicas.

Assumimos na pesquisa, de acordo com Bertrand, que a paisagem é concebida como uma certa porção do espaço, resultante da combinação dinâmica e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável. (BERTRAND, 1971).

Como ciência que interpreta a espacialidade, cuja paisagem é reconhecida como superfície de leitura e investigação, o espaço é compreendido como um sistema ambiental em constante troca com as ações antrópicas e em consonância com as complexidades de cada esfera.

Naturalmente, outros conceitos representantes da carga epistemológica da Geografia foram agregados na pesquisa, a fim de dar sustentação e confiabilidade à linha argumentativa. Dentre eles: ‘Lugar’, ‘Paisagem’, ‘Sustentabilidade’ e ‘Totalidade’, compreendidos como práticas facilmente identificadas ao contexto do nosso objeto de análise, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) de Brasília.

Sobre as transformações das dissertações e teses nos seus formatos de apresentação e a crescente aceitação dos programas de pós-graduação do Brasil e do mundo desse modelo inovador de apresentação na forma de artigos de periódicos, Lilian diz que,

A comunicação científica sofre alterações e evolui assim como a própria ciência. O artigo científico, seu formato e meios de publicação, disseminação e compartilhamento passou por significativas alterações desde o surgimento dos primeiros periódicos científicos no século XVII. A Internet, nos anos 1990, mudou drasticamente o paradigma da comunicação da ciência, evento comparável apenas à invenção da imprensa por Gutenberg em 1440, que possibilitou a disseminação dos artigos e periódicos para outras instancias, além da academia. (NASSI-CALÒ, 2016, online).

A normalização da tese seguiu as recomendações da ‘Norma para a elaboração gráfica das dissertações e teses’ proposta pela Resolução nº 1 do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB de 23 de setembro de 2013 e as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a saber: a NBR 10520 – Citações em Documentos, a NBR 14724 – Trabalhos acadêmicos, a NBR 6023 – Referência, a NBR 6024 – Numeração Progressiva das sessões de um documento, a NBR 6027 – Sumário e a NBR 6028 – Resumos.

Depois de fazer uma breve explanação do formato que adotamos, cabe no momento, explorar de forma resumida as discussões tratadas em cada capítulo que compõe a tese.

No artigo 01, que compõe o capítulo 01 da tese, intitulado ‘*A Cartografia Portuguesa como elemento fundante de Brasília: a memória da pesquisa ressignificando o discurso do espaço preexistente da capital*’, propõe-se a ressignificação memorial referente ao contexto geohistórico formador da ideia e produção da cidade, capital do Brasil, Brasília. O objetivo foi indicar a riqueza temporal que induziu a ideia de transferência da capital brasileira, reconhecendo a origem e evolução dos estudos cartográficos como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste. Também foi

objetivo do estudo interpretar a estratégica participação de Portugal em pesquisar e realizar os pioneiros mapas da Capitania de Goiás, em que ambienta já a paisagem original e sítio sede, de características fundamentais para a construção da cidade capital do Brasil, inaugurada em 1960.

Tal fato nos levou a crer que pode ter sido esse ato político de séculos atrás, que fomentou e inspirou o pensamento de transferir a capital brasileira para o interior, contribuindo para o contexto memorial da criação de Brasília e ampliando seu referencial geohistórico, enquanto totalidade espacial.

No artigo 02, que compõe o capítulo 02 da tese, intitulado '*A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a 'Alma do Lugar' de Brasília: lócus referência de memória, identidade e sustentabilidade geográfica*', foi motivado pela investigação realizada no artigo 01. Nele apresentamos um estudo sistemático da cidade de Brasília, amparado no pioneirismo da Geografia enquanto ciência de introdução ao conhecimento espacial na formação da cidade. O interesse maior de análise e ação foi o recorte da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, percebida como a expressão da geografia local, por ser ela a paisagem original, fundante e definidora para acolher a capital moderna, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990.

As profundas pesquisas de reconhecimento do ambiente desejado em meio a interpretação da paisagem ideal, fizeram jus aos elementos fundantes e condicionantes que acomodaram o projeto urbanístico inovador de Lucio Costa, apresentando no contexto formador da cidade um exemplo significativo de diálogo entre os sistemas no decorrer da construção da capital, visto que a paisagem original, a BHLP, direcionou e limitou os possíveis arroubos do fluxo do planejamento urbano para a criação de Brasília, processo que foi interpretado como exemplo simbólico de introdução a 'sustentabilidade geográfica'.

O artigo teve como objetivo reconhecer a importância do recorte original/natural como fonte de leitura para o contexto geohistórico e estratégico da formação da capital do Brasil. cremos que Brasília inaugura em solo nacional o compromisso com a análise do ambiente com o intuito de evitar nocividades, inspirando um novo ciclo de diálogos entre o ambiente natural e as ações sociais. Esse fato foi aproveitado pelo urbanista criador da cidade, estabelecendo no projeto do Plano Piloto de Brasília um vínculo com o espaço concebido, onde o aberto e o desimpedido compõem a sua morfologia. O que possibilitou a consolidação de memórias de identidade e originalidade para a capital de todos os brasileiros.

No artigo 03, que compõe o capítulo 03 da tese, intitulado ‘*A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como unidade de paisagem referência: uma categoria de análise geográfica (local) para Brasília*’, discorremos sobre a interpretação geohistórica no complexo da criação da cidade de Brasília, buscando compreender e reconhecer os componentes geossistêmicos formadores da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, localizada entre o domínio das zonas de chapadas no Planalto Central brasileiro. Necessário reconhecer a BHLP como uma Unidade de Paisagem, por ser o sítio fundante e ambiente geossistêmico complexo e exemplar na formação urbana da cidade. Tal reconhecimento, possibilitou o recorte que orientou metodologicamente a orientação da análise direta para fins de planejamento e intervenções urbanas modeladoras e mitigadoras em Brasília.

Outro objetivo da investigação foi realizar a caracterização e dinâmica fisiográfica da paisagem objeto. Com o auxílio da pesquisa de campo, elementos da geodiversidade local nutriram a análise dos parâmetros geomorfológicos e hidrodinâmico da paisagem, com o intuito de contribuir para o reconhecimento da BHLP como um espaço definidor e a principal proeminência geográfica da capital do país. Obrigatoriamente esse fato esteve atrelado à memória e a geohistória referentes ao processo de criação da cidade de Brasília.

No artigo 04, que compõe o capítulo 04 da tese, intitulado ‘*A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como geopatrimônio fundante de Brasília: unidade de paisagem referência de cultura e sustentabilidade geográfica*’, localizamos geograficamente a paisagem geográfica da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá de Brasília, atestando que ela está inserida inteiramente na região do Distrito Federal, no domínio de Planalto, sob as zonas de chapadas e abundante hidrografia. Foi a proeminência geográfica da paisagem original que aglutinou todas as condicionantes para acomodar o projeto urbano inovador de Lucio Costa para ser a nova capital do país. Por assim entender, pretendeu-se legitimar no artigo a BHLP como Geopatrimônio local e nacional, por sua relevância ambiental generosa e condicionante para a formação da moderna Brasília.

Este artigo foi claramente o ponto de encontro entre os três anteriores. Nele se revelou alguma essência sobre o tema e a paisagem objeto, que comunicou e deu sustentação para alcançar um novo passo nessa investigação, buscando contemplar o campo da proposta. Além de retomar os resultados das discussões realizadas nos artigos anteriores, nesse estudo avançamos em seu objetivo, propondo o reconhecimento da BHLP como Geopatrimônio.

Assim, apresentamos a BHP como exemplo significativo a ser reconhecido como Geopatrimônio local e nacional, por ser a paisagem original e matriz representante de um complexo geossistêmico exemplar para a formação da cidade de Brasília, inaugurada em 1960 e tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990.

Como nos artigos anteriores, este também exigiu maior amplitude ao contexto geográfico para elucidar a geohistória de Brasília, a fim de dar credibilidade e qualidade científica para melhor compreensão espacial da capital.

Como método, buscou-se a revisão bibliográfica, a revisão sistemática dos artigos, o comparativo de mapas e imagens em tempos distintos, além da imprescindível pesquisa de campo que possibilitou referendar nosso objetivo, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como uma paisagem original e base física de relevância fundante para a formação identitária, urbana e ambiental da capital tombada do Brasil, Brasília.

## **1. CAPÍTULO 01 - A CARTOGRAFIA PORTUGUESA COMO ELEMENTO FUNDANTE DE BRASÍLIA: A MEMÓRIA DA PESQUISA RESSIGNIFICANDO O DISCURSO DO ESPAÇO PREEXISTENTE DA CAPITAL**

**Resumo:** Propomos nesse artigo a ressignificação memorial referente ao contexto histórico formador da ideia e produção da cidade capital do Brasil, Brasília. O objetivo é indicar a riqueza temporal que induziu a ideia de transferência da capital brasileira, deixando o litoral mercantilista em direção ao interior do território, reconhecendo a origem e a evolução dos estudos cartográficos como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro, tendo como justificativas principais a defesa e a ocupação territorial. Também é objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a estratégica participação do Marquês de Pombal, no século XVIII, que possuía uma íntima ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os pioneiros mapas da capitania de Goiás, sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte portuguesa em reconhecer e indicar a transferência da capital do Brasil para o interior do território. Como hipótese norteadora, tal fato nos leva a crer que foi o ato político de séculos atrás, de interesse colonial para a apropriação do Brasil Central, o fomento inspirador do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior, contribuindo para o contexto científico e memorial da criação de Brasília, ampliando assim, seu referencial geohistórico, enquanto totalidade espacial. É perceptível na interpretação memorial da cidade, a carência científica negligenciada pelo fato de priorizar no seu conteúdo oficial, a exacerbação apologética à políticos em detrimento aos fatos e fenômenos advindos de fluxos desenvolvimentista do velho mundo, via Revolução Industrial e discurso da modernidade como fundamentais para o seu contexto explicativo formador. Buscando elucidar os objetivos, parte-se das seguintes questões de pesquisa: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e a participação de Portugal, através das obras e ações do Marquês de Pombal, como o início inspirador para a história da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? Também, podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico da região central do Brasil, contribuindo futuramente para o planejamento e formação de Brasília? A construção de fatores exigiu o amparo metodológico baseado em sistemática busca bibliográfica e no trabalho de campo realizado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na Torre do Tombo e na Biblioteca de Lisboa e na intensa análise cartográfica, sobrepondo tempos em diálogos geográfico e interdisciplinar. Assim, o artigo no seu contexto, propõe contribuir com o debate referente a geohistória da cidade de Brasília, ressaltando a elasticidade do campo temporal e espacial que possibilitou a materialização da cidade modernista, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990.

**Palavras-chave:** Cartografia. Geohistória. Portugal. Brasília. Ângelo dos Santos Cardoso. Tosi Colombina.

## 1.1 INTRODUÇÃO

Inaugurada em 1960, Brasília foi concebida para ser uma obra de Arte Modernista a céu aberto. O Plano Piloto é um exemplo fiel da aplicação do urbanismo moderno. O traçado original e a organização da cidade em quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica, por si só, fazem de Brasília uma cidade única, conferindo-lhe relevância na longínqua história do urbanismo. Além de inovador,

Seu urbanismo traduz uma referência ética: o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses individuais, que é representado pela predominância das generosas áreas verdes e livres sobre os espaços privados e edificados. Portanto, as áreas verdes fazem parte do plano urbanístico, têm função ambiental e de lazer e nos ensinam a valorizar o que é público e das futuras gerações. (RAMOS, 2017, p. 225).

Reconhecida em todo o mundo como exercício do modernismo urbano, as inovações de seu conjunto urbanístico e arquitetônico

Foi o primeiro bem contemporâneo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO COMO Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1990, pois até aquele momento somente bens seculares ingressavam na lista. Outra inovação: Brasília é a única cidade do século XX tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. E mais: está protegida por um tombamento de caráter urbanístico, diferente e mais flexível do que o tombamento arquitetônico usual. A área sob proteção abrange 112,25 Km<sup>2</sup>, a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado. (RAMOS, 2017, p. 226)

O contexto formador da cidade de Brasília à inseri como a maior expressão da modernidade e representante matriz da genialidade humana para o planejamento de cidades, permitindo ressignificar e dar suporte a amplitude histórica, associada a totalidade geográfica. Para interligar os fluxos iniciais da cidade às dinâmicas e fluxos internacionais, Holston

recupera Le Corbusier ao demarcar o zoneamento modernista (tipologias de atividades e de forma de construção) a partir da consideração de que o planejamento urbano define-se por meio de quatro funções básicas, premissas do urbanismo modernista - “as chaves para o planejamento urbano estão nas quatro funções: moradia, trabalho, lazer (nas horas livres) e circulação” (Le Corbusier, 1957 [1941]: art.77). A última função “circulação”, estabelece uma comunicação proveitosa entre as outras três. (LE CORBUSIER, 1957, [1941] *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Reconhecidamente, Brasília é um invento singular, original e único, um desafio na apresentação de uma nova proposta de viver. Carrega nela razões que diferenciam a cidade das demais, legitimando seu reconhecimento e tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O urbanista Lucio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer participaram do Movimento Modernista brasileiro e conceberam a cidade com características peculiares e excepcionais, registro de um importante momento histórico da arte mundial. Para referendar a importância da cidade enquanto espaço tombado, a urbanista, filha do criador de Brasília conclui que,

[...] a coisa mais importante de Brasília é o simples fato de ela existir. E digo eu: preservar a concepção original do Plano Piloto não é favor nenhum, é um mínimo de respeito ao testemunho vivo da incrível realização da nação brasileira que Brasília significa. (COSTA, 2017, p. 102).

É salutar perceber que desde a sua concepção e gestação, Brasília resulta de um projeto político marcado, sobretudo, pela intervenção do Estado, que trouxe em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade.

Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da história de seu tempo.

É interessante a percepção referente a contextualização memorial da cidade e sua importância, reconhecida na pesquisa como ‘representante da história de seu tempo’, porém é notória a carência de fatos empíricos complementares e autenticadores a fim de nutrir e dar robustez científica à história oficial dessa importante cidade, capital do Brasil e para todo o mundo, superando personificações e interesses, mitos e subjetividades em seu contexto explicativo temporal.

Buscando explicitar e ampliar fatos e fatores referentes a memória da cidade é proposto nesse artigo lançar luz aos personagens ainda velados e que muitos nos leva a crer, serem eles protagonistas no pensamento de transferência e de formação da cidade capital do Brasil ainda no século XVIII.

Assim, é fundamental para a proposta do artigo trazer à tona a participação na amplitude histórica da cidade, os geógrafos e cartógrafos, o Português Ângelo dos Santos Cardoso e o Italiano, Tosi Colombina, considerados criadores da cartografia do Brasil Central e do Mapa da Capitania de Goiás, sítio que recebeu e assentou a cidade de Brasília. Cita-se, ainda Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, estadista, Primeiro Ministro e reformador de Portugal, que entre 1750-1777, através de suas reformas, visando reconstruir e desenvolver Portugal, intensificou a pesquisa nas terras coloniais com o intuito de tomar possessões e garantir riquezas para a manutenção da coroa.

O Marquês teve como auxílio, para satisfação de seus desejos iluministas, a contribuição de especialistas, pesquisadores de diversas nações do continente. Diante dos estudos e das consequências positivas trazidas pela formação de Brasília, busca-se abrir diálogo entre os pesquisadores positivistas e a criação da cidade, Brasília, levando a crer que suas pretensões e ações podem ter sido contributivas para o avanço da ideia da interiorização do Brasil, rumo ao vasto Centro-Oeste brasileiro, colocando em curso a política estratégica de reconhecer e ocupar os espaços de interesse colonial.

Dessa forma, é objetivo do artigo indicar a riqueza temporal do assunto e propor amplitude histórica a criação da cidade de Brasília. Também se apresenta como objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a estratégica participação do Marquês de Pombal já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás, sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte portuguesa. Reconhecendo assim que, com o auxílio do método geográfico de pesquisa em campo e da evolução dos estudos cartográficos, foi possível acolher elementos científicos basilares e fundamentais para o conhecimento espacial (geográfico) do Centro-Oeste brasileiro e do objeto do artigo, a BHLP de Brasília.

Como hipóteses norteadoras, partimos da premissa de que o ato estratégico político de séculos atrás, conduzido pela coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, com o intuito de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro Oeste brasileiro, foi o fluxo inspirador para a condução do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior. Contribuindo assim, para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico científico, enquanto totalidade espacial.

Também como hipótese, partimos da premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país, foi o elemento geográfico científico responsável por iniciar na região, o conhecimento real e empírico da paisagem. Introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para o reconhecimento e análise local, possibilitando, a muito tempo depois, a implantação da moderna capital, Brasília, interligando todo o país a região central do Brasil, que até então tinha pouquíssima representatividade para a nação.

É perceptível na interpretação da história oficial da cidade, a carência científica, negligenciada pelo fato da exacerbação da personificação de políticos, em detrimento aos fatos e fenômenos contribuidores vindos do Velho Mundo, por via da Revolução Industrial e do discurso da modernidade, também, fundamentais para o contexto formador de Brasília.

Buscando elucidar os objetivos, parte-se das seguintes questões de pesquisa: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e a participação de Portugal, através das obras e ações do Marquês de Pombal, como o início inspirador para a geohistória da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? Podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico da região central do país, contribuindo futuramente, para a transferência da capital do Brasil e formação da cidade de Brasília, proporcionando amplitude científica a geohistória local?

A construção de fatores exigiu o amparo metodológico baseado em sistemática busca bibliográfica, em campo local e em Portugal (matriz colonial), encontrando amparo no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Torre do Tombo e a Biblioteca de Lisboa, espaços onde realizamos intensa análise cartográfica, sobrepondo tempos em diálogos: geográfico e interdisciplinar.

Assim, o artigo em seu contexto, propõe contribuir com o debate referente a história da cidade de Brasília, ressaltando a elasticidade do campo temporal e espacial que possibilitou a materialização da cidade modernista, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1990.

## 1.2 MEMORIAL DA CIDADE: PREEXISTÊNCIAS HISTÓRICAS E ESTÓRICAS DE BRASÍLIA

Como parte crucial do artigo ressalta-se aqui a condição de poder intelectual e científico de Portugal afim de contextualizar e ambientar ações e imbricações da nação portuguesa, juntamente com os ‘personagens’ Ângelo dos Santos Cardoso, Francesco Tosi Colombina e Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O artigo propõe apresentá-los como parte colaborativa para a composição do acervo histórico memorial da criação da cidade de Brasília.

Na interpretação histórica havia, por parte de Portugal, desconforto em relação ao problema cultural de distanciamento da nação comparado a outras metrópoles europeias, “ante o quadro da miséria intelectual, política e econômica resultante da obra purificadora” (SÉRGIO, 1985, p. 30). É usual para o processo explicativo que isto se deve, em boa medida, ao fato de Portugal ser um país pequeno e geograficamente estreme, e ao mesmo tempo um velho Estado-nação cuja identidade e interesses se construíram, em parte, por contraste com a Europa continental.

Porém é salutar lembrar que a tradição religiosa do país ganhou corpo e dimensão cultural, sendo um dos pontos de apoio explicativo para a estagnação científica e técnica do país, ao ponto de ser reconhecida como nação atrasada e conseqüentemente distante das exigências estratégicas advindas das conquistas da Revolução Industrial. Na tentativa de amenizar maiores perdas de riquezas e poder de influência, buscou-se em Portugal, “na verdade, estrangeiros e 'estrangeirados' que procuraram arrancar-nos ao nosso Isolamento. Foi, em Castelo, a dinastia francesa e os seus homens; e foram, entre nós, os 'estrangeirados' de que se serviu a vontade cega de Pombal”. (SÉRGIO, 1985, p. 30)

A intervenção renovadora dos estrangeirados, percebida como ajuda a estagnação científica se fez necessária, já que

Portugal e suas colónias formavam (...) um sistema fechado, em que a metrópole, parasitando, pudera viver no isolamento em relação às idéias que animavam a Europa. A grande maioria da Nação, que estava integrada nesse sistema, detestava esses homens de superior cultura, esses pioneiros de uma idéia nova, a quem apodava de 'estrangeirados'. (...) (A estes se deveu, em suma, tudo o que se fez de bom em Portugal nos reinados de D. José e D. Maria I, e no Brasil no tempo de D. João VI). (SÉRGIO, 1985, p. 121).

Além disso,

A carência já secular de quadros técnicos agravava-se com a Sagrada Inquisição que desmantelou o quanto havia de disponível nas escolas portuguesas, obrigando o reino a se valer de profissionais católicos de preferência de Estados italianos que não fossem filo-espanhóis. Técnicos do reino de Nápoles, como também espanhóis, franceses, holandeses e ingleses protestantes, estavam por isso excluídos. (FONTANA, 2004, p. 14).

A carência de técnicos e de produção científica entre os portugueses, ocasionava incômodo, pois era fato, saber que a metrópole portuguesa era escassa em recursos e dependente de sua principal colônia na América. Porém, pouco se sabia sobre as riquezas e farturas no vasto

e ainda desconhecido território brasileiro, sobretudo nas terras distantes do litoral, no interior do país. Lourenço resgata o período de isolamento português, dizendo ser

relativamente recente, mas inegável, constituindo quase uma fractura da nossa imagem cultural, o sentimento de exílio, de distanciamento e, sobretudo, de autêntico e mórbida complexo de inferioridade em relação a uma outra Europa que, na esteira das descobertas hispânicas, iria reforçar a sua revolução cultural - burguesia empreendedora, reforma religiosa, especialização científica - com a exploração económica sistemática dos nossos espaços extra-europeus. A estagnação ibérica é um facto incontestável, mas só o romantismo e, sobretudo, a segunda revolução industrial lhe conferiram, no plano estritamente cultural, essa conotação deprimente, esse sentimento de desvalia que o Portugal e a Espanha dos séculos XVII e XVIII não viveram em termos de tão dramático ressentimento e hiperbólico fascínio. (LOURENÇO, 1988, p. 26).

O sentimento e o silêncio de desvalia que assolava Portugal foi despertado com o fim do reinado de D. João V, iniciando a regência do sucessor José I e de seu Secretário de Estado, passando ao posto de Primeiro Ministro, em 1750. Sebastião José de Carvalho e Melo foi condecorado alguns anos depois, como o Marquês de Pombal.

Pombal foi o reformador de Lisboa, estadista de ideias progressistas, controverso, porém bastante atento as novas exigências no campo do conhecimento e responsável direto em indicar melhor rumo para o país em meio a ascensão europeia.

É verdade também que Portugal já recrutava especialistas do continente europeu, antes mesmo da chegada a América. Em 1317,

o soberano português, Dom Diniz, recorreu ao almirante genovês Emanuele Pessagno e a outros oficiais da frota da República Soberba para criar a Marinha do Estado do Reino de Portugal. Em 1500, é Dom Manuel I que solicita a banqueiros e empresários privados das Repúblicas de Florença e de Gênova o co-financiamento da expedição de Pedro Álvares Cabral e das sucessivas missões navais no hemisfério Sul do Novo Mundo, comandadas, em 1501-1502 e em 1503-1504, pelo florentino Américo Vespúcio. Nos séculos XV e XVI a Cartografia obteve expressivos avanços em decorrência da necessidade de registrar informações preciosas para os navegadores, e também assinalar em mapas as novas terras que iam sendo descobertas. Dessa forma o Brasil foi beneficiado, muito antes da sua descoberta, com a utilização de mapas produzidos em suas diversas fases, contribuindo para formar um rico acervo integrante da Cartografia Histórica do Brasil. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 02).

Nota-se que a política de conquista de territórios e o desenvolvimento da cartografia aconteceram quase que concomitante. Do ponto de vista historiogeográfico são complementares e interdependentes e têm como ponto de origem os ditames do período moderno.

É possível afirmar que a prática portuguesa em atrair estrangeiros capacitados para missões de reconhecer a geografia e as riquezas das suas colônias, conseqüentemente estimulou para que Portugal encetasse os trabalhos necessários para contar com uma cartografia mais acurada e confiável. Seguindo a lógica de absorção de cooperadores estrangeiros desde o século XVI,

D. João V, Rei do império português, através de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Conde de Oeiras (06/06/1759) e Marquês de Pombal (18/09/1770), valeu-se mais uma vez dos italianos, na forma de cientistas, matemáticos, astrônomos, geógrafos, médicos e engenheiros para levantar pontos com longitude para a confecção de melhores mapas. Foi por esse motivo que vieram ao Brasil os chamados padres matemáticos, de diversas nacionalidades, com predomínio de italianos [...], mas também portugueses. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 02).

Durante o comando regente do Marquês de Pombal foram produzidos muitos estudos e mapas da principal colônia portuguesa, o Brasil, com novo padrão de qualidade e complexidade. Entre os cientistas e especialistas contratados pelo então secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, sob orientação do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, Tosi Colombina foi enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como oficial engenheiro militar, geógrafo, cartógrafo e projetista de estradas. É bastante provável que a indicação do genovês Tosi Combina,

tenha sido feita pelo matemático e engenheiro de Módena, Domenico Vandelli, e, com maior probabilidade, pelo geógrafo Michelangelo Blasco, para colaborar com a Corte de Lisboa na execução imediata de projetos pioneiros que abririam as portas para as grandes fronteiras ainda inexploradas no interior do Brasil colonial. (FONTANA, 2004, p. 18).

Para contextualizar o fato, Maggiorotti afirma que:

Para reforçar a equipe de engenheiro chefiada no Brasil por Michelangelo Blasco, foram mandados outros técnicos, dos quais se têm apenas breves informações: sabe-se assim que, entre esses técnicos, estava Francesco Tosi Colombina, que, por volta da metade do século XVIII, entrara a serviço de Portugal [...] Dele se conserva um mapa (três folhas de 0,507 por 0,717) sob o título de “Mappa do Brazil desde S. Paulo até à embocadura do Rio da Prata”, dedicado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real. O papel manuscrito em branco e preto parece ter sido datado de Funchal, em 09 de dezembro de 1756. (MAGGIAROTTI, 1939, *apud* FONTANA, 2004, p. 16)

É interessante ressaltar que no exercício de comparação de datas, algumas confusões podem surgir e muito possivelmente diferenças entre anos, porém tratados com a margem segura de 01 a 05 anos de diferença nas datas fatais ao objeto do artigo. Na análise do seu manuscrito de 1753 entregue a coroa portuguesa, o Cartógrafo Tosi Colombina “afirma que

estava no Brasil havia dez anos, portanto desde 1743. Nesse período, promoveu expedições militares que levaram sucessivamente à descoberta de ouro e diamante em Pedras Brancas e na aldeia de Tibagi, no Paraná”. (FONTANA, 2004, p. 18).

Com efeito, Francesco Tosi Colombina é um personagem presente na história da cartografia brasileira, por ter sido atribuído a ele grandes descobertas e interpretações geofísicas e sociais do território, explorando e registrando em mapas as primeiras impressões da região Centro-Oeste do Brasil. É dado a ele o postulado de primeiro realizador do mapa da Capitania de Goiás; é importante observar que este foi o sítio que deu condições para que a cidade capital do Brasil, Brasília, pudesse ser pensada, planejada e construída, a mais de 200 anos após haver o primeiro levantamento geográfico e cartográfico da região central do país, propondo e sugerindo que a história da cidade seja ampliada em interpretação científica e nutrida pelo traço memorial as vezes ainda velado.

É possível crer que o cartógrafo genovês, já na época, tinha consciência de sua contribuição para a política e estratégia que seu mapa representava, pois ele,

dá uma primeira visão física e uma efetiva interpretação das dimensões territoriais do Brasil colonial na metade do século XVIII [...] Sua obra, portanto, traduz-se numa moderna descrição geofísica, geoeconômica e geoadministrativa do Brasil da época, tendo como fulcro o sítio topográfico que corresponde hoje à região de Brasília e do Distrito federal. (FONTANA, 2004, p. 22-23).

Ao retomar a história inicial sobre os reais interesses da coroa portuguesa e da criação do primeiro mapa da Capitania de Goiás, com o intuito de conhecer, ocupar e dominar as riquezas das paisagens brasileiras, além de oferecer,

ao governo colonial um sistema de transporte terrestre de minérios e pedras preciosas, a ser integrado ao sistema de transporte fluvial, permitindo assim o fluxo das riquezas minerais do interior do Brasil para portos no Atlântico. [...] Convém, todavia, considerar que não interessava ao Governo colonial facilitar meios de transporte, tendo em vista o contrabando de ouro e diamante já então praticado em larga escala naquelas vastas regiões. (FONTANA, 2004, p. 23).

No decorrer do assunto é notória a contribuição do avanço cartográfico no Brasil e para a metrópole portuguesa, motivada pela participação estrangeira de Tosi Colombina. Interpreta-se na análise que, Portugal em muito se beneficiou com a política iluminista do Marquês, buscando conhecer, de fato, o território colonial a ser consumido e melhor cuidado. Além de cumprir a meta de reformular e reconstruir a capital Lisboa, assegurando para todo reino, o controle das riquezas e das decisões do Brasil, “atendendo às exigências de organização

e de estabilização da economia da exploração minerária e da colonização sistemática dos novos territórios do Brasil, conforme diretrizes da Reforma Pombalina”. (FONTANA, 2004, p. 23).

Nesse sentido, vale lembrar que é proposta do artigo referendar fatos memoriais interligados ao processo de formação urbana no Brasil Central através do pensamento estratégico em transferir e construir a capital do Brasil, inserida no estado de Goiás, por sugestivas possibilidades e interesses.

O incômodo motivador da pesquisa já indica a pretensão em propor análises mais aprofundadas sobre a ideia de transferência e criação de uma nova capital no Brasil, que se amparam nas questões iniciais propostas por esse artigo: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e participação de Portugal, através das obras e ações do Marquês de Pombal como o início inspirador para a história da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? E também, se podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico da região central do país, contribuindo assim, para a transferência e formação de Brasília, quase um século e meio depois?

Como hipótese destaco o estratégico ato conduzido pelo Marquês de Pombal em fomentar a pesquisa de campo e a confecção de mapa no espaço central do Brasil, como ato político de séculos atrás, pioneiro em fundamentar estudos científicos na região central do Brasil, visto na pesquisa como fluxo geográfico científico inspirador do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior brasileiro, contribuindo para o contexto memorial e geohistórico da criação da cidade de Brasília, ampliando assim, seu referencial histórico enquanto totalidade espacial dinâmica.

Também, se confirma como verdade para o artigo que a cartografia foi o elemento e ferramenta geo científica responsável por iniciar na região central do Brasil o conhecimento real e empírico da paisagem, introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para a ciência geográfica e para o reconhecimento e análise local, possibilitando, a muito tempo depois, a implantação da moderna capital Brasília, hoje tombada como patrimônio mundial da humanidade, justamente por sua complexidade moderna.

O pioneirismo e a sustentação da ideia de transferência da capital colonial para o interior do Brasil são ainda fatos abertos na história de Brasília e do Brasil, dando a cidade uma

vaga impressão memorial e científica, ainda amarrada em subjetividades e mitos políticos. Parecendo ser somente fruto da idealização política local e ainda, completamente desassociada ao contexto geográfico internacional no acúmulo do tempo.

Para corroborar o anseio da pesquisa, sintetizando a missão atribuída a Tosi Colombina no Brasil é fundamental reconhecer, respondendo nossa hipótese, que talvez seja esse o ponto histórico matriz, que lança a origem da ideia de transferência e construção da capital da colônia no interior do Brasil, pois “conceitualmente, a primeira ideia profética, o apoio técnico e a sugestão ao Reino português da necessidade de interiorizar a capital do Brasil colonial, deslocando-a do Rio de Janeiro para o interior da grande colônia americana”. (FONTANA, 2004, p. 36).

É fundamental ressaltar que o nascimento da cartografia explicitando as características da região, além de servir como ferramenta de auxílio para o desejo de domínio do colonizador, permitiu claramente, planejamentos e ocupações confiáveis, evitando maiores despesas e prejuízos para Portugal. Também serviu como mola propulsora para a saída da inércia do desenvolvimento cartográfico local, como o amparo geográfico determinante e fundamental para a ocupação do interior do território brasileiro.

O auxílio cartográfico indicado no mapa de Tosi Colombina, entregue em 06 de abril de 1751 ao governador da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, foi considerado eficiente e detalhista em informes físicos necessários e ideais para o objetivo de ocupação maiores com características urbanas avançadas, visto que

As informações detalhadas e pioneiras, contidas em seu primeiro mapa, proporcionaram a Lisboa a motivação lógica para transferir, do Rio de Janeiro para o interior, a capital da colônia, para lá onde nasciam e nascem os grandes sistemas hídricos brasileiros. Desenhou substancialmente o que se define como o escudo hidrogeológico do Planalto Central Brasileiro, a 1200 metros do nível do mar. (FONTANA, 2004, p. 36).

Sofrendo o impacto da busca de signos no tempo, a pesquisa se fortalece como peça arqueológica, colando fragmentos de fatos e fatores históricos contribuidores para responder as nossas questões iniciais e também, servir como ferramenta para pesquisas futuras, a fim de propor e contribuir para elevar o debate sobre a cidade de Brasília, tendo como princípios norteadores a Geografia e a História como ciências complementares.

Para referendar a imbricação do contexto geohistórico/memorial defendido no artigo, considerando a história da cidade de Brasília associada aos avanços da sociedade em tempos diversos, faz-se necessário identificar aqui o sítio urbano que a cidade de Brasília ocupa atualmente. Por representar em localização o recorte exato identificado em mapa, já no século XVIII, em 1751, assinado por Francesco Tosi Colombina.

É interessante perceber que, umas das principais informações geográficas definidoras para impulsionar a transferência e a construção de Brasília foi justamente a satisfatória explicação sobre a fartura do sistema hídrico do lugar. Informação essa já disponibilizada no primeiro mapa oficializado da região detentora do sítio de acento da capital do Brasil, oficializado em uma primeira análise como sendo de Tosi Colombina. Serviu de modelo e guia interpretativo geográfico da região de Goiás para outras expedições de especialistas que seguiram, ao longo do tempo, com o objetivo em transferência da capital para o interior do país.

Vale ressaltar que mesmo 143 anos após o primeiro mapa da Capitania de Goiás ser entregue ao governador da região, seguindo ordens e orientação da coroa portuguesa, foi ele o ponto científico inspirador e norteador para novos estudos na área pretendida. Em 1894 um dos participantes, o especialista, médico da Expedição Cruls, apresentou relatório indicando a localização da área para a construção de Brasília, relatando a importância e a disposição que Tosi Colombina desempenhou sua missão para Portugal e para o Brasil. Para ele, Tosi

Era considerado como homem de ideias revolucionárias e brilhantes, por haver concebido aquela estrada carroçável, ou seja, para veículos de rodas, que ligaria Santos a Cuiabá, portanto, da costa atlântica brasileira ao Mato Grosso, onde novas trilhas estavam sendo abertas pelos bandeirantes, ou seja, bandos de aventureiros armados que agiam como exploradores e conquistadores privados contra índios e jesuítas em áreas desconhecidas, contestadas ou claramente pertencentes ao domínio espanhol. (FONTANA, 2004, p. 26).

Na análise dos fatos, apesar de tardio, é justíssimo reconhecer e apropriar da importante contribuição dos estudos cartográficos na Capitania de Goiás para a evolução urbana em direção ao interior do território brasileiro, reconhecendo na figura do genovês Tosi Colombina um personagem determinante para a geografia do Brasil e de Portugal. E assim, conseqüentemente, como estudioso e pesquisador de enorme importância e envergadura para o contexto memorial e geohistórico da cidade de Brasília.

Porém, com o intuito de nutrir o assunto buscando ampliar o referencial histórico que impulsionou o pensamento de transferência da capital brasileira, é legítimo apresentar a

participação e contribuição do pesquisador, geógrafo e cartógrafo, português, Ângelo dos Santos Cardoso, como um dos expoentes e pioneiro da cartografia do Brasil Central, atendendo também, as ordens estratégicas da coroa portuguesa, sendo ele um importante secretário da capitania goiana e auxiliar direto do governador Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, além de influente agente fidedigno do Rei e do Marques de Pombal.

Sobre a indicação e posse de Sebastião José de Carvalho e Melo, o influente secretário e compatriota, parabeniza em carta do século XVIII, em pleno interior do sertão brasileiro.

vou por Letra aos pés de Vossa Excelência; ainda que a minha mayor furtu-na, e honra seria fazelo pessoalmente, estribado sempre porem naquele/profundo respeito, e acatamento, que á de tempo taõ antigo traz a origem, que/objectivamente tive, e devo à Sua Excelentíssima Pessoa; mas sempre com a Sustada, e duvi-/doza rezoluçaõ, de que me seja contada por temeridade esta determinaçaõ; eu/ative quando soube a estimável, agustoza noticia, de dar a Vossa Excelência o parabéns/por carta, da acertadisima eleiçaõ que o nosso soberano fizera de nomear/a Vossa Excelência seo Secretário de Estado, emprego ainda que infeior aos altos mere-/cimentos de que Vossa Excelência se orna, sempre venturozo para a Monarchia, de ter/hum Ministro taõ destinto que a derija. (Arquivo Histórico Ultramarino *apud* VIEIRA JÚNIOR; SCHELEE; BARBO, 2010, p. 1945).

Tem início o ofício que o secretário de governo da capitania de Goiás, o português Ângelo dos Santos Cardoso enviou a Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado (1750), o futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769). O Registro documental, que compõe o acervo referente à Capitania de Goiás, está guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e tratando-se de relatório sobre a região, escrito em 1755.

Cumprindo a missão de informar, dentre outras coisas, o registro documental

menciona os aspectos gerais da ocupação e formação territorial, os problemas existentes, comenta sobre a povoação e a participação eclesiástica. A elaboração de relatório sobre a capitania cabia ao secretário de governo, funcionário nomeado pelo rei, geralmente bacharel, que assessorava diretamente o governador, sendo responsável pelos trâmites burocráticos do governo, ou seja, toda a documentação emitida e recebida pela autoridade administrativa da capitania. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

Com o objetivo de lançar luz a personagens velados e pouco valorizados na memória da ocupação do interior brasileiro, cumpre-se aqui a satisfação científica e histórica, contextualizando, para o Brasil, Portugal e Brasília, a importância e o legado do agente português.

Ângelo dos Santos Cardoso, dirigiu-se provavelmente à região de Goiás entre os anos de 1745 a 1749, cumprindo ordens do Rei José I, acompanhando o governador D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, o primeiro a exercer o cargo na recente capitania independente de São Paulo. Ângelo foi nomeado secretário do governo, integrando a comitiva principal do novo governador. Chegou à capital Vila Boa, hoje Goiás Velho no dia 6 de novembro, onde redigiu o termo de posse em cerimônia realizada dois dias depois.

Assim,

Aos 8 dias do mês de Novembro de 1749, nesta vila Boa de Goiás, nas casas da câmara dela, na presença do senado da câmara da mesma vila e povo dela, sendo aí lida a patente real com que S. M. faz e nomeia governador e capitão-general destas minas ao Ilm.o Exm.o Sr. D. Marcos de Noronha, em virtude de que tomou posse do mesmo governo. De que fiz este termo, em que assinaram o dito Ilm.o Exm.o Sr. governador e capitão-general e oficiais da câmara. – E eu Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo, o escrevi e assinei. – D. Marcos de Noronha. – Ângelo dos Santos Cardoso. – Agostinho Luiz Ribeiro. – Manoel da Silva. – Inácio Barbosa da Silva. – João Ferreira Barros. (ALENCASTRE, 1979, p. 88).

Nota-se que, quando Ângelo dos Santos Cardoso escreveu o relatório em 1755, já se encontrava no sertão goiano há seis anos. E nesse tempo já havia percorrido a capitania de modo a construir suas impressões. O geógrafo português menciona em documento, que

Conheceu um especialista em cartografia, cujo nome não cita, que teria viajado pela capitania e elaborado a primeira representação cartográfica de Goiás, com os arraiais e os caminhos. Ângelo Cardoso atesta ainda que o mapa foi enviado em 12 de maio de 1750 ao diplomata Alexandre de Gusmão, certamente com o objetivo de fornecer informações sobre as ocupações ocidentais da colônia, principalmente àquelas situadas além do Tratado de Tordesilhas. A ampliação do conhecimento geográfico da colônia ajudava a garantir os interesses de Portugal diante da Espanha, principalmente quando se tratou da demarcação dos limites coloniais na América do Sul durante a articulação do Tratado de Madri, assinado em 1750. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

O amparo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa brindou a pesquisa em registro documental, em um hipotético encontro entre dois, dos três personagens, objeto do artigo proposto. Acredita-se ser uma prova de que os pesquisadores foram contemporâneos em seu tempo e muito possivelmente foram parceiros complementares de seus trabalhos individuais. Prosseguindo em seu relatório, Ângelo dos Santos Cardoso menciona a presença na Capitania de Goiás do cartógrafo, engenheiro e geógrafo Francesco Tosi Colombina. Assim, esclarece Bertran que “Colombina era um entre tantos outros italianos que trabalharam para

Portugal com o objetivo de propor mudanças estruturais na colônia, e que, oportunamente, passaram a tentar enriquecer no Brasil”. (BERTRAN, 2000).

A serviço do Conde dos Arcos, Tosi Colombina chegou à Goiás, encarregado de levantar informações sobre a capitania e

a registrar em um mapa, tarefa que realizou e entregou ao governador em 6 de abril de 1751. Portanto, o Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás feito pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, foi elaborado um ano depois do mapa enviado por Ângelo Cardoso (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

Para confirmar o fato, Ângelo dos Santos Cardoso relata que, Colombina, sabendo da existência do mapa da capitania de Goiás, solicita uma cópia a ele. Tal momento pode ser interpretado como o ponto de busca empírica, mostrando ser esse o pico histórico ainda a ser compreendido. Em documento, relata o português Ângelo que,

Na mesma conjuntura que eu cheguey a esta Vila/Em companhia do Senhor General Gomes Freire de Andrada, também veyo hum Italiano/Italiano, por nome Francisco Tosi Columbina, na cometiva do ouvidor/novo Agostinho Luiz Vieira, que Vinha então para esta Comarca; o qual/Columbina dahy a quazi hum anno, foy em companhia do mesmo Ouvidor correr/a Comarca; e levou ordem do Senhor Conde dos Arcos General desta Capitania, para hir ob=/servando as alturas dos Arrayaes, e situações da mesma Comarca; pela/curiozidade que se lhe descubrio, de ser enfarinhado em Geografia; pediu-/me o referido Columbina, a cópia do Mapa, que eu já antecedentemente/tinha na mão, de que havia remetido o original para a Corte a Alexandre/de Gusmão, e dele sevale para formar outro com pouca diferença, excepto em alguma exacção das alturas dos graõs, em que ficavaõ os Arraya/es, e algum rio, ou citio que descobrio de novo; este Mapa que fez o tal/Italiano, seria vezivel a Vossa Excelência; o que talvez não escaparia à Sua penetrante prespicacia, se por acazo o conversou, que Columbina pe-/ca alguma coiza em visionário. (Arquivo Histórico Ultramarino, 2018, p. 02-03)

Vê-se que a Solicitação de Tosi à Ângelo foi prontamente atendida pelo secretário de governo da capitania. Tal ação nos leva a interpretar que o mapa oficial reconhecido de autoria de Tosi, foi realizado através de uma reprodução ou cópia do documento anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão por Ângelo dos Santos Cardoso.

No contexto interpretativo do assunto imagina-se que, o genovês Francesco Tosi Colombina se lançou em viagem de reconhecimento pela Capitania de Goiás, coletando informações de viajantes e sertanistas tendo como base para sua orientação, além de seus conhecimentos pessoais, possivelmente já levara consigo o mapa esboçado por Ângelo dos Santos Cardoso.

O mapa assinado por Tosi Colombina, de 1751 (Figura 02), é considerado e reconhecido pela historiografia como a primeira representação cartográfica do atual estado de Goiás, confrontando fatos históricos legítimos e comprovados, como sugere o relatório atribuído à Ângelo dos Santos Cardoso, encontrado em acervos documentais da Biblioteca Nacional do Ministério das Relações Exteriores e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Assim, nos parece que

o relatório de 1755, elaborado por Ângelo dos Santos Cardoso, sugere a necessidade de um reexame das interpretações produzidas. O documento traz novas possibilidades, pontua novas descobertas e indica novos esclarecimentos. O primeiro questionamento que deve ser feito é: Onde estaria o primeiro esboço cartográfico da capitania de Goiás? E o mapa que Ângelo Cardoso enviou a Alexandre Gusmão? (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).





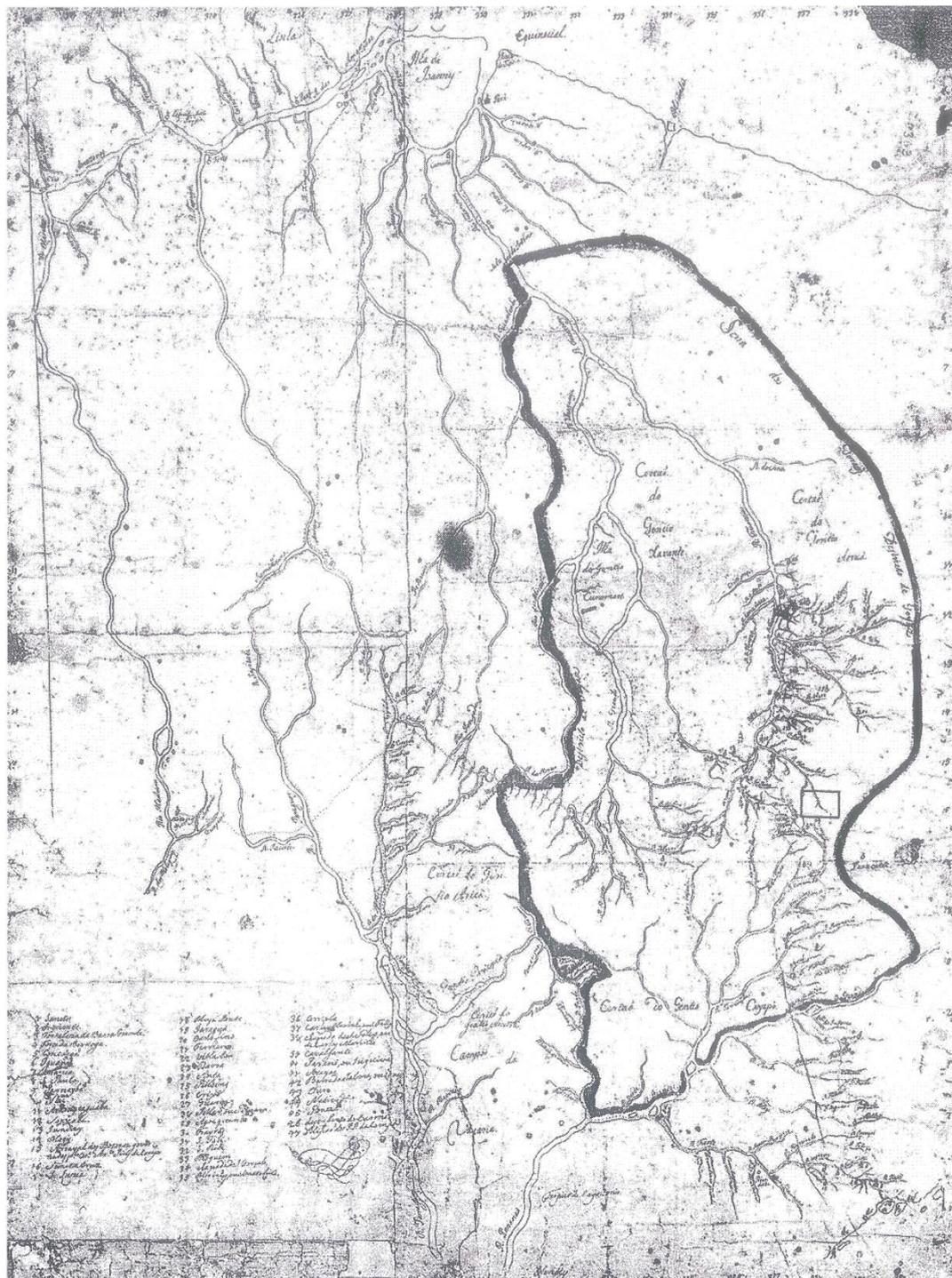


Figura 04 - 'O Primeiro e mais ajustado', de 1749 – 1750, atribuído ao português Ângelo dos Santos Cardoso, já com a indicação do sítio do futuro DF do Brasil.

Fonte: CARDOSO, Ângelo dos Santos. *Mapa da Capitania de Goiás*. “O primeiro e mais ajustado que la apareceo ate aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuicao desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o camo. que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Groso, Rio da Madeira, té o do Amazonas”. 1750. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento)

Compreende-se que era de importância estratégica para Portugal conhecer e dominar as características e riquezas naturais da principal colônia, interessado em descrever as possibilidades da paisagem cartografada, junto a estrutura da ocupação colonial necessária à coroa. Hábito já exercido desde o século XVI, pela prática da sistemática atualização das cartas-padrão, onde os cartógrafos, durante as viagens, registravam os aspectos geográficos gerais, como: hidrografia, caminhos, rotas, portos, ocupações humanas e outros.

Dessa forma, para referendar a importância dos pesquisadores estrangeiros no Brasil, o artigo reconhece que o mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, elaborado pelo geógrafo, italiano, Francesco Tosi Colombina, em 1751, é considerado pela historiogeografia como o pioneiro documento a mostrar os limites de Goiás, impactando diretamente em transformar a região em capitania em 1748. Data que pode indicar a existência de um mapa anterior atribuído oficialmente à Francisco Tosi Colombina. No confronto de ideias e documentos,

Quanto ao fato de ser consagrado por diversos historiadores como o primeiro mapa da Capitania de Goiás, não se pode desconsiderar o ofício do português Ângelo dos Santos Cardoso enviado ao Marquês de Pombal, em 1755, e que contradiz a versão usual. Cardoso informou ter repassado a Tosi Colombina, a pedido, cópia de seu mapa da Capitania de Goiás, cujo original havia anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

O percurso histórico que interliga os personagens, objeto do artigo, responsáveis pelo desenvolvimento cartográfico da região, levanta ainda dúvidas e confirmações referente ao pioneirismo, enquanto realizadores do primeiro ensaio de mapa para a região central do Brasil.

Porém, como esse não é o objetivo do artigo, ressaltamos e percebemos que a contribuição e a importância dos pesquisadores, geógrafo e cartógrafo, Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, vão muito além do simples fato em confirmar quem foi o ‘primeiro’ a cartografar a região, com a clara missão em interpretar e ocupar a paisagem central do território brasileiro. E sim, pelo considerável fato em reconhecê-los como propulsores para o advento da cartografia na região e no país, contribuindo para a leitura e interpretação da geografia local e sobretudo por apresentar e consolidar a cartografia como elemento geográfico fundante e fundamental para o conhecimento, ocupação e exploração das paisagens, fomentada pelo principal método de análise espacial, a pesquisa de campo. Segue assim, indicação do infográfico geohistórico, abaixo:

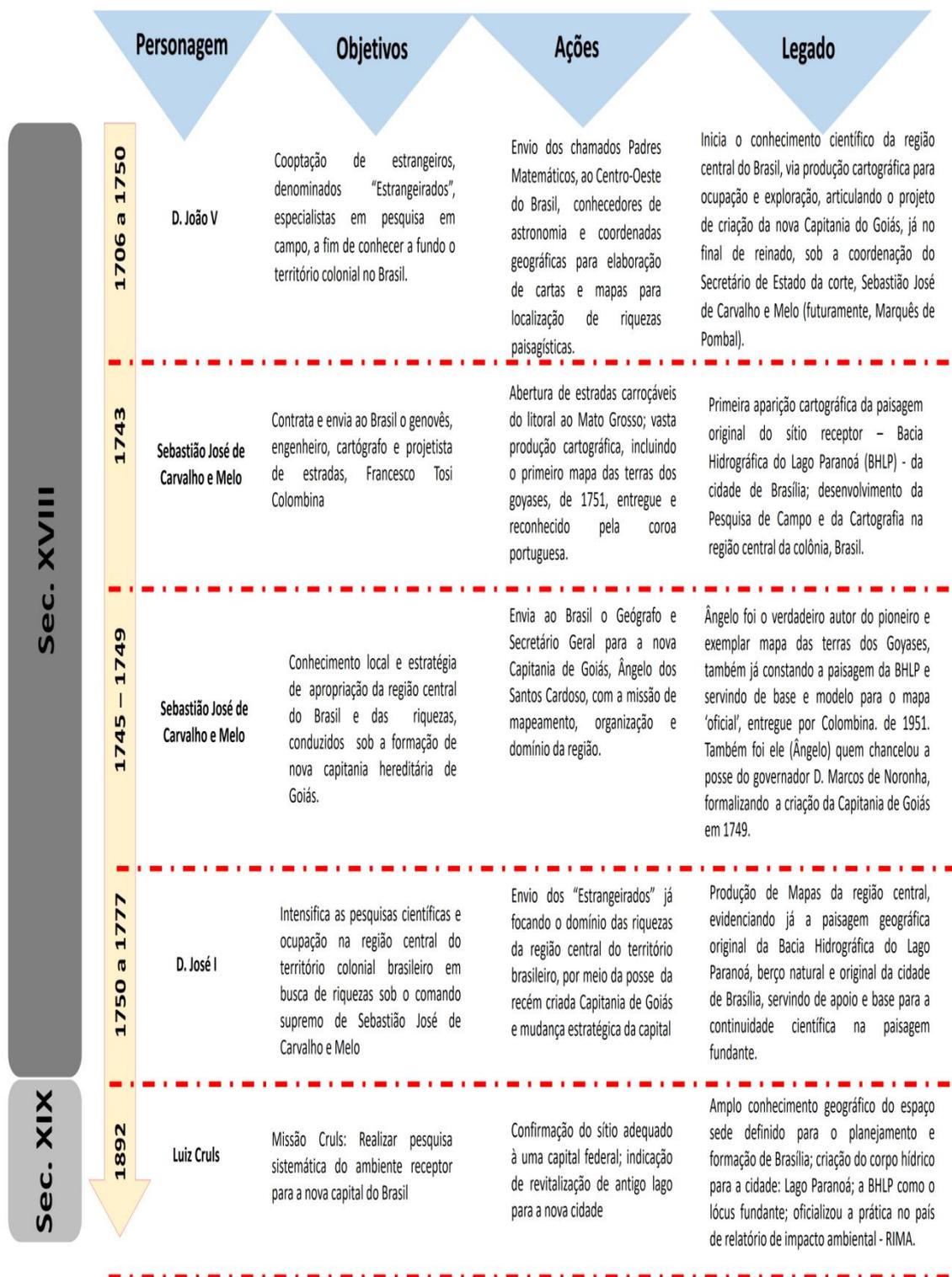


Figura 05 - Infográfico Geohistórico do Espaço Sede: BHLP Paisagem Original de Brasília - Distrito Federal

Fonte: o Autor

### 1.3 FATORES E RAZÕES PARA A POSSIBILIDADE ESTRATÉGICA DO PENSAMENTO EM TRANSFERIR A CAPITAL DO BRASIL PARA O INTERIOR DA NAÇÃO, PELO MARQUÊS DE POMBAL

O Marquês de Pombal transformou-se na maior figura do império português, devido ao seu desempenho na condução da reconstrução de Lisboa, abalada por um terremoto seguido de maremoto, em 1755.

A sua disposição e pronta ação, o credenciou a receber a total confiança do rei D. José I, que o havia nomeado como Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, tendo a complexa missão em reconstruir a capital e reorganizar fluxos de desenvolvimentos à toda a nação.

O trabalho de recuperação da cidade e de reestruturar o império seria uma tarefa árdua, já que o ouro brasileiro minguava, devido ao desleixo e falta de cuidado com as riquezas da principal colônia portuguesa, o Brasil. Na concepção de Pombal, era necessário que a colônia supera-se a casta de nobres e a existência da poderosa ordem religiosa dos jesuítas.

Para Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a destruição da capital portuguesa deu a ele

a oportunidade de transformar Lisboa numa cidade moderna, depois de recusar imediatamente a proposta de abandonar a cidade e fundar uma nova capital, mais a norte. Menos de um ano depois, parte da cidade estava já reconstruída, embora a reconstrução total se prolongasse pelas próximas décadas. A Baixa Pombalina, com as suas linhas de edifícios e ruas em grelhas perfeitamente definidas e planeadas, é ainda hoje a maior marca da baixa lisboeta. Além disso, os novos edifícios construídos foram concebidos para aguentar futuros sismos, tornando-se os primeiros edifícios com construção antissísmica do mundo. (CALANDRELI II, 2015, online).

Pela sua rapidez na reação e total dedicação à causa solicitada pelo Rei D. José I, que sempre o apoiara, mostrando satisfação e espanto com as capacidades do seu ministro, concedeu-lhe novos poderes, transformando-o em algo parecido com o que muitos o definiram, em pouco tempo, como um ditador.

Dentre as inúmeras dificuldades de Portugal, durante o período de reconstrução, se deu no desespero da tentativa do Marques em querer tornar o país em uma nação dedicada às

ciências mecânicas, visando avançar tecnologicamente e assim, direcionar maior aproximação aos vizinhos que já apresentavam superioridade nesse campo. Com efeito,

a política de dar imensos subsídios, ao longo de vinte anos para que emergisse entre a sua gente um parque manufatureiro, sofreu rotundo fracasso. Os lusos, sem demonstrar nenhuma inclinação pelas coisas da técnica - disponível entre os ingleses - estavam condenados à lavoura, à marinhagem ou ao sacerdócio, não ao mundo da ciência e dos grandes empreendimentos fabris. Esta foi a principal razão, de exclusivo motivo cultural, para a ausência lá de uma sociedade voltada às coisas do engenho tecnológico e do moderno consumo, como ocorreu nos anos seguintes no restante da Europa. Portanto, foram de menor monta os possíveis impedimentos do Tratado de Methuen, assinado em 1703, que desestimulava a indústria de panos em Portugal, forçando-os a importá-los da Inglaterra (CALANDRELI II, 2015, online).

Em relação ao Brasil, a administração colonial devia ter sempre como meta a geração de riquezas para a metrópole. Esse princípio não mudou sob a administração do Marquês de Pombal. O regime de monopólio comercial, por exemplo, não só se manteve como recrudesciu. Foi acentuado para se obter maior eficiência para a administração colonial.

Muitas são as razões para que a nação portuguesa olhasse, com preocupação, quanto ao desconhecimento da coroa referente às potencialidades de seus domínios coloniais, pois, tal descuido poderia acenar e representar, para outras potências de exploração colonial, desinteresse, incompetência administrativa e fragilidades diversas aos concorrentes vizinhos. Podendo atrair interesses, notórios combates e conseqüentemente perdas territoriais e de riquezas naturais diversas.

Vale acrescentar que, no período vigente, predominava antagonismos e disputas, especialmente com a Espanha, motivação ainda reflexo da divisão da América colonial, definida pelo Tratado de Tordesilhas, em 1492.

Nesse contexto, a política de ocupação do território em direção as proximidades da linha imaginária de Tordesilhas era fundamental e estratégica para os anseios da corte. Inibir a aproximação da concorrente Espanha era o objetivo e maior preocupação, justificando a busca de conhecer e apropriar-se dos espaços à Oeste do território colonial, a fim de credenciá-los definitivamente como posse de Portugal.

Assim como já apresentava de forma clara a dependência dos recursos produzidos no Brasil, visto como impulsionador para os anseios do desenvolvimento de Portugal. Portanto, conhecer o ambiente natural e suas possibilidades era o desejo de primeira ordem.

É correto afirmar que foi o Marquês de Pombal que intensificou a primeira abertura de Portugal à cultura europeia, recebendo influência tanto do Iluminismo, como da filosofia e letras, quando criou o grupo dos ‘estrangeirados’, ou seja, aqueles que se identificavam e estavam em sintonia com a nova mentalidade em busca de conhecimento, originando a nova ordem moderna no velho continente.

Antecipadamente, os monarcas portugueses perceberam a importância estratégica em buscar pela correta informação da detalhada representação das condições geográficas dos territórios pertencentes aos seus domínios. Já percebiam que a ascensão portuguesa dependeria das riquezas extraídas de terras longínquas, ou seja, buscar “o necessário conhecimento sobre o espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial” (MORAES, 2005, p. 51).

Já por volta de 1417, com o objetivo estratégico de dominação territorial, que “o infante D. Henrique (1394-1460) criou em Sagres, Portugal, e em Lagos, Nigéria, centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e cartográfico”. (MORAES, 2005, p. 51).

A informação exata que se exigia dos exploradores nos centros de coleta de informações, fez com que a ciência cartográfica evoluísse em qualidade, atingindo considerável nível de precisão, inacreditável para época. Fato esse visto de densidade contributiva para alavancar a série de descobrimentos e a decorrente constituição do império português. Da simples descrição dos roteiros costeiros passou-se a produzir documentos espacialmente abrangentes, de leitura e interpretação mais complexas, como as cartas de navegação e também mapas.

No caso do Brasil e particularmente da região central do país, onde se localiza o quadrante ideal e adequado para receber a capital federal, Brasília, os limites e divisas territoriais representados nos mapas, sempre seguiram os preceitos de interesses do Império lusitano na sua principal colônia nas Américas,

nasceram antes da constituição do povo e tornaram-se elementos para fundar um povo. Aqui as fronteiras foram geradoras do povo brasileiro e os mapas foram importantes elementos para referendar esse processo. Dessa forma, a cartografia do território da América portuguesa pode ser considerada a certidão de batismo do povo brasileiro. Como toda certidão de batismo - que vem antes de a criança ter consciência de uma

identidade e história pessoal - aqui o mapa batizou um povo e influenciou seu crescimento, forma identitária e sua territorialidade. (SILVA, 2018, p. 13).

Assim, vale a reflexão de que é possível compreender que no caso específico do interior central do Brasil, a perspectiva da leitura espacial do ambiente, possibilitou a geografização da paisagem através da cartografia nas preexistências de Brasília, mostrando que, do território gerado pelo mapa contribuiu para a formação identitária brasileira no centro regional da nova nação que se consolidava.

Assim sendo, percebe-se no decorrer do tempo, datando desde o século XVIII, que o conhecimento da paisagem local ganhara densidade empírica, com o mapeamento da região, já seguindo o fluxo científico geográfico, contribuindo assim, para novos estudos e a apropriação do espaço nas novas terras do Goiás. De certa modo, a cartografia produzida localmente, de intenção portuguesa, antecipou a ocupação colonial no centro do Brasil, gerando o território da Capitania de Goiás, base natural sede da paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, reconhecida na pesquisa como proeminência geográfica da paisagem original referência para assentar o projeto urbanístico moderno para a criação da cidade de Brasília, capital do Brasil.

#### 1.4 A GUIA DE CONCLUSÃO

Para referendar as hipóteses do artigo, é fato que, alguns estudiosos do assunto, afirmam que Tosi Colombina é considerado para muitos, o autor do primeiro mapa cartográfico da Capitania de Goiás. Cintra e Costa, enfatizam que “não há dúvidas ter sido ele o primeiro a enxergar as vantagens de uma longa estrada, ligando as regiões mais afastadas do Oeste brasileiro até o Porto de Santos”. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 05).

Acrescentando ainda que,

Embora seu projeto não tenha dado certo, a sua ideia e o seu mapa teriam influenciado estadistas europeus, como o Marquês de Pombal e Lord Pitt, os quais por outras razões teriam pensado na criação de um grande império sulamericano com uma capital no interior do país. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 05).

A possibilidade apresentada sobre a influência dos estudos cartográficos da capitania de Goiás sobre ‘estadistas europeus, como o Marquês de Pombal’, além de realçar o fato de que o mapa de Tosi já indicava as nascentes do Planalto Central do Brasil, podendo ser interpretado

como um basilar indicativo de possibilidade de instalação de uma capital sob os domínios coloniais.

Mesmo com pequena literatura produzida sobre o assunto, já é de conhecimento que existiram outras cartas e mapas anteriores ao do genovês Tosi Colombina produzidos na região central da colônia. Dessa forma é intenção do artigo, tentar contribuir em lançar luz sobre a participação do pesquisador português Ângelo dos Santos Cardoso, enviado íntimo da coroa portuguesa, tendo a nobre missão e função, de conhecer a geografia do interior brasileiro, para assim, analisar e fundar em 1749, a Capitania de Goiás, ocupando o cargo de secretário e primeiro auxiliar do governador local.

Mesmo sendo de caráter tardio, é necessário e justo reconhecer, sob a luz da pesquisa, a contribuição de Ângelo dos Santos Cardoso como personagem de relevância geohistórica para o contexto memorial de transferência da capital do Brasil para o interior brasileiro e conseqüentemente, para o planejamento e formação da cidade de Brasília, capital do país.

Na análise dos fatos, o artigo contempla a busca por nosso objetivo principal que é de interpretar, a estratégica participação do Marquês de Pombal já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás (ver anexo D), sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte colonial. Reconhecendo assim, a origem e evolução dos estudos cartográficos, como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro.

O artigo acolhe, também, as hipóteses apresentadas, identificando que o ato estratégico político de séculos atrás, conduzindo pela coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, a fim de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro-Oeste brasileiro, foi o fluxo inspirador para a condução do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior. Contribuindo assim, para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico científico, enquanto totalidade espacial.

Também se confirma como verdade possível, a premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país, como o elemento geográfico científico responsável por iniciar na região, o conhecimento real e empírico da paisagem. Introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, objeto de referência para o reconhecimento e

análise local, servindo de base a novas pesquisas, possibilitando após muitos anos, na implantação da moderna capital Brasília, interligando todo o país a região central do Brasil, até então de pouquíssima representatividade para a nação.

A escolha em seguir pela linha de estudo interdisciplinar, nos orientou enquanto prática metodológica, reconhecendo a importância fundamental da cartografia e da pesquisa em campo para o conhecimento geográfico, enquanto ferramentas de reconhecimento do espaço e das paisagens. Cumprindo de forma complementar a análise geográfica necessária para o contexto e contribuição científica para a formação urbana da capital Brasília, hoje tombada como referência de Patrimônio Cultural da Humanidade, por sua complexidade moderna.

## 1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Anais da Província de Goiás (1863)*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 8, D. 554. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 6, D. 429. \_\_\_\_\_. AHU\_CARTm\_008, D. 0866 / D. 0867. Lisboa: AHU, 2018.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora Verano, 2000.

CALANDRELI II, Stanilaw. Marquês de Pombal, um Pedreiro Iluminista. *GGN: o Jornal de os Brasis*, 2015. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/historia/marques-do-pombal-um-pedreiro-iluminista/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CARDOSO, Ângelo dos Santos. Mapa da Capitania de Goiás. O primeiro e mais ajustado que lá parece até aquele tempo, e o menos distante da verdade da distribuição desta Comarca, e se os Arrayaes, mostrando o cam.o. que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, até o do Amazonas. **1750**. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento)

COLOMBINA, Francisco Tosi. Mapa Geral da Capitania de Goiás. **1751**. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 53,5 Cm x 77 Cm. Arquivo Histórico do Exército.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Graciete Guerra da. O mapa de Goiás de Tosi Colombina e o mapa das cortes. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., Porto, 2011. *Anais* [...]. Porto: s. n., 2011. ISBN 978-972-8932-88-6.

COSTA, Maria Elisa. Para entender o tombamento de Brasília e a portaria 314 do IPHAN. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Editora Kelps, 2017. p. 99.

FONTANA, Ricardo. *Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII*. Brasília: Editoria Charbel, 2004.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. p. 26

MAGGIAROTTI, Leone Andrea. *Gli architetti militari italiani nella Spagna, nel Portogallo e nelle loro colonie*. Roma: La Libreria dello Stato, 1939.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. *A Erradicação da Vila do IAPI: marcas do processo de formação urbana de Brasília*. 2007. 136 f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RAMOS, Vera. Você conhece Brasília? *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Kelps, 2017. p. 125.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 12. ed. port. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editores, 1985.

SILVA, Elias Manoel; VIEIRA JÚNIOR, Wilson (org.). *GOYAZ: Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

VIEIRA JÚNIOR; Wilson Jardim; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA*, 24., 2010, Aracajú. *Anais [...]*. Aracajú: SBC, 2010. p. 1944-1953. Tema: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial.

## 1.6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: CODEPLAN/DEPHA, 1991.

COSTA, Lucio. Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília. Brasília. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS DE BRASÍLIA*, 1., 1974, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1974.

## **2. CAPÍTULO 02 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO A 'ALMA DO LUGAR' DE BRASÍLIA: LÓCUS REFERÊNCIA DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA**

**Resumo:** Buscou-se realizar estudo sistemático da cidade de Brasília, tendo como interesse maior de análise e ação a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), percebida na pesquisa como a paisagem original, fundante e definidora para acolher a capital moderna, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Revolução Industrial foi o marco responsável pelos impactos e transformações de toda ordem na humanidade. As práticas higienistas, ditadas pelo positivismo, alavancaram o planejamento das cidades e do pensamento moderno e modernista. Porém, somente no final dos anos 50 conseguiu-se materializar na forma de cidade os preceitos exigidos da modernidade, com a criação de Brasília no Planalto Central, no Centro Oeste brasileiro. O ousado desafio da construção da cidade também expôs uma nova prática para os ditames modernos, até então atrelada fortemente ao movimento do capital/lucro. A análise do ambiente e a interpretação do espaço se fizeram valer como elementos fundantes e condicionantes para acomodar o projeto urbano inovador de Lucio Costa. Nessa dimensão, apresentamos a BHLP como patrimônio geoambiental com características únicas e basilares, definidora para o processo de formação urbana de Brasília, acreditando que, dessa forma, ressignificamos a importância do conhecimento da geografia física natural da paisagem local, valorizando e contribuindo para melhor contextualização do memorial explicativo científico da cidade. Para isso, busca-se ancoragem na seguinte questão: Pode ser a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá a maior expressão da Geografia local, por ser ela a paisagem de memória científica, original e definidora para explicitar o contexto formador da cidade capital do Brasil, Brasília? Tendo como meta relacionar causas e fatores, o artigo tem como objetivo singular, reconhecer a importância do recorte natural para o contexto geohistórico e estratégico para a formação da capital federal, contribuindo assim, sistematicamente para ampliação do debate e conhecimento científico local. Para ancorar a compreensão do objeto proposto, a BHLP, buscou-se a legitimidade da revisão bibliográfica sobre o tema, nutrida pelo uso comparativo de mapas e imagens em tempos distintos e da imprescindível pesquisa de campo para melhor referendar a análise da paisagem proposta. Dito e exposto, é possível crer que Brasília inaugura em solo nacional o compromisso com a análise do ambiente a fim de evitar nocividades, inspirando um novo ciclo de diálogo entre o ambiente natural e as ações antrópicas, fato esse aproveitado pelo urbanista, criador da cidade, estabelecendo em seu plano piloto, vínculo com o espaço concebido pelo aberto e desimpedido de sua morfologia, possibilitando e consolidando memórias, raízes e identidades ao espaço da capital de todos os brasileiros.

**Palavras-chave:** Geografia. Brasília. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Paisagem. Sustentabilidade. Geohistória.

## 2.1 INTRODUÇÃO

A criação de Brasília foi a consolidação de um tempo da evolução humana materializada em cidade. Mesmo com pouco mais de meio século, cristalizou-se nela o desenvolvimento positivista, tendo como marco definidor a Revolução Industrial, responsável por transformações e impactos de toda ordem e eternizada em Brasília como a semente viva da modernidade, do planejamento urbano e da cientifização do pensamento cidadão. Por isso, a cidade é legitimamente tombada como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO.

Somado ao contexto filosófico que marcou o desafio da transferência da nova capital, já pensada desde o século XVIII, vale ressaltar o desafio das ciências envolvidas no contexto urbano, em intensificar diálogo entre os ambientes naturais e sociais com a necessidade de criação da cidade capital. Conhecer, interpretar e conduzir ações atentas à geografia da paisagem para a análise e uso do espaço, também foi um dos ganhos que a construção de Brasília trouxe para a evolução do debate científico brasileiro e ao discurso urbano.

Buscando identificar na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) o recorte central que definiu e possibilitou o pensamento e a materialização de Brasília, o estudo defendeu o conceito de '*Paisagem*' como categoria de análise geográfica, definida por Bertrand, como

O resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução[...]É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem 'natural', mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica. (BERTRAND, 2004, p. 141)

Nessa dimensão, reconhecemos ser a própria Bacia a paisagem geográfica e objeto central de nossa análise. Percebe-se nela o recorte físico basilar e definidor para a origem de Brasília, contribuindo significativamente como palco para construção de memória e identidade da cidade. Na abordagem sobre o tema, Nascimento e Steinke sugerem que:

Os usos que se dão a uma determinada paisagem, além de sua questão funcional, constroem a identidade social de uma região, onde o cotidiano pode gerar diferentes percepções sobre uma mesma paisagem. E, com o decorrer do tempo, a paisagem pode se tornar cada vez mais inseparável a um sentimento, pois os usos e hábitos estabelecem uma ligação íntima com o local e com seus símbolos e códigos. (NASCIMENTO; STEINKE, 2018, p. 28)

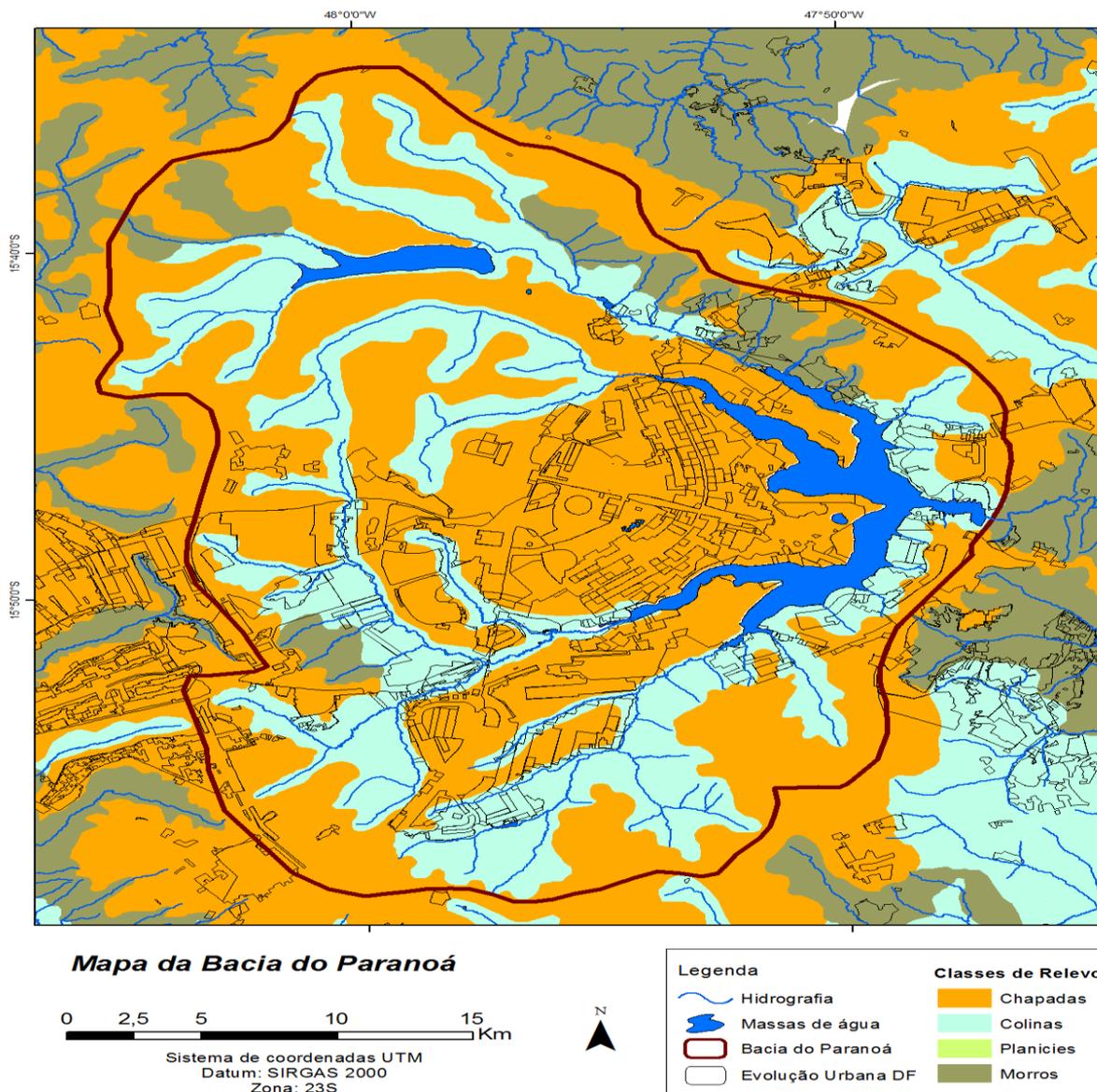


Figura 06 – Mapa da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

É notório que, além de ser legitimamente testemunha e sítio morfológico receptor de todo processo de transformação espacial e consolidação urbana da capital modernista, é urgente a necessidade em lançar luz ao recorte, a fim de explicitar o protagonismo da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como marco primitivo, lócus e lugar pioneiro para o contexto explicativo da cidade.

A importância da BHLP para o nascer e o viver em Brasília coaduna-se ao conceito de *lugar* como espaço do afeto e *lócus* de preservação de memória, seja ele físico ou antrópico, reconhecido ou até mesmo tombado como patrimônio mundial.

Brasília tem a maior área urbana tombada do mundo, compactada em 112,25 Km<sup>2</sup>, reconhecida como marco que enaltece a criação e originalidade da evolução humana no período moderno. Compromissada com a estética modernista, seu planejamento arquitetônico privilegia o espaço público aberto, seguro e integrado a persistência do sítio acolhedor da cidade, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, e a conservação do *lugar* e juntos, “a preservação da memória e da cultura; reafirma-se, enfim, a identidade do espaço e da população que nele habita” (ROMERO, 2011, p. 17).

Pelo viés geográfico o *espaço* é compreendido como um sistema integrado entre os meios, de visualização imediata e impessoal do seu todo; enquanto o *lugar* “é carregado de percepções individuais, de sensações próprias vinda de um repertório único [...] o espírito do lugar é, por outro lado, o conceito usado para indicar o caráter significativo do lugar que o torna habitat seguro e amigável psicologicamente”. (ROMERO, 2011, p. 19)

Como conceito, o *lugar* significa muito mais que uma localização. Quando há significação e afeto ao ambiente, o indivíduo se sente em casa. Portanto, o recorte geográfico escolhido conduziu a ousadia da construção e transferência da capital e ainda possibilitou todas as condições aprazíveis e de qualidade de vida à cidade. É na Bacia e nas águas de Brasília que estão a memória evolutiva da *urb*. Portanto, o *core* é o *lugar* onde se reafirma a identidade do espaço e da população que nela vivencia, legitimando a cidade como palco de contato, de vivência, de conflitos e trocas.

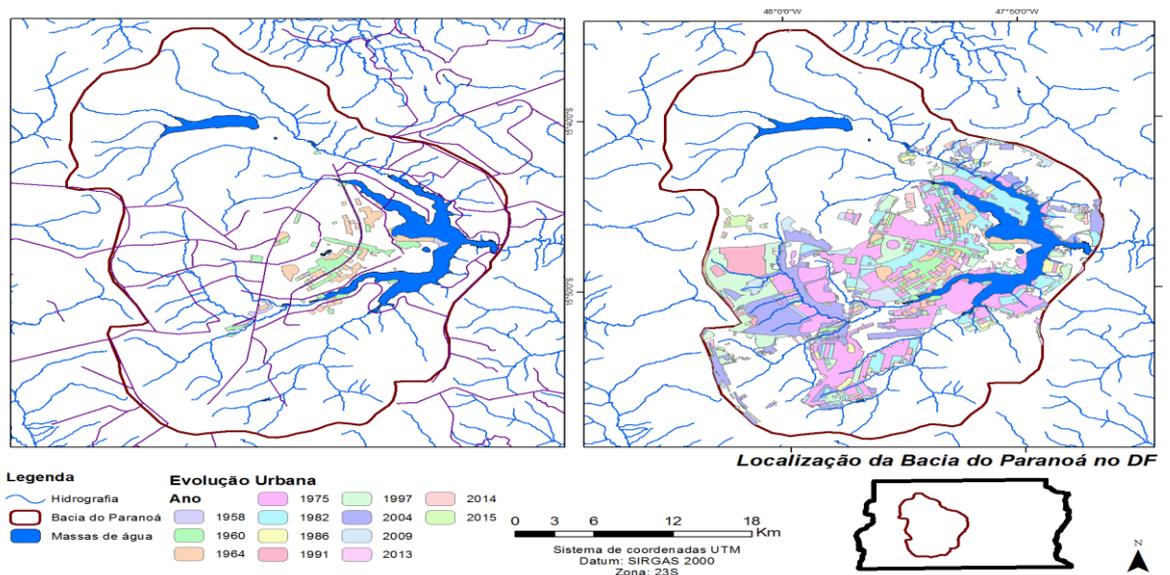


Figura 07 – Localização da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá no DF

Fonte: o Autor

Na tentativa de ampliar o discurso para o campo da análise espacial percebemos a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como uma paisagem atuante na fisionomia de um *geossistema*, onde requer o reconhecimento e a análise dos componentes da natureza, sobretudo através das suas conexões, estabelecendo “referência perceptiva, mediada pela cultura, pelo seu operar na natureza”; “afirmando que a paisagem seria o momento comunicativo entre dois sistemas, o sistema social e o sistema territorial” (NASCIMENTO; STEINKE, 2018, p. 27).

Dessa forma, é possível crer que, ressignificar a história física do ‘chão’ da cidade, possibilita agregar valor à totalidade geohistórica local, negando o simplismo científico e a fragmentação geográfica, representada pela generosidade do sítio físico, a BHLP, em cumplicidade ao planejamento modernista, ambos em espantosa simbiose e sintonia entre o campo natural e a genialidade humana, reconhecida cientificamente e tombada como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

Para melhor interpretação do assunto proposto, a busca metodológica do objeto parte da questão de pesquisa norteadora:

Pode ser a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá a maior expressão da Geografia local, por ser ela a paisagem de memória científica, original e definidora para explicitar o contexto formador da cidade capital do Brasil, Brasília?

As principais referências metodológicas para uma abordagem crítica dessa questão serão: a revisão bibliográfica, o uso sistemático e comparativo de mapas e análise em campo da paisagem, objeto de nosso estudo.

Os procedimentos referentes à pesquisa, levantamento de dados e informações, buscaram compreender ao estado da arte do tema através da revisão bibliográfica interdisciplinar, da definição da escala base e delimitações, da definição de variáveis a serem consideradas na pesquisa e do uso de mapas, imagens e fotografias da paisagem observada.

Os procedimentos referentes a pesquisa de campo envolveu o reconhecimento da paisagem objeto, o planejamento de itinerários de visita em etapas, cruzando dados teóricos e empíricos e a revisão e reavaliações constantes de mapas, imagens, fotografias, em franco diálogo entre as perspectivas sociais e o arcabouço físico.

Com o intuito de relacionar fatores e causas, o estudo proposto assume como objetivo principal, reconhecer a importância da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a maior expressão da Geografia local por ser ela a paisagem original fundamental e matriz definidora e

acolhedora para o contexto histórico e estratégico para a formação da cidade de Brasília, ressignificando assim, o conhecimento científico local.

Aparecem também, na tentativa de contribuir e fundamentar o assunto, alguns objetivos específicos, como:

- 1) interpretar a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a ‘alma do lugar’ de Brasília e maior expressão geográfica de memória geossistêmica e social da capital modernista;
- 2) valorizar a apropriação da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como componente geográfico fundamental e explicativo para compreender a dinâmica geohistórica da capital;
- 3) ressaltar a importância da Geografia Física/Natural como componente complementar na dinâmica urbana e social da cidade;
- 4) reconhecer como marco identitário da cidade o pioneiro fluxo dialógico entre ambientes, apresentado como exercício de ‘sustentabilidade geográfica’, característico no desafio em construir a cidade capital, tendo como ponto de orientação, a morfologia original da paisagem da BHLP de Brasília.

Definido o nosso campo de análise e conceitos, de início percebemos que a história da cidade é bem maior e mais valiosa em referenciais de memória. A importância da criação de Brasília mostra-se muito além de sua exuberante arquitetura e de personalismos políticos, comumente evidenciados.

A cidade inaugura em solo nacional o pioneirismo no compromisso com o estudo do ambiente a fim de evitar tragédias, inspirando um novo tempo de relação com o meio físico. O projeto ousado de Brasília pode ser visto como um exercício atento de sustentabilidade já nos anos 50 e ainda experiência em prática do casamento complicado entre a Geografia Física, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como assoalho receptor do Plano Piloto da cidade, e Humana, representada pelos ideais mudancistas, desde o século XVIII, contribuindo para um diálogo científico em torno da *urb*. Tudo sendo travado concomitante ao surgimento da nova capital brasileira de estética totalmente moderna, porém apropriada de uma trajetória histórica e memórias de desejos políticos e estratégicos, missões de estudos exploratórios em busca de interpretar a paisagem, que datam desde os tempos monárquicos.

Sabemos que a transição ecológica da humanidade pode ser considerada antiga, porém a compreensão dos fundamentos que regem os princípios da sustentabilidade, ocorreu somente nas últimas décadas. É considerado por muitos estudiosos do ambiente como o novo paradigma de desenvolvimento da humanidade. Nesse movimento,

O Desenvolvimento Sustentável despontou como pressuposto ideal de crescer consciente, ou compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas inter-relações particulares em cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão de tempo/espaço. (MILARÉ, 2009, p. 65).

Somente após os debates ambientais, iniciados em 1972 na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo e consolidado na Conferência ambiental Rio 92 foi que gerou a prática do pensamento sustentável, mesmo indo de encontro à ordem econômica vigente de domínio e degradação do ambiente natural. Ainda que pouco precisa enquanto prática,

(...) a Sustentabilidade consiste no pensamento de capacitação global para a preservação da vida humana equilibrada, conseqüentemente, da proteção ambiental, mas não só isso, também da extinção ou diminuição de outras mazelas sociais que agem contrárias a esperança do retardamento da sobrevivência do homem na Terra. As diferenças entre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável afloram com um processo em que a primeira se relaciona com o fim, enquanto o segundo com o meio. (SOUZA, 2012, p. 243).

Mediante um novo contexto de análise espacial, o sentido sustentável na formação da cidade de Brasília, mesmo antes do debate surgir, se apresenta como uma resposta à cisão da razão modernizadora, com convicta ambição para constituir uma nova racionalidade produtiva fundada no potencial geossistêmico. Sobre o assunto teórico, Canotilho define que a sustentabilidade na concepção de cidade,

corresponde num dos fundamentos do que se chama de princípio da responsabilidade de longa duração, consistindo na obrigação dos Estados e de outras constelações políticas em adotarem medidas de precaução e proteção, em nível elevado, para garantir a sobrevivência da espécie humana e da existência condigna das futuras gerações (CANOTILHO, 2007, p. 57).

Sustentabilidade, enquanto movimento, vai muito além de definir um diálogo de forças, a fim de garantir a existência condigna, baseado apenas nos pilares econômico, equidade social e ambiental. É necessário e legítimo, dentro de uma relação complexa entre ambientes, a ampliação do olhar. Buscar na leitura do espaço, minúcias e totalidades sistêmicas. A ciência

geográfica se faz mais presente quando subsidia a análise e interpretação espacial, tendo a totalidade como razão norteadora, respeitando toda complexidade e diversidade do ambiente, pois

emerge da constatação de que o todo é constituído ao constituir-se por partes complexamente inter-relacionadas que se dissipam de uma verdadeira apreensão caso não sejam devidamente conjugadas e compreendidas como conjunto, unidade ou síntese. É resultado, portanto, de um esforço de abstração — como instrumento metodológico e analítico — que objetiva purgar o tangível da pleora do vazio e reconstituir sua concretude por meio de momentos de abstração e concreção que fatalmente se interpenetram, posto que ambos se constituem por mútua compenetração e elucidação, fundando momentos de aproximação com o objeto da investigação. (OLIVEIRA JÚNIOR; CAMPOS, 2015, p. 02).

Compreende-se, sem esforço, que a visão do todo, nas minúcias do espaço são regras facilitadoras de práticas que evitam nocividades aos ambientes envolvidos. Brasília pode ser reconhecida como exercício pioneiro de sustentabilidade, visto que o processo de construção da cidade obedeceu aos critérios e direcionamentos do substrato material da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como base de interpretação para o planejamento urbano moderno, compreendido aqui, pela pesquisa como um suspiro introdutório de sustentabilidade geográfica.

O momento inicial de nascimento da cidade pode ser interpretado como um pioneiro ensaio de diálogo sustentável, pois o planejamento urbano, considerado revolucionário aos ensejos da modernidade se viu na obrigação de cumprir os comandos direcionados pelo ambiente. Só assim assentaria o projeto do Plano Piloto da cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Baseado no contexto analítico, fica evidente que, no momento de pré-construção da cidade capital, houve considerável exercício dialógico entre a realidade cotidiana em consonância com a dimensão natural/ambiental, levando, também um exercício de sustentabilidade, exemplo, mesmo que tímido, já no fim da década de 1950, no Centro-Oeste do Brasil.

Na dimensão do tema é também justa e necessária a reflexão de que os ensejos atuais que envolvem o conceito de sustentabilidade, de fato e de direito, se exige amplo debate científico e político. É também intenção da pesquisa, compreender que ao longo do processo e dinâmica da construção da cidade de Brasília, consideráveis sequelas e imperfeições sociais e ambientais foram herdadas. Todavia é propósito da pesquisa apresentar apenas fatos referentes a geohistória da região e da cidade, capazes de contribuir para o debate sobre a cidade capital do país. Por outro lado, é também observado sobre a relação da construção da cidade e de seu ambiente que,

Ao que parece, a natureza terminou excluída da totalidade social, que implanta uma tecnosfera que a repele enquanto “ser-em-nós”, dotada de direito à conservação, enquanto uma psiscosfera dá-lhe o sentido de “ser-outro”, estimulando um imaginário em que a autoconservação do ser humano deriva de não conservação do que é natural ou não econômico. (PELUSO, 2003, p. 182).

Acrescenta, ainda Peluso, que “não é de estranhar, portanto, que nenhum ator tenha como razão de ser social a natureza, pois ela foi reduzida a recursos para o desenvolvimento do mercado competitivo e apenas se sustenta naquilo que o faz funcionar”. (PELUSO, 2003, p. 182).

A troca desigual entre ambientes é um resultado identificado, sem muito esforço nos dias atuais na cidade de Brasília. Na medida que as exigências políticas avançavam o fluxo da construção, mais e mais o ambiente original se perdia em protagonismo para a exaltação geopolítica e econômica, diminuindo em importância ao longo do processo. Nessa perspectiva, ressaltamos que os estudos realizados no assolho natural fundante de Brasília, a BHLP, ainda no século XVIII, foram direcionadores para a ocupação e criação da cidade de Brasília e reconhecido na pesquisa como exercício embrionário de sustentabilidade geográfica, com marcas e signos cravados na geohistória da cidade.

## 2.2 A LEITURA DA BACIA E A DOMA DAS ÁGUAS DE BRASÍLIA: A MISSÃO DE GLAZIOU

Valorosas contribuições advindas da criação de Brasília podem ser referendadas em minuciosos estudos previstos para a sua construção. Ganha destaque a Missão Cruls que nos revela privilegiados pesquisadores participantes, entre eles, aquele que viria a ser o responsável direto pelo descobrimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, indicando a necessidade de interferência na paisagem com o intuito de fazer ressurgir um grande lago, que proporcionaria, sem dúvida, “além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações. (FONSECA, 2001, p. 27)

O botânico, engenheiro e paisagista da Missão Cruls, Auguste François Marie Glaziou foi o visionário que interpretou na paisagem um enorme vale que deveria ser espaço ideal para

acomodação da nova capital, banhada por um grande lago e delimitada por uma massa forte de Serras, combinando condições ideais para o desafio proposto. E define, em seu relatório que

Entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido á junção de diferentes cursos de água formando um rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte.[...] forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos. (FONSECA, 2001, p. 27).

No observar da morfologia da Bacia percebe-se, em todo seu perímetro, a presença de uma muralha de proteção composta por um conjunto de chapadas (Contagem, Taguatinga, Gama e Paranoá), visto como acidente natural delimitador e facilitador para o projeto da nova capital federal. Fato esse muito bem aproveitado por Lucio Costa para estruturar e acomodar o desenho urbano do Plano Piloto de Brasília em um sítio forte, com características ideais e incomuns, como:

- A massa contínua de chapadas elevadas circunscrevendo um espaço geograficamente bem delimitado;
- uma colina de encostas suaves ocupando o centro deste espaço;
- A rede hidrográfica introduzindo linhas de força (os cursos d'água) e elementos naturais de centralização (ponto de confluência dos cursos d'água) e direcionamento (escoamento das águas da bacia por um único ponto, a Leste). (ROMERO, 2011, p. 30).

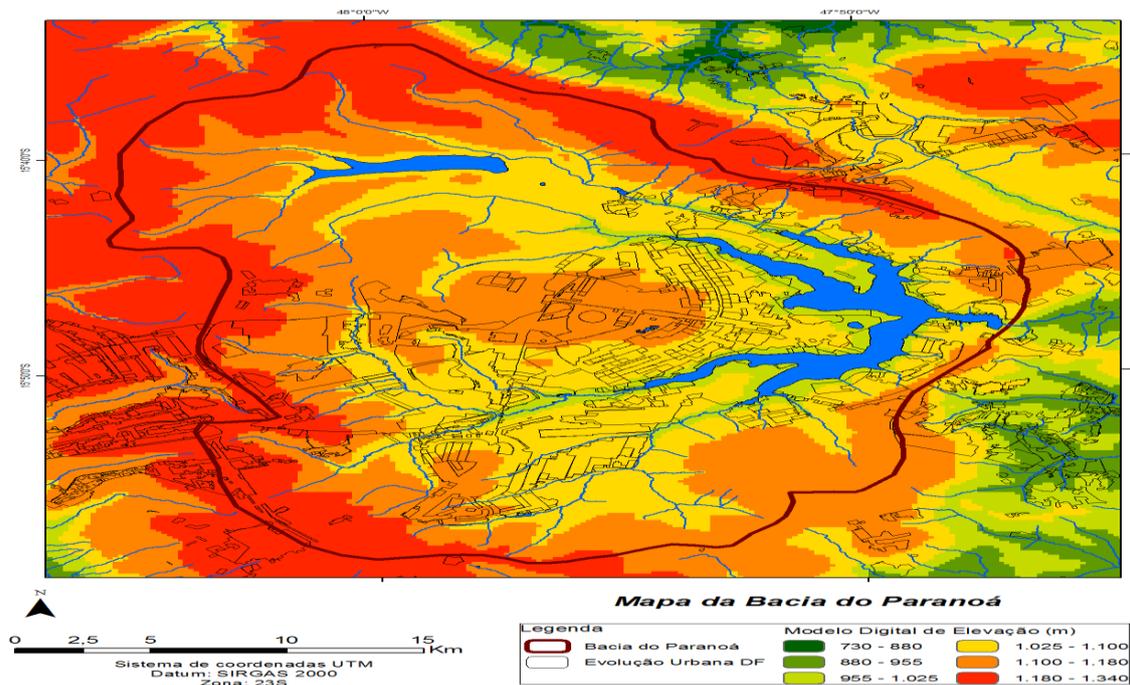


Figura 08 – Mapa Hipsômetro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

O próprio desenho geográfico do sítio já parecia destinado a receber a construção de Brasília. A acertada escolha do terreno já indicava os caminhos para um possível diálogo sustentável. O recorte geomorfológico e a beleza do Cerrado acrescentaram à cidade dimensão estética e humanizadora, pois se trata de

um sítio convexo. É aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calmaria, ele tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar [...]. Este vale florestado é de tamanho suficiente e fica a uma distância suficiente para não constituir uma desvantagem. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 1995, p. 243).

Ainda sobre a dimensão física da paisagem, Romero afirma “que a configuração (do relevo) que define sua paisagem garante a Brasília a visão de um horizonte de 360° e da abóbada celeste como um semi-hemisfério completo”. (ROMERO, 2011, p. 31)

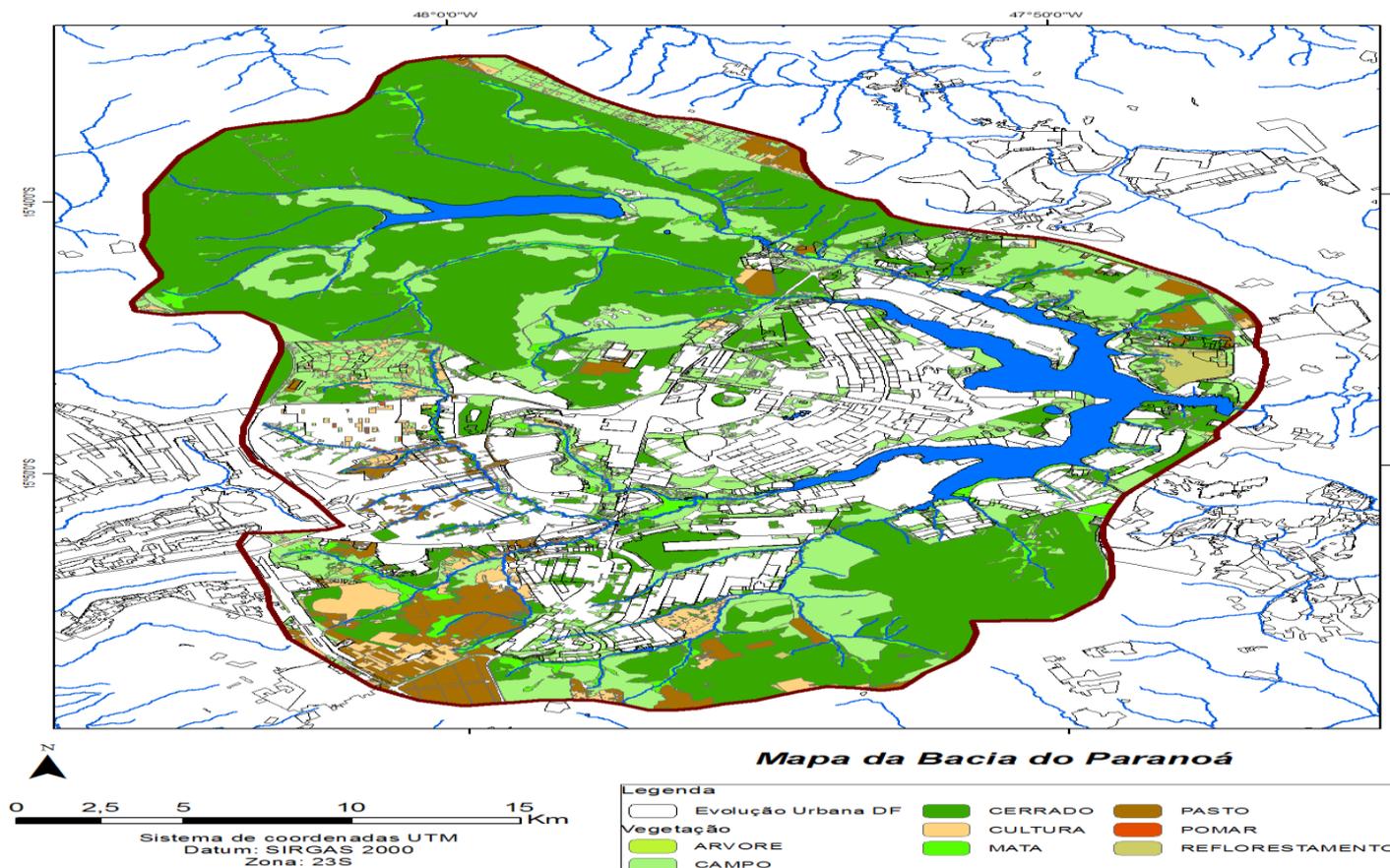


Figura 09 – Mapa Vegetação da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

Além dos elementos da paisagem já identificados, outros como o Lago Paranoá, indicado por Glaziou, foram fomentados para ressignificar o espaço, dando visualização e complementaridade ao sítio que receberia a nova capital. Fatos e fatores físicos foram bastante ilustrativos para direcionar o audacioso projeto de Lucio Costa. É fácil perceber que o urbanista

Estabeleceu um vínculo com o espaço e escolheu para a localização da capital o triângulo contido entre os braços do lago[...]na linha do espigão, estabeleceu o eixo monumental acompanhando as curvas de nível que descem até o lago e acomodou o eixo rodoviário. (ROMERO, 2011, p. 33).

Na análise do contexto é salutar perceber que, do ponto de vista da ocupação da cidade, o urbanista modernista exigia a manutenção da serenidade da linha do horizonte de Brasília com vista desimpedida sobre a paisagem, formando vínculo de construção de identidade da paisagem cultural na BHLP.

Ante o exposto, é salutar perceber que a BHLP conduziu e condicionou o fluxo urbano moderno, iniciado com a Revolução Industrial, encontrando pouso na criação de Brasília,

inaugurada em 1960. Aos poucos a paisagem original da bacia foi se modelando e se transformando para a adaptação dos desejos urbanos, motivado por um longo processo de busca ao sítio ideal para receber a nova capital brasileira.

Concomitante, à medida que a cidade surgia, como mostra na imagem dos mapas temáticos abaixo, novos impactos ao ambiente original e fundante eram reconhecidos e ampliados, indicando a necessidade de um olhar mais atento a fim de evitar nocividades aos novos e antigos habitantes e ao ambiente natural e definidor da bacia.

Vale ressaltar, nos mapas expostos, que mudanças no padrão de ocupação e uso da BHLP, sobretudo no contexto da retirada da cobertura vegetativa original, propõe seguramente, práticas de mitigações para que se evite distúrbios, desconfortos e prejuízos ao ciclo hidrológico necessário para a sobrevivência da BHLP, berço geossistêmico e original da cidade de Brasília.

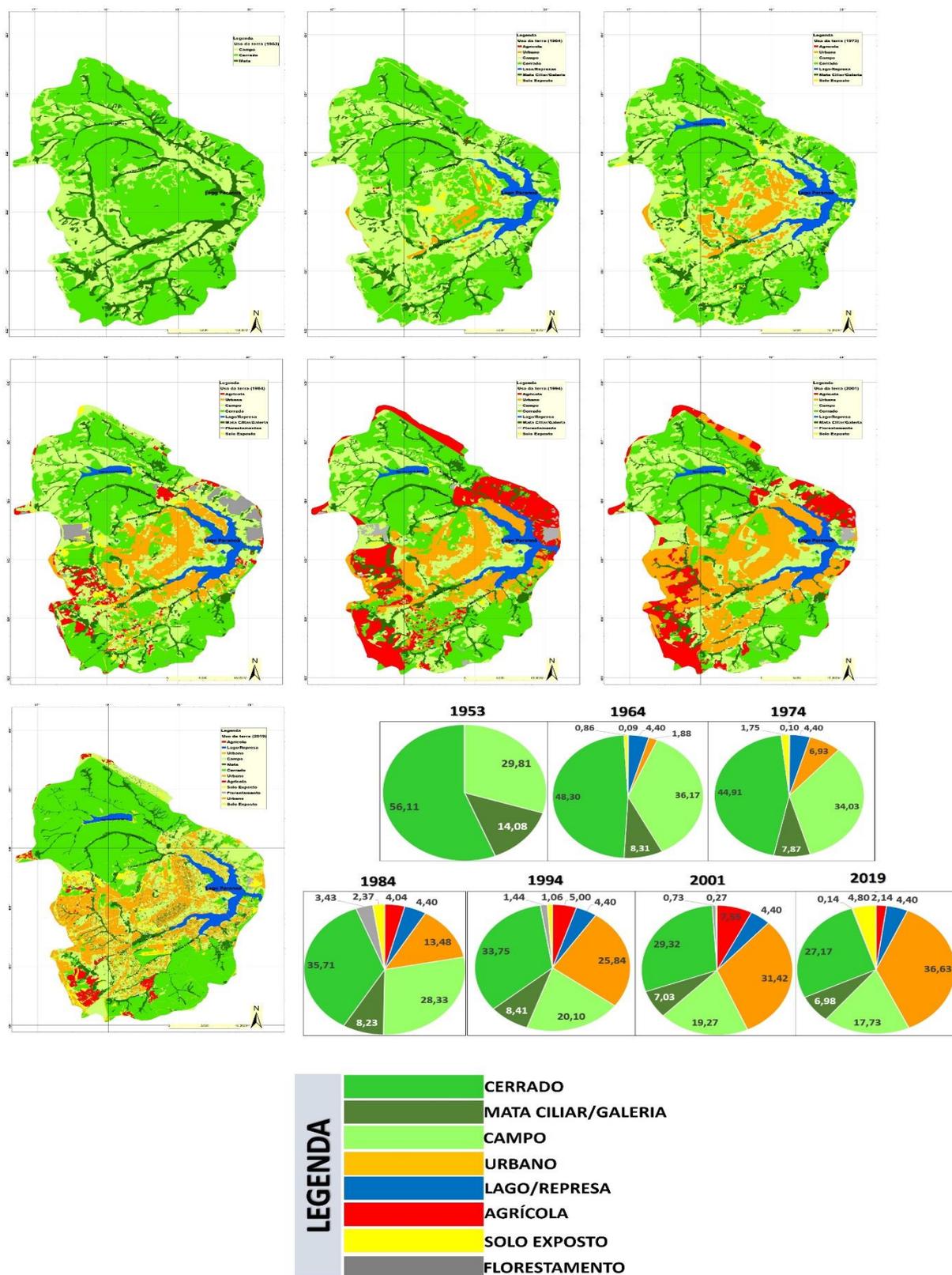


Figura 10 – Mapas Temáticos de Uso e Ocupação da Paisagem da BHL P em Tempos Distintos: 1953 a 2019

Fonte: o Autor.

### 2.3 À GUIZA DE CONCLUSÃO

Assim, surge aqui como objeto de pesquisa a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista como assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a ‘alma do lugar’ de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, história e tempos evolutivos, significações e memórias e enormes desafios.

Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos no objetivo proposto, onde busca-se compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), como o principal recorte geográfico da cidade, reconhecendo nela a maior expressão da Geografia do Distrito Federal, por ser o sítio sede, acolhedor de elementos de memória científica, de identidade e afirmação, legítimos da cidade capital do Brasil.

É fácil perceber que Brasília, nasceu sob o signo da modernidade e evidencia-se num sítio generoso e forte, marcado pela presença evolutiva do Cerrado. Concebida para que o aberto e o desimpedido de sua morfologia fosse usufruído democraticamente, a cidade assume seu espaço de identidade entre os meios, físicos e antrópicos, consolidando enraizamentos e pertencimentos em sua dinâmica urbana.

Na análise dos fatos, é possível afirmar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá representa para a cidade de Brasília o recorte essencial e o principal condutor para o surgimento e realização da cidade capital de todos, levando a crer ser este, o maior desafio de preservação ambiental para uma cidade que nasceu como exercício de sustentabilidade geográfica e dotada de alma. Assim, por ser, sem dúvida, a ‘Alma do lugar’ de Brasília, a BHLP merece reconhecimento, apropriação, respeito e sobretudo, cuidados.

Na amplitude do tema, vale ressaltar que a Bacia Hidrográfica do lago Paranoá é o espaço geográfico de memória física da cidade de Brasília. É o recorte geossistêmico receptor da geohistória do pensamento evolutivo da cidade e relevante memorial de pesquisa sobre a complexa ocupação colonial no Brasil Central.

Ante isso, Brasília chancela em seu ecossistema o relevante reconhecimento de ser cidade tombada como patrimônio cultural da humanidade, por se apresentar ao mundo como marco urbano do pensamento moderno de estética modernista. Já em sua dimensão

original/natural, a cidade se mostra carente de relevância e reconhecimento. Fato esse considerado de grande incômodo para a geografia local e para o contexto explicativo da cidade, entendida na pesquisa de fundamental valor informativo para o conhecimento da totalidade geohistórica da capital do país, objeto síntese do artigo proposto.

#### 2.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional: tentativa de compreensão de 30 anos das gerações ambientais no direito constitucional Português. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 57-130.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O relatório técnico sobre a nova capital da república*: relatório Belcher. 4. ed. Brasília: GDF: CODEPLAN, 1995.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NASCIMENTO, Rafaela Araújo; STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na geografia. *Revista Ra'ega*, Curitiba, v. 44, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/47200>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto; CAMPOS, Neio Lucio. *Totalidade e espaço: ensaio metodológico (teoria, história y metodologia de la geografia)*. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 2015, Havana. *Anais [...]*. Havana: EGAL, 2015.

PELUSO, Marília Luiza. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊIA, Luiz Alberto de Campos (org.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da UnB, 2003. p. 180-196.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília*. São Paulo: Nova Técnica Editora, 2011.

SOUZA, Maria Claudia da Silva. 20 anos de sustentabilidade: reflexões sobre avanços e desafios. *Revista da UNIFEBE*, Brusque, v. 11, dez., p. 239-252, 2012.

### **3. CAPÍTULO 03 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA (LOCAL) PARA BRASÍLIA**

**Resumo:** A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá objeto de análise da pesquisa, localiza-se inteiramente na região central do Distrito Federal, abrangendo uma área de aproximadamente 1.034,07 Km<sup>2</sup>, no domínio geomorfológico situado do Planalto brasileiro, na porção central da Faixa de Dobramentos e Cavalgamentos Brasília, apresentando uma estruturação geral bastante complexa com superimposição de dobramentos com eixos ortogonais. Caracteriza-se pela ocorrência de paisagens diversas sob domínio das zonas de chapadas com abundante hidrografia. No momento, a Bacia apresenta um intenso uso urbano que se estabelece em muitas áreas de riscos vulneráveis, a eventos relacionados a movimento de massas e enchentes, fatos agravados pelo crescente e desordenado processo de ocupação. Buscando confirmar a hipótese apresentada, ou seja, perceber a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como o principal recorte, de um complexo geossistêmico, parte da paisagem total da BHLP, como uma Unidade de Paisagem de considerável relevância, da capital moderna do Brasil. Segue pertinente a questão norteadora: a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá pode ser reconhecida e legitimada como a Unidade de Paisagem referência e matriz, por representar o ambiente geossistêmico complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília? Nesse contexto, focamos como objetivo principal a tentativa de identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como subsídio para a efetivação da proposta que define a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como uma Unidade da Paisagem referência, por ser ela o recorte natural receptor, que acolheu a construção da moderna capital da república, Brasília. Nesse contexto, é proposta da pesquisa, legitimar a bacia hidrográfica local como uma Unidade de Paisagem fundante, pois objetiva facilitar a compreensão da complexa análise, referente aos diversos níveis de fragilidade ambiental ressaltada pelo modelo de utilização em que se consolida a dinâmica do espaço para uso e adequação da cidade. Na intenção em alcançar o objetivo proposto, a busca pela caracterização fisiográfica e o levantamento de dados em campo nutriram a análise dos parâmetros geomorfológicos e hidrodinâmicos da nossa paisagem referência, a fim de contribuir para maior reconhecimento do recorte, como espaço definidor e principal acidente geográfico da capital do país. Fato esse que, obrigatoriamente atrela-se ao complexo memorial e geohistórico explicativo da formação da cidade capital de todos os brasileiros.

**Palavras-chave:** Unidade de Paisagem. Geossistema. Geohistória. Brasília. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

### 3.1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Paisagens se individualizam pelos domínios físicos individuais apresentados pelo clima, vegetação, solos, pelo arranjo estrutural, ou exclusivamente por um desses domínios. Elas apresentam “fronteiras de complexa delimitação (já que têm um espectro taxonômico variado), que ocupam um determinado espaço e certo período de tempo, cuja existência é condicionada pelo funcionamento de seus elementos”. (MONTEIRO, 2000, p. 85).

A categoria de análise das Unidades de Paisagem é definida pela teoria dos geossistemas, que são compreendidos como conjunto de fenômenos naturais físicos e fenômenos antrópicos. Em consonância, atuando aglutinados representam a paisagem transformada ou não pelas ações sociais. A amplitude do conceito de geossistemas, necessita de “reconhecimento e a análise dos componentes da natureza, sobretudo através das suas conexões. Entendidos os geossistemas, como unidades naturais integrais, pode-se distinguir suas modificações e transformações como resultantes das ações dos diferentes tipos de ocupação”. (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 178).

Na ambientação dos geossistemas, a categoria de análise que melhor acomoda a sua dimensão é a paisagem. Mesmo sendo este um conceito ainda impreciso e polissêmico, considerado estranho a Geografia física moderna, afinal, nos novos tempos, a dinâmica transformadora do espaço, são quase sempre amplamente remodeladas pela ação humana. Na evolução do discurso científico geográfico, percebe-se o discurso ambiental flertando numa crescente com o discurso discreto e contribuidor da geografia cultural, humanista, “assentadas na fenomenologia, no existencialismo, na retomada da matriz historicista, na subjetividade, intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e a compreensão como base na inteligibilidade do mundo real”. (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 100).

No contexto momentâneo o conceito de paisagem se avoluma e é revalorizado, encontrando em Bertrand a sua definição conceitual, como sendo “certa porção do espaço, resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. (BERTRAND, 2004, p. 141).

As relações e dinâmicas espaciais desses fenômenos são compreendidos, na atualidade, como o estudo da complexidade inerente as organizações espaciais. Assim, Christofolletti, “atribui à paisagem a compreensão do espaço como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos e sociais”. (CHRISTOFOLETTI, 1999)

A busca pela análise sistêmica baliza-se na ideia de paisagem como um todo, em que se coadunam natureza, sociedade e cultura em amplo contexto de variáveis diversas que buscam representar a relação da natureza como um sistema entrelaçado a ação humana. A complexidade das paisagens exige uma profusão de classificações. Assim, podem enquadrar-se em três princípios básicos de análise: o princípio genético, estrutural sistêmico e o memorial histórico, que se homogenizam numa classificação complexa e dinâmica.

A definição de Unidade de Paisagem é um grande desafio por sua complexidade, pois a interação entre “os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico permite a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, como também identificar as principais fragilidades ambientais de cada unidade, elemento essencial na gestão do território”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Nesse contexto desafiador, a gestão do território como mecanismo de educação das ações sociais no meio ambiente tem reconhecidamente nos estudos de sustentabilidade interligado ao planejamento, o principal meio de efetivações das “ações no espaço territorial, sejam, por meio de diagnósticos, estudos de impactos, levantamentos físicos territoriais, seja pela análise sócio econômica, enfim, por mecanismos que possibilitem antever quadros futuros de organização territorial”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Tal importância também se reconhece no campo da interdisciplinaridade científica, pois alicerçada em estudos setoriais, integrando domínios físicos aos culturais, respeitando suas marcas únicas que dão identidade ao ambiente físico, permite assinalar em escalas e sinais próprios ou mesmo regionais, categorias específicas facilitadoras para identificação e avaliação de impactos, avaliação de recursos naturais, reconhecimento e mitigação de áreas de riscos, avaliação de vulnerabilidade ao ambiente de toda a natureza.

Na análise dos fatos, percebe-se que a gestão territorial legitima-se quando se alimenta e ganha musculatura através do diálogo entre as ciências, os autores e os conceitos, possibilitando o ampliar de interpretações e contribuições, sendo prática transformadora que

garanta uma maior equidade da distribuição territorial, direcionando o olhar para a melhoria da qualidade de vida em sua totalidade.

### 3.2 O OBJETO, O PROBLEMA E O MÉTODO

É permitida a afirmação de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é para Brasília, o acidente geográfico de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política. Na análise dos fatos, podemos considerar que, a cidade capital surgiu de um embrionário diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, foi reconhecida e apropriada como marca definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geofísicos modeladores da Bacia.

Assim, é objetivo basilar da pesquisa identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como subsídio para a efetivação da proposta que define a BHLP como uma Unidade da Paisagem referência para a cidade de Brasília. Dessa forma, como hipótese possível, a pesquisa orienta a Paisagem da BHLP com potencial para ser apropriada e reconhecida como Patrimônio Geomorfológico/Geográfico local por apresentar em sua dinâmica e morfologia, características ecológicas e identitárias, contribuidoras para a formação da cidade de Brasília.

Assim, segue pertinente a questão norteadora: a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá pode ser reconhecida e legitimada como a Unidade de Paisagem geográfica e matriz, por representar o ambiente geossistêmico complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília?

Localizada na região central do Distrito Federal, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá abrange, aproximadamente, uma área de 1.034,07 Km<sup>2</sup>, tendo em seu domínio o centro da cidade, o Plano Piloto, e toda Região Administrativa (RA) I – Brasília/Plano Piloto, Granja do Torto, Vila Telebrasília e Vila Planalto, acompanhada em sua borda interna pelas Regiões Administrativas: RA XVI – Lago Sul; RA XVIII – Lago Norte; RA X – Guarará; RA XI – Cruzeiro; RA VIII – Núcleo Bandeirante; RA XIX – Candangolândia; RA XVII – Riacho Fundo; parte da RA III – Taguatinga e parte da RA VII – Paranoá.

Limita-se ao Norte com as

Regiões Administrativas de Brazlândia – RA IV e de Sobradinho – RA V (Bacia do Maranhão); ao Leste, com a parte da RA V e da RA VII do Paranoá (Bacia do São Bartolomeu); ao Sul, com a RA II do Gama (Bacia do Corumbá); e a Oeste, com a RA III de Taguatinga e parte da RA IV de Brazlândia (Bacia do Descoberto). (FONSECA, 2001, P. 45).

A presença de um considerável número de rios tributários, compreende a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá uma singularidade de ser a única bacia integralmente localizada em todo Distrito Federal, possibilitando um diálogo sustentável pioneiro, entre ambiente e planejamento, sendo facilitador na observação e controle sobre os mananciais que abastecem o principal lago da cidade, o Paranoá. Ou seja, o recorte geográfico, objeto da pesquisa, apresenta em sua composição, “todas as nascentes situadas no quadrilátero do Distrito Federal”. (FONSECA, 2001).

Vale ressaltar que não era prática comum dentro do planejamento urbano do período moderno a interação direta e dialógica com o ambiente, renegando como prática, a importância da Unidade de Paisagem, bacia hidrográfica, como referência para a construção de cidades. Assim,

o urbanismo modernista tradicional desconsiderou aspectos naturais como esse (bacia hidrográfica) [...] privilegiando o enfoque econômico mais do que nunca. Entretanto, após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista em nível internacional, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é uma questão de tempo. (MARICATO, 2013, p. 80).

É interessante ressaltar que antes mesmo do necessário discurso ambiental fazer parte da realidade epistemológica do planejamento urbano, percebe-se que no caso da construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, práticas e cuidados ambientais, anteciparam e legitimaram o caminho da sustentabilidade no Brasil, visto que, todas as condicionantes adequadas a receber a construção da nova capital, foi definida pelo estudo de seu ambiente físico, especialmente, pela dinâmica das bacias hidrográficas do Distrito Federal, dando destaque a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, justo por ser esta a Unidade de Paisagem diretamente ligada ao centro urbano da capital.

### 3.3 BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL

Com uma área de 5.789,16 Km<sup>2</sup>, a região do Distrito Federal é drenada por três importantes bacias brasileiras: a Bacia do São Francisco, tendo o Rio Preto como principal tributário; a Bacia Araguaia/Tocantins, abastecidos pelo Rio Maranhão e a Bacia do Paraná, tendo os tributários: São Bartolomeu e Descoberto, como principais rios. De acordo com o mapa hidrográfico do DF,

essas bacias são denominadas de Regiões hidrográficas. Todos os seus rios são de planalto, sendo as principais bacias identificadas por um padrão de drenagem radial. Pela disposição da drenagem, observa-se que dois de seus cursos de água são delimitadores do território do DF: a Leste, o Rio Preto; e, a Oeste, o Rio Descoberto. (FONSECA, 2001, p. 45).

Na análise dos fatos em comparação sóbria é possível considerar a região do Distrito Federal e o Planalto Central brasileiro, como a ‘caixa d’água’ do país, pois são de suas nascentes que escorrem considerável vida hídrica, compondo e dando navegabilidade e funções aos grandes rios nacionais, banhando municípios e sociedades diversas, somando em seguida as águas do Atlântico sul.

Compreende-se como bacia hidrográfica,

uma área de topografia determinada, banhada por um rio principal e seus afluentes, formando um sistema integrado de cursos d’água. As águas continentais escoam e formam redes de drenagem, cujos cursos d’água, por sua vez, formam bacias hidrográficas ou bacias de drenagem. (PELUSO, OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Assim, define-se como Bacia Hidrográfica, uma área abrangente drenada por um rio e seus tributários e delimitada pelo divisor de águas, constituído na linha de separação divisora (de bacias), podendo ser composta por um conjunto de unidades hídricas, reconhecidas enquanto Região Hídrica da BHLF.

A Região Hídrica formadora da BHLF é composta pelas Unidades: córrego Bananal, córrego Riacho Fundo, ribeirão do Gama, Torto/Santa Maria e o próprio Lago Paranoá.

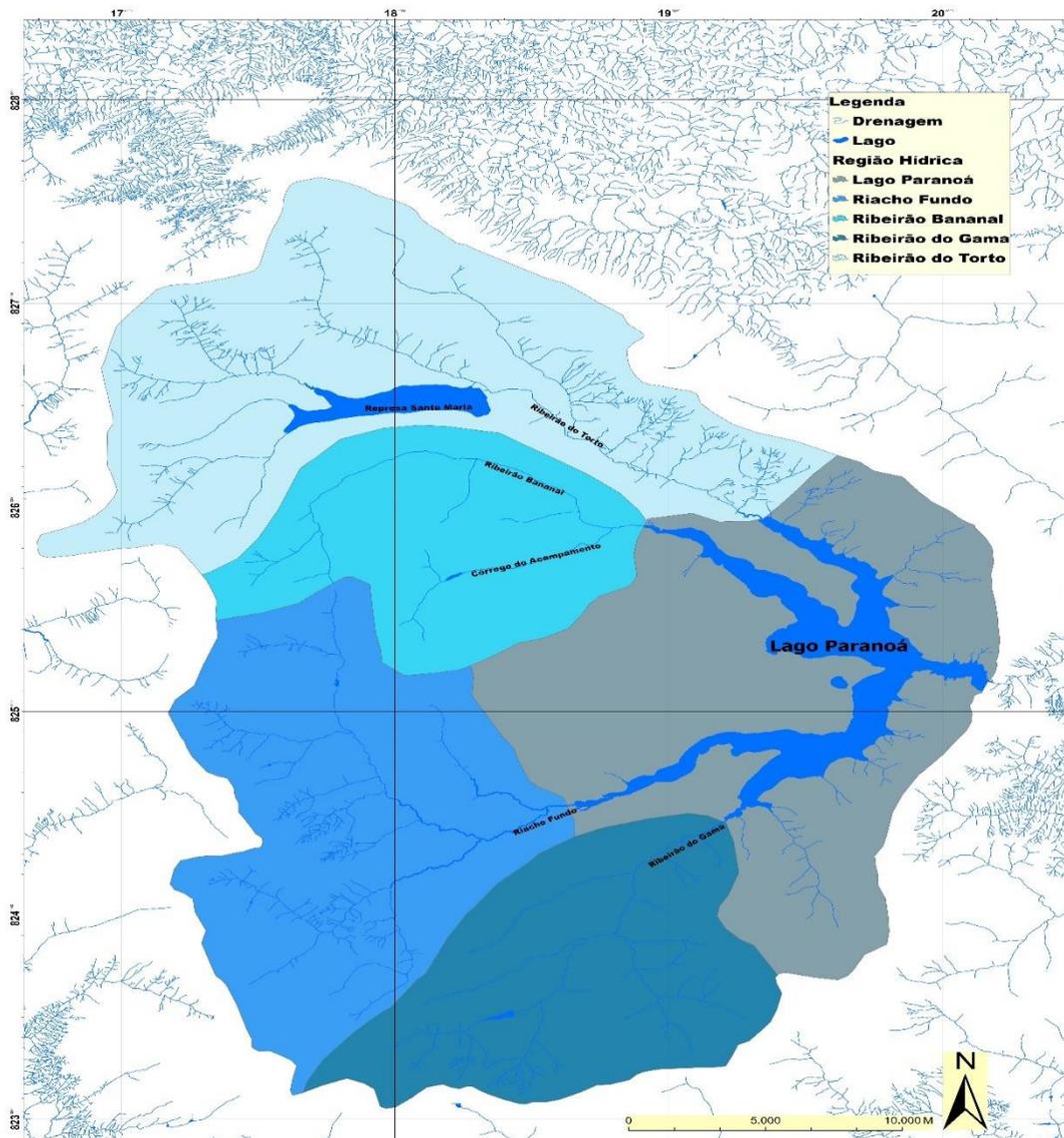


Figura 11 - Região Hídrica da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá – Tributários Diretos

Fonte: o Autor

### 3.4 REGIÃO HÍDRICA OU UNIDADES HIDROGRÁFICAS DA BHLP

#### 3.5 UNIDADE HIDROGRÁFICA DO BANANAL

Ocupa uma área, borda de chapada, de 127,74 Km<sup>2</sup>, composta pelo ribeirão Bananal e pelo córrego Acampamento, “além de outros pequenos córregos. O Paranoá, com uma vazão

média de 2,51 m<sup>3</sup>/s. Essa unidade hidrográfica está localizada, em sua quase totalidade, dentro do Parque Nacional de Brasília”. (DIAS, 2011, p. 08).

Percorre uma extensão de 19,1Km que desagua totalmente no Lago Paranoá, no centro da cidade de Brasília.

### 3.6 UNIDADE HIDROGRÁFICA DO GAMA

O ribeirão do Gama nasce na Mata do Catetinho, situada na parte sul da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, onde abrange uma área de drenagem de 142,40 Km<sup>2</sup>, em trajetória medindo cerca de 14 Km. Deságua diretamente no Lago Paranoá, com uma vazão média de 1,85m<sup>3</sup>/s. Seus principais afluentes são os córregos Mato Seco, Cedro, Capetinga e Taquara.

### 3.7 UNIDADE HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ

Resultante de uma antiga depressão inundada e do represamento do Rio Paranoá, a unidade é constituída, além do próprio lago, também por pequenos contribuidores, situados no braço norte da cidade, composto pelos córregos: Taquari, Gerivá e Palha. No braço sul, os córregos tributários são: Cabeça de Veado, Canjerana e Antas.

Situada na parte central do conjunto da região hídrica da bacia, a unidade hidrográfica do Lago tem uma área

de 288,69 Km<sup>2</sup>, funcionando como bacia de captação dos principais cursos d'água que drenam o sítio urbano da cidade de Brasília[...]A drenagem típica da [Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá] é anelar, formada pelos tributários já mencionados, apresentando uma característica interessante, que é o sentido principal do escoamento, de Oeste para Leste. (FONSECA, 2001, p. 48-51)

### 3.8 UNIDADE HIDROGRÁFICA DO TORTO/SANTA MARIA

Possui uma área de 249,76 Km<sup>2</sup>, seguindo um percurso em média de 20 Km. O Ribeirão do Torto já não possui trajeto natural, seu regime foi alterado pelo represamento das águas em barragens, Torto e Santa Maria. Têm como tributários os córregos: Milho Cozido, Vargem Grande, Santa Maria, dentre outros pequenos afluentes formadores do Ribeirão do Torto que deságua diretamente no lado norte do Lago Paranoá.

### 3.9 UNIDADE HIDROGRÁFICA DO RIACHO FUNDO

Nascente na região sudoeste da bacia, o Ribeirão Riacho Fundo tem como afluentes principais o córrego Coqueiros, Vicente Pires e Guará, além de outros corpos hídricos menores. Possui uma área de 225,48 Km<sup>2</sup>, seguindo um percurso de 13 Km, tendo em média de vazão de 4,04 m<sup>3</sup>/s.

As Unidades Hidrográficas da Região Hídrica da BHLP, são corpos líquidos responsáveis diretos para o abastecimento específico do centro urbano e histórico de Brasília, o Plano Piloto da cidade. Ele (Plano Piloto) ocupa o principal tecido geomorfológico da cidade, agregando em sua dimensão física as características e necessidades de uma capital federal, acomodada estrategicamente no chão do lugar, a BHLP. É, sem dúvida o *locus* urbano nevrálgico da cidade de Brasília, tombado como patrimônio Cultural da Humanidade, justamente pela riqueza de seu conjunto urbanístico e arquitetônico, cravando na cidade, ser símbolo e signo do desenvolvimento humano moderno, no ano de 1990.

Todo o núcleo da cidade está assentado estrategicamente sob o substrato litólito central da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Nele está contido a presença dos principais mobiliários urbanos e melhores índices de qualidade de vida do Distrito Federal, consolidando como uma simbiose possível, respeitosa e dialógica, entre ambientes, natural, representado na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá e o social/urbano, representando a dinâmica antrópica, por Brasília.

Situada entre os paralelos 15° 30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude a oeste, o Distrito Federal tem como limites naturais, a Leste o Rio Preto e, a Oeste, o Rio Descoberto; ao Sul e ao Norte do quadrilátero está limitado por dois cortes paralelos fronteiros a municípios goianos, formadores do complexo metropolitano de Brasília, Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

A cobertura pedológica e a organização lito estrutural do relevo do recorte definido como a BHLP têm íntimas relações com as possibilidades condicionantes para erguer a capital no Planalto central brasileiro.

Assim, em localização,

A área do Distrito Federal está compreendida pelo Planalto Central goiano, na qual se encontram as maiores cotas altimétricas da região do Centro Oeste. Em função delas, divide-se a área do DF em quatro compartimentos geomorfológicos: pediplano de Contagem-Rodeador, pediplano de Brasília, depressões interplanálticas e planícies aluviais e alveolares. (PELUSO; OLIVEIRA, 2007, p. 15).

### 3.10 COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS DE BORDA DA BHLP – MACROUNIDADES DF – ZONAS AMORTIZANTES

As características geomorfológicas da paisagem do domínio morfoclimático do Cerrado resultam da interação de regime climático por duas estações bem definidas, com fatores litológicos, edáficos e bióticos.

O Distrito Federal apresenta na composição natural de seu território, treze unidades geomorfológicas, que constituem geossistemas hierarquizados e interrelacionados. Sobre a estrutura física da área da Bacia, que o Distrito Federal se apresenta, Novaes compreende que “por suas similaridades morfológicas e genéticas, as unidades geomorfológicas agrupam-se em três tipos de paisagem (macrounidades) características da região de cerrados”. (PINTO, 1986).

Podem ser evidenciados na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá as seguintes estruturas geomorfológicas identificadas no recorte do Distrito Federal em macrounidades: região das chapadas, região de dissecação intermediária, região de vales dissecados e região de rebordos.

### 3.11 REGIÃO DE CHAPADAS

É uma macrounidade que ocupa cerca de 34% da área do DF e tem como característica uma topografia plana a plano ondulado, acima dos 1.000 m. de altitude. Destaca-se nela a Chapada da Contagem que circunda praticamente toda a cidade de Brasília. Essa estrutura ou macrounidade é sustentada pela presença de quartzitos e metarritmitos arenosos do grupo Paranoá.

Todo esse assoalho físico, receptor do sítio planejado e de todo D.F, hoje está diretamente integrado ao movimento construtor que edificou a cidade capital. Assim,

sobre essa superfície foram edificadas as cidades satélites de Taguatinga, Ceilândia, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho I e II, e os condomínios da região do Jardim Botânico. Além dos centros urbanos consolidados e dos condomínios em fase de regularização, existe ainda proposta de ampliação dessas ocupações urbanas. (FONSECA, 2001, p. 75).

Pelo viés da paisagem é salutar perceber a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como uma Unidade de Paisagem matriz integradora de ambiências naturais e condicionante para o desenvolvimento de afetividades e identidades inerentes a produção do espaço urbano em toda a cidade. Nesse sentido, o estudo acerta em ressaltar a importância para a compreensão da evolução de Brasília em seu tempo e espaço, ampliando a atenção ao desenvolvimento de estudos específicos do seu meio físico, pois é necessário saber que as Chapadas são importantes formações, responsáveis para a dinamização da regulação do regime hídrico local e assim, para o ritmo das águas, também, de toda a BHLP.

### 3.12 ÁREA DE DISSECAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Essa macrounidade ocupa cerca de 31% do DF e apresenta um padrão de relevo de suave ondulação, localizado no interior do domo Estrutural de Brasília, em cotas entre 1.000 e 1.100 m, preservado sobre ardósias, quartizitos e metassiltitos do grupo Paranoá. Toda macrounidade é drenada por pequenos e inúmeros córregos que compõem a ambiência das Regiões Administrativas, de Brasília (Plano Piloto), Núcleo Bandeirante, Guará I e II, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste, Setor de Indústria e Abastecimento e Setor de Mansões Park Way.

Vale ressaltar que as macrounidades definidas como, Região de Dissecação de Vale e a Região de Rebordos e Escarpas também são reconhecidas como componentes da estrutura física do DF. Porém, como o objeto da pesquisa não visa extrapolar os limites do recorte da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, será por nós contextualizado apenas os temas e estruturas geomorfológicas que são referências diretas, por ocuparem as estratégicas e importantes zonas de bordas da BHLP, reconhecidas como: Região de Chapadas e Região de Dissecação Intermediária.

É ainda razoável afirmar que os fatores responsáveis pela evolução morfodinâmica do Distrito Federal são muitos, incluindo o clima, a vegetação, a estruturação neotectônica, dentre

outros; todos também, intensamente importantes para o reconhecimento geossistêmico da paisagem matriz e fundante, receptora de memórias e identidades, compondo a estrutura espacial formadora da cidade de Brasília. Porém, por opção da pesquisa, concentramos na composição estrutural morfológica local, pela simples razão de ter sido a característica estrutural pioneira e definidora, identificada por observação e análise da paisagem, no pioneiro estudo realizado para reconhecimento da região ainda no século XIX com a Missão Cruls, observado e indicado pelo naturalista Alguste François Marie Glaziou<sup>1</sup> em 1893.

### 3.13 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DA PAISAGEM

O princípio basilar da paisagem como categoria de análise geográfica, está fundamentada na análise integrada entre as esferas naturais/físicas e sociais, em consonância aos metamorfoseamentos e dinâmicas de suas complexidades.

A análise da paisagem, como categoria da ciência geográfica, acompanhou

o processo de evolução científica e epistemológica, portanto, passou por mudanças conceituais e metodológicas ao longo do tempo. Desta forma, não há consenso em torno de uma definição e uma metodologia única a serem seguidas, pois a paisagem torna-se o resultado de acontecimentos históricos. Ao longo dos anos, os conceitos abordados passaram por modificações e adaptações. (STEINKE; NASCIMENTO, 2018, p. 22).

A abrangência aos enfoques estruturais, dinâmicos e antropogênicos, são reconhecidamente pilares integrativos e sustentáveis para a dinâmica da paisagem. Assim, assumiremos o enfoque funcional adotado por Rodriguez, Silva e Cavalcante, por ter como finalidade, “esclarecer como a paisagem é estruturada e quais as relações funcionais de seus elementos, por que está estruturada de determinada maneira (relações genéticas ou casuais) e para que esteja estruturada de certa forma (quais funções naturais e sociais)”. (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTE, 2002)

Assumiremos o enfoque funcional da paisagem por sustentar-se na necessidade de esclarecer “os elementos substanciais que refletem o sistema das interrelações externa das paisagens, que dominam sua essência e sua vida. Devido a isto, as diversas unidades de

---

<sup>1</sup> Glaziou, pesquisador da Missão Cruls que indicou a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como o lugar ideal e responsável pela ideia da criação do Lago Paranoá de Brasília, como abordamos no capítulo 02 desta tese.

paisagens tornam-se independentes do fundo físico-geográfico comum”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

O funcionamento da paisagem define-se como sequência estável de processos que atuam permanentemente e que ocorrem nas interações de energias, informações e elementos da própria paisagem com o exterior, garantindo a conservação do seu estado característico por um dado tempo.

As preposições metodológicas assumidas nesse estudo amparam-se na interação entre os meios físicos e antrópicos, legitimando o real exercício de análise geográfica sem distinção entre ambientes, o natural x social. A necessária abordagem conceitual trazida, referendada no arcabouço da categoria de análise da ciência geográfica, busca legitimar o recorte espacial, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como elemento natural de referência, consolidando signos ao cotidiano citadino e marcas de identidade junto ao traçado urbano da cidade de Brasília.

Buscando evidenciar a importância e o reconhecimento do recorte objeto da pesquisa, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, reconhecendo-a como uma Unidade de Paisagem, minimamente pode contribuir para a estruturação do espaço, transformando-se em instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbana.

Por esse motivo, torna-se possível elaborar métodos que permitam o reconhecimento de lugares transformadores, do modo percebido, utilizado e apropriado pela sociedade. Como método de reconhecimento da paisagem em unidade basilar, é indicado quatro estratos de análises da paisagem.

No primeiro estrato de entendimento, ocorre a interpretação da paisagem sem uso das categorias analíticas, visando apenas à observação e experimentação da paisagem. No segundo momento, já se pressupõe compreender as relações e complexidades entre os processos que constituem a paisagem. Se no segundo estrato se enfatiza os processos (de formação social), no terceiro estrato, enfim, enfatiza-se o ‘produto’ desses processos de concretude. Desse modo, o terceiro estrato de análise da paisagem se apresenta, ressaltando o enfoque geossistêmico, o estudo fisionômico da paisagem, compreendendo que as nocividades das ações humanas ao ambiente, devem ser reconhecidas como relações entre formas, usos, impactos, valoração e valorização. Assim, é notório saber que o componente estético, memorial e cultural, fazem partes de todo complexo analítico paisagístico e devem, ser levado em consideração sempre.

Seguindo esse princípio, faz-se necessário um quarto estrato de ação analítica. Um momento de interpretação do objeto/Unidade de Paisagem, com o intuito de descobrir nuances e símbolos das apropriações diversas, seja por comunidades, empresas e instituições, que vai muito além da aparência e visibilidade da paisagem, agregando a ela valores, reconhecimentos e assim, cuidados e mitigações.

Para melhor referendar nossa ação metodológica, consideramos necessária a distinção de duas ações de trabalho complementares a serem realizadas: primeiro, o levantamento de dados e busca sistema de informações de base interdisciplinar e segundo, a pesquisa de campo.

Os procedimentos referentes à pesquisa, levantamento de dados e informações para conhecer o estado da arte do tema foi pautado em revisão bibliográfica interdisciplinar, na definição da escala base e delimitações, na definição de variáveis a serem consideradas na pesquisa, assumidas aqui pela geomorfologia local, hidrografia, consistência geológica e morfológica do objeto em análise e no uso de mapas, imagens e fotografias da paisagem observada.

Já os procedimentos referentes a pesquisa de campo foram pautados no reconhecimento da paisagem objeto, no planejamento de itinerários de visita em etapas, cruzando dados teóricos e empíricos e na revisão e reavaliações constantes de mapas, imagens, fotografias, em franco diálogo entre as perspectivas sociais e o arcabouço físico.

### 3.14 IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOB A GUIA DE CONCLUSÃO

Sob orientação do método, a análise, a integração e a interrelação entre os diversos aspectos e dinâmicas que compõem o estudo e visando uma maior compreensão crítica e atenta da paisagem, permitiu a busca da leitura, interpretação e reconhecimento da paisagem, Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como uma Unidade (Paisagem) basilar, com características e condições raras e distintas, capazes de acolher em seu leito morfológico, o desenvolvimento sociourbano da cidade moderna de Brasília.

A análise da documentação cartográfica, juntamente com uma detalhada correlação de informações, permitiram a particularização da paisagem que apresentava certa homogeneidade referente aos aspectos físicos. Como critério delimitador, definimos a estrutura geomorfológica,

assumida na pesquisa em primeiro plano, por entender ser documento básico de definição e mapeamento da Unidade de Paisagem proposta.

A definição da estrutura geomorfológicas na delimitação da Paisagem, reconhecendo ser ela uma Unidade geossistêmica, só foi possível, considerando o pensamento de Ross, em que, “o entendimento do relevo passa, portanto pela compreensão de uma coisa maior que é a paisagem como um todo”. (ROSS, 1990, p. 12). Acrescenta ainda que, “não é possível abranger a gênese e a dinâmica das formas de relevo sem que se entendam os mecanismos motores de sua geração, sem que se percebam as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade Geoambiental. (ROSS, 1990, p. 12).

Construindo sempre uma relação de suporte entre os tipos e formas de relevo, recursos hídricos, solos e estes com a litologia, tipos climáticos e outros, em dinâmica constante compondo a geografia ideal para as interferências e ações.

Assim, pelo exposto, é possível reconhecer que a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá não é formada apenas pela acumulação dos tempos, dos usos, do passado, das ocupações. Ela também é dinâmica e se reproduz na transformação antrópica do espaço pela imbricação dos aspectos culturais e físicos/naturais.

O reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a Unidade de Paisagem pioneira e generosa para acolher o sonho de construir a cidade de Brasília, eleva e dá protagonismo ao conceito de paisagem, como categoria de análise geográfica, possibilitando maior significado junto ao planejamento, ao projeto e gestão de espaços urbanos, seja em qualquer escala, assumindo ser ela, a paisagem, um produto geográfico, também produtor de práticas sociais cotidianas.

### 3.15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 02, p. 177-198, 2008.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia*, Brasília, n. 01, v. 02, 2011.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

DIAS, Lidiane Tomaz. *Modelagem dinâmica espacial do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Lago Paranoá – Distrito Federal: 1998-2020*. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

NASCIMENTO, Rafaela Araújo; STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na geografia. *Revista Ra'ega*, Curitiba, v. 44, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/47200>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.

PINTO, Maria Novaes. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. *Geomorfologia, ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção: Repensando a Geografia).

RODRIGUEZ, José Mateo; SILVA, Edison Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. *Geoecologia da paisagem: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. Fortaleza: EDUFC, 2002.

#### **4. CAPÍTULO 04 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO GEOPATRIMÔNIO FUNDANTE DE BRASÍLIA: UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA**

**Resumo:** A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, está localizada inteiramente na região central do Distrito Federal, no domínio do Planalto, sob as zonas de chapadas e abundante hidrografia, fatores condicionantes para acomodar o projeto urbano inovador de Lucio Costa para a capital. Entende-se a bacia como uma Unidade de Paisagem de relevância ambiental generosa e condicionante para a formação da moderna capital do Brasil. Como questão, partimos do questionamento se a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), pode ser reconhecida e legitimada como Geopatrimônio por ser a proeminência geográfica da paisagem original de maior significado geohistórico, complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília. Como método, buscou-se revisão bibliográfica, comparativo de mapas e imagens em tempos distintos e da imprescindível pesquisa de campo para melhor referendar nosso objetivo em reconhecer a BHLP como paisagem original e base física de relevância fundante para a formação cultural urbana e ambiental da capital tombada do Brasil.

**Palavras-chave:** Geopatrimônio. Brasília. Geohistória. Unidade de Paisagem. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

##### **4.1 INTRODUÇÃO**

As Unidades de Paisagens particularizam-se pelos domínios físicos individuais apresentados pelo o clima, a vegetação, os tipos de solos, o arranjo estrutural, ou exclusivamente por um desses domínios. Elas apresentam “fronteiras de complexa delimitação (já que têm um espectro taxonômico variado), que ocupam um determinado espaço e certo período de tempo, cuja existência é condicionada pelo funcionamento de seus elementos”. (MONTEIRO, 2000, p. 85).

A categoria de análise das Unidades de Paisagem pode ser definida como geossistemas, que são compreendidos como conjunto de fenômenos naturais físicos e fenômenos antrópicos. Em consonância, atuando aglutinados, representam a paisagem transformada ou não pelas ações sociais. Na amplitude do conceito, geossistemas são entendidos, como unidades naturais integrais, que podem-se distinguir suas modificações e transformações como resultantes das ações dos diferentes tipos de ocupação (GUERRA; MARÇAL, 2006).

Na ambientação dos geossistemas, a categoria de análise que melhor acomoda a sua dimensão é a paisagem. Mesmo sendo este um conceito considerado polissêmico, ainda, por vezes, estranho a ciência geográfica moderna, afinal, nos novos tempos, a dinâmica transformadora do espaço, são quase sempre amplamente remodeladas pela ação antrópica. Na evolução do discurso científico geográfico, percebe-se o discurso ambiental flertando numa crescente com o discurso discreto e contribuidor da geografia cultural, humanista, “assentadas na fenomenologia, no existencialismo, na retomada da matriz historicista, na subjetividade, intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e a compreensão como base na inteligibilidade do mundo real”. (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 100).

No contexto momentâneo o conceito de paisagem avoluma-se e é revalorizado, encontrando em Bertrand a sua definição conceitual, como sendo “certa porção do espaço, resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

As relações e dinâmicas espaciais desses fenômenos são compreendidos, na atualidade, como o estudo da complexidade inerente as organizações espaciais. Assim, Christofolletti “atribui à paisagem a compreensão do espaço como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos e sociais”. (CHRISTOFOLETTI, 1999).

A busca pela análise sistêmica baliza-se na ideia de paisagem como totalidade, onde coadunam-se natureza original, sociedade e cultura num amplo contexto de variáveis que buscam representar a relação da natureza como um sistema entrelaçado com a ação humana. A complexidade das paisagens exige uma profusão de classificações, as quais podem enquadrar-se em três princípios básicos de análise: o princípio genético, o estrutural sistêmico e o memorial histórico, que se homogenizam numa classificação complexa e dinâmica.

A definição de Unidade de Paisagem tem sido um grande desafio dada a sua complexidade, pois a interação entre “os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico permite a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, como também identificar as principais fragilidades ambientais de cada unidade, elemento essencial na gestão do território”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Nesse contexto desafiador, a gestão do território como mecanismo de educação das ações sociais no meio ambiente tem reconhecidamente nos estudos de sustentabilidade interligado ao planejamento, o principal meio de efetivações das “ações no espaço territorial, sejam, por meio de diagnósticos, estudos de impactos, levantamentos físicos territoriais, seja pela análise sócio econômica, enfim, por mecanismos que possibilitem antever quadros futuros de organização territorial”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Tal importância também se reconhece no campo da transdisciplinaridade científica, pois alicerçada em estudos setoriais, integrando domínios físicos aos culturais, respeitando suas marcas únicas que dão identidade ao ambiente físico, permite assinalar em escalas e sinais próprios, categorias específicas facilitadoras para identificação e avaliação de impactos, avaliação de recursos naturais, reconhecimento e mitigação de áreas de riscos, avaliação de vulnerabilidade ao ambiente de toda a natureza.

É notório que a gestão territorial se legitima quando é alimentada e ganha musculatura através do diálogo entre ciências, os autores e os conceitos, possibilitando a ampliação de interpretações e contribuições, sendo prática transformadora que garante mais equidade na distribuição territorial, direcionando o olhar para a melhoria da qualidade de vida na sua totalidade.

## 4.2 O GEOPATRIMÔNIO

As paisagens, pelas suas peculiaridades intrínsecas ao arcabouço dos seus componentes, compõem um complexo de estruturas que, uma vez possuindo valores singulares, seja pela sua, raridade, beleza, funcionalidade, entre outros, justificam ser, como Patrimônio.

Algumas características de particulares das paisagens resultam da presença de formas de relevo excepcionais, as quais realçam os aspectos relacionados com a gênese e evolução do relevo, enquanto testemunhos geohistóricos da interação de processos endógenos e exógenos, com impacto direto nas peculiaridades que caracterizam a paisagem (BOSETTI, 2010).

Para Figueiró et al. (2013) a paisagem traduz uma intensa relação entre a sociedade e a natureza, refletida no fornecimento da estrutura dos elementos materiais, abióticos e bióticos

que garantem o regular funcionamento ecológico, e no fornecimento das condições para o desenvolvimento da história do Homem na Terra.

Portanto, o Geopatrimônio, considerado, neste texto, compreende o “conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território”, sendo “constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial” (RODRIGUES; FONSECA, 2008; Rodrigues, 2019).

Portanto, aspectos como originalidade e capacidade de suporte, permite atribuir valoração e identidade, as quais podem orientar diretrizes legais para a proteção, conservação e manejo dos respectivos territórios, tais medidas consolidadas em planos diretores de uso e ocupação, via a análise geomorfológica, especialmente quando esta é realizada em escala de detalhe cartográfico.

Dessa forma, considerando, as premissas do geopatrimônio, é possível afirmar que a Bacia do Lago Paranoá é para Brasília, a proeminência geográfica da paisagem original de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política.

Entende-se considerar que, a cidade capital surgiu de um pioneiro diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a BHLP, foi reconhecida e apropriada como marca definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geomorfológicos modeladores da bacia.

#### 4.3 MATERIAIS E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos deste estudo, estiveram centrados em três eixos, sendo o primeiro de caráter estritamente documental, no qual buscou-se, realizar um resgate dos documentos pré-construção da nova capital (Brasília), em registros cartográficos, planos, projetos urbanísticos e arquitetônicos entre outros, que pudessem evidenciar a relevância da geografia física (de modo muito explícito a topografia e a drenagem) como elementos naturais do sítio que viria a receber a atual cidade de Brasília.

O segundo eixo, foi a articulação destes documentos da pré-existência com aqueles disponíveis após a inauguração da capital, neste caso, se pode destacar a abundância de dados e informações, pois desde 1960 existem muitos dados disponíveis, o que se consolida como uma relevante fonte de pesquisa.

No terceiro eixo, é proposta a aglutinação geoespacial de todo material disponível e organizado, bem como da articulação de documentos textuais pré e pós a inauguração da cidade, nesta etapa se evidencia a nova conformação territorial, formada pela represa que deu origem ao Lago Paranoá, formando assim a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Na figura 12, é apresentado uma síntese destes procedimentos.

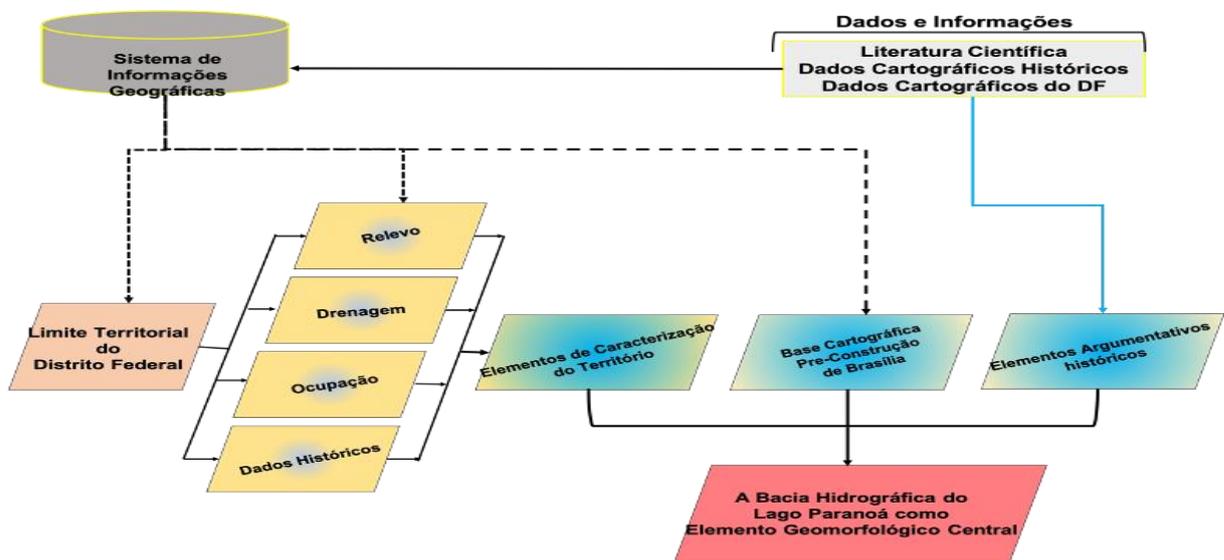


Figura: 12 - Sequência dos Procedimentos Metodológicos em Fluxograma

Fonte: o Autor

A premissa da hipótese, de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é para Brasília, a proeminência geográfica da paisagem original de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política. Nesse sentido, é necessidade urgente reconhecer a potencialidade da BHLP como Geopatrimônio local e nacional, por apresentar em sua dinâmica e morfologia, potenciais ecológicos e identitários, contribuidores para a formação da cidade de Brasília.

Consideramos que a cidade capital, surgiu de um embrionário diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a BHLP, foi reconhecida e apropriada como marca

definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geomorfológicos modeladores da Bacia.

Assim, é objetivo da pesquisa, reconhecer e indicar que a Paisagem da BHLP deve ser apropriada e reconhecida como Geopatrimônio local e nacional por apresentar na sua dinâmica morfológica, potenciais ecológicos e identitários, indicadores para a formação urbana da cidade de Brasília. Como objetivo específico, a pesquisa propõe, identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como subsídio para a efetivação da proposta que a define como uma Unidade da Paisagem referência para a cidade capital do Brasil.

Assim, segue pertinente a questão norteadora: pode a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) ser reconhecida e legitimada como Geopatrimônio por ser a proeminência geográfica da paisagem original de maior significado geohistórico, complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília?

Localizada na região central do Distrito Federal (Figura 13), a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (Figura 14) abrange, aproximadamente, uma área de 1.034.07 Km<sup>2</sup>, tendo em seu domínio o centro da cidade (Plano Piloto) e toda Região Administrativa I – Brasília/Plano Piloto, Granja do Torto, Vila Telebrasília e Vila Planalto, acompanhada em sua borda interna pelas Regiões Administrativas: R.A XVI – Lago Sul; R.A XVIII – Lago Norte; R.A X – Guará; R.A XI – Cruzeiro; R.A VIII – Núcleo Bandeirante; R.A XIX – Candangolândia; R.A XVII – Riacho Fundo; parte da R.A III – Taguatinga e parte da R.A VII – Paranoá.

Limita-se ao Norte com as

Regiões Administrativas de Brazlândia – RA IV e de Sobradinho – RA V (Bacia do Maranhão); ao Leste, com a parte da RA V e da RA VII do Paranoá (Bacia do São Bartolomeu); ao Sul, com a RA II do Gama (Bacia do Corumbá); e a Oeste, com a RA III de Taguatinga e parte da RA IV de Brazlândia (Bacia do Descoberto). (FONSECA, 2001, p. 45).

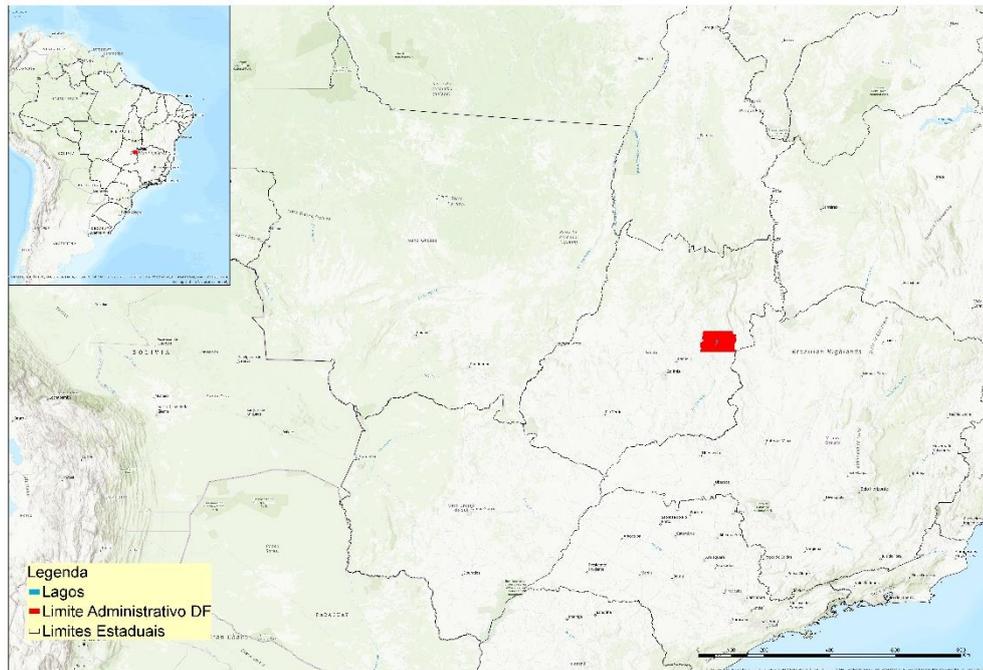


Figura 13 - Localização Geoespacial do Distrito Federal no Território do Brasil Central

Fonte: o Autor

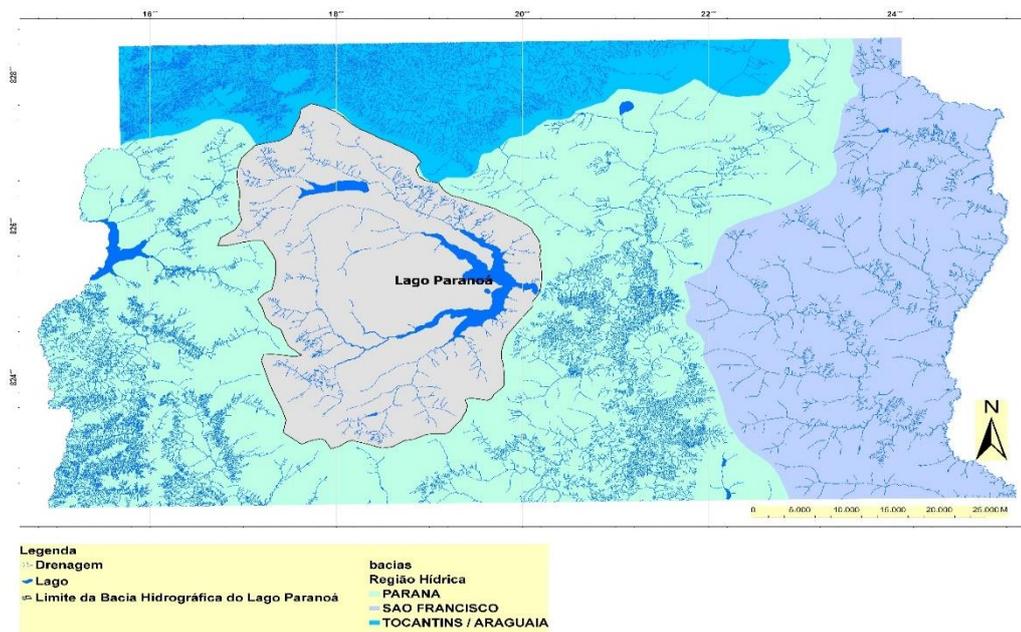


Figura 14 - Localização Geoespacial da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá no Território do Distrito Federal

Fonte: o Autor

A presença de um considerável número de rios tributários, compreende a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá uma singularidade, ela é a única bacia integralmente localizada em todo Distrito Federal, possibilitando um diálogo sustentável pioneiro, entre ambiente e

planejamento, sendo facilitador na observação e controle sobre os mananciais que abastecem o lago símbolo da cidade, o Paranoá. Ou seja, o recorte geográfico, objeto da pesquisa, apresenta em sua composição, “todas as nascentes situadas no quadrilátero do Distrito Federal” (FONSECA, 2001).

Vale ressaltar que não era prática comum dentro do planejamento urbano do período moderno a interação direta e dialógica com o ambiente, renegando como prática, a importância da Unidade de Paisagem, a bacia hidrográfica, como referência para a construção de cidades. Assim,

O urbanismo modernista tradicional desconsiderou aspectos naturais como esse (bacia hidrográfica) [...] privilegiando o enfoque econômico mais do que nunca. Entretanto, após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista em nível internacional, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é uma questão de tempo. (MARICATO, 2013, p. 80)

É interessante ressaltar que antes mesmo do necessário discurso ambiental fazer parte da realidade epistemológica do planejamento urbano, percebe-se que no caso da construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, práticas e cuidados ambientais, anteciparam e legitimaram o caminho da sustentabilidade no Brasil, visto que, todas as condicionantes adequadas a receber a construção da nova capital, foram definidas pelo estudo de seu ambiente físico, especialmente, pela dinâmica das bacias hidrográficas do Distrito Federal, dando destaque a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, justo por ser esta a Unidade de Paisagem diretamente ligada ao centro urbano da capital.

Definido o nosso campo de análise e conceitos, de início percebemos que a história da cidade é bem maior e mais valiosa em referenciais informativos de memória. A importância da criação de Brasília mostra-se muito além de sua exuberante arquitetura e de personalismos políticos, comumente evidenciados.

A cidade inaugura em solo nacional o pioneirismo no compromisso com o estudo do ambiente a fim de evitar tragédias, inspirando um novo tempo de relação com o meio físico. O projeto ousado para Brasília pode ser visto como um exercício atento de sustentabilidade já nos anos 50 e ainda como experiência prática que surge do casamento complicado entre a Geografia Física, a Bacia hidrográfica como assalho receptor do Plano Piloto da cidade, e Humana, representada pelos ideais mudancistas, desde o século XVIII, contribuindo para um diálogo científico em torno da *urb*. Tudo sendo travado concomitante ao surgimento da nova capital brasileira de estética totalmente moderna, porém apropriada de uma trajetória histórica e

memórias de desejos políticos e estratégicos, missões de estudos exploratórios em busca de interpretar a paisagem, que datam desde os tempos monárquicos.

#### 4.4 A LEITURA DA BACIA PELA MISSÃO CRULS E A PROPOSTA DO LAGO PARA A CAPITAL

Valorosas contribuições advindas da criação de Brasília podem ser referendadas em minuciosos estudos previstos para a sua construção. Ganha destaque a Missão Cruls que nos revela privilegiados pesquisadores participantes, entre eles, aquele que viria a ser o responsável direto pelo descobrimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, indicando a necessidade de interferência na paisagem com o intuito de fazer ressurgir um grande lago, que proporcionaria, sem dúvida, “além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações. (FONSECA, 2001, *apud* GLAZIOU, p. 27)

O botânico, engenheiro e paisagista da Missão Cruls, Auguste François Marie Glaziou foi o visionário que interpretou na paisagem um enorme vale que deveria ser espaço ideal para acomodação da nova capital, banhada por um grande lago e delimitada por ‘uma massa forte de serras’, combinando condições ideais para o desafio proposto. E define, em seu relatório que

Entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando um rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte.[...]forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos. (FONSECA, 2001, *apud* GLAZIOU, p. 27).

No observar da morfologia da Bacia se percebe, em todo seu perímetro, a presença de um divisor de águas composto por um conjunto de chapadas (Contagem, Brasília, Taguatinga, Gama e Paranoá), visto como feição natural delimitadora e facilitadora para o projeto da nova capital federal. Fato esse muito bem aproveitado por Lucio Costa para estruturar e acomodar o desenho urbano do Plano Piloto de Brasília num sítio forte e com características ideais e incomuns, como: a) generoso complexo de chapadas funcionando como barreira de proteção e

delimitação do espaço urbano, ideal para uma cidade capital; b) apresenta colina de encostas como espigão divisor de águas, ocupando o centro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, facilitando a acomodação da escala urbana e do eixo monumental nela e ainda por fim, apresenta em seu domínio, toda a confluência da região hídrica da BHLP, com escoamento para um único ponto, a “Leste” do território, definido assim, a consistência caudal do lago para a cidade de Brasília.

Vejamos a seguir, exemplo de acomodação urbana ao contexto geossistêmico da BHLP, ensejando um ensaio pré sustentável entre ambientes notórios na produção do espaço urbano da cidade capital do Brasil, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

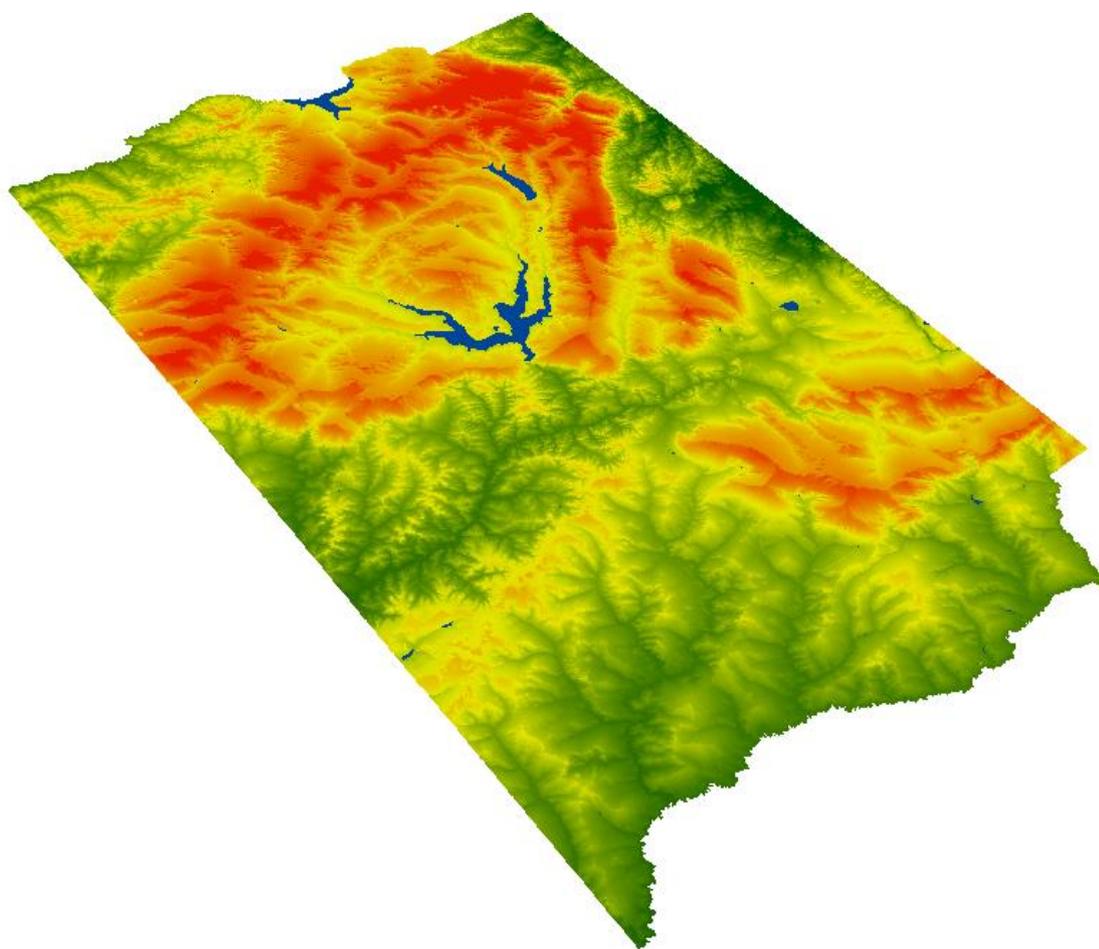


Figura 15 - Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno

Fonte: o Autor

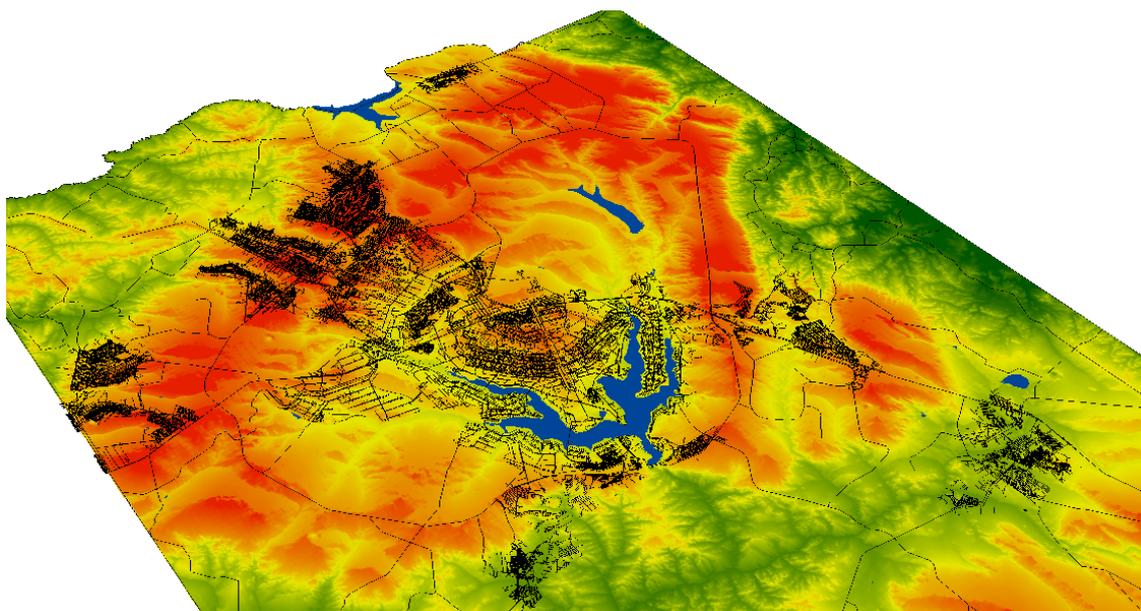


Figura 16 - Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno

Fonte: o Autor

#### 4.5 BACIAS HIDROGRÁFICAS E TRIBUTÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

Com uma área de 5.789,16 Km<sup>2</sup>, a região do Distrito Federal é drenada pelas nascentes de três importantes bacias hidrográficas brasileiras: A Bacia do São Francisco, tendo o Rio Preto como principal tributário; Bacia Araguaia/Tocantins, abastecidos pelo Rio Maranhão e; Bacia do Paraná, tendo os tributários: São Bartolomeu e Descoberto, como os principais contribuidores. De acordo com o mapa hidrográfico do Distrito Federal,

Essas bacias são denominadas de Regiões hidrográficas. Todos os seus rios são de planalto, sendo as principais bacias identificadas por um padrão de drenagem radial. Pela disposição da drenagem, observa-se que dois de seus cursos de água são delimitadores do território do DF: a Leste, o Rio Preto; e, a Oeste, o Rio Descoberto. (FONSECA, 2001, p. 45).

Na análise dos fatos em comparação sóbria é possível considerar a região do Distrito Federal e o Planalto Central brasileiro, como a ‘caixa d’água’ do país, pois são de suas nascentes que escorrem considerável vida hídrica, compondo e dando navegabilidade e funções aos grandes rios nacionais, banhando municípios e sociedades diversas, somando em seguida as águas do Atlântico sul.

A Região Hídrica que compõe e abastece a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é composta pelas unidades: córrego Bananal, córrego Riacho Fundo, ribeirão do Gama, Santa Maria/Torto e o próprio Lago Paranoá.

O centro urbano de Brasília, o Plano Piloto, ocupa importante tecido geomorfológico do Distrito Federal, agregando na sua dimensão física as características e necessidades de uma capital federal, acomodada estrategicamente no chão do lugar.

O *locus* urbano nevrálgico da cidade de Brasília, onde se dinamizam as escalas arquitetônicas modernas é o “Plano Piloto de Brasília”, tombado como Patrimônio da Humanidade. Todo o sítio inicial da cidade está assentado, estrategicamente, sob o substrato litólito central da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Nela está contida a presença dos principais mobiliários urbanos e melhores índices de qualidade de vida do Distrito Federal, consolidando como uma simbiose possível, respeitosa e dialógica, entre ambientes: natural, representado na BHLP e o social/urbano, representando a dinâmica antrópica da cidade.

Situada entre os paralelos 15° 30’ e 16°03’ de latitude sul e os meridianos de 47°25’ e 48°12’ de longitude a oeste, o Distrito Federal tem como limites naturais, a Leste o Rio Preto e, a Oeste, o Rio Descoberto; ao Sul e ao Norte do quadrilátero está limitado por dois cortes paralelos fronteiros a municípios goianos, formadores do complexo metropolitano de Brasília denominados de Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) ou Área Metropolitana de Brasília (AMB).

A cobertura pedológica e a organização lito estrutural do relevo do recorte definido como a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá têm íntimas relações com as possibilidades condicionantes para erguer a capital Brasília no Planalto central brasileiro.

Assim, em localização,

A área do Distrito Federal está compreendida pelo Planalto Central goiano, na qual se encontram as maiores cotas altimétricas da região do Centro Oeste. Em função delas, divide-se a área do DF em quatro compartimentos geomorfológicos: pediplano de Contagem-Rodeador, pediplano de Brasília, depressões interplanálticas e planícies aluviais e alveolares. (PELUSO; OLIVEIRA, 2007, p. 19)

#### 4.6 PADRÕES DE RELEVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ

As características geomorfológicas da paisagem do domínio morfoclimático do Cerrado resultam de enorme interação de regime climático por duas estações bem definidas, com fatores litológicos, edáficos e bióticos.

Do ponto de vista da geomorfologia estrutural, entre os trabalhos realizados para o território do Distrito Federal, a investigação de Nascimento (2011), é de valiosa contribuição, pois apresenta o embasamento que sustenta o ‘Domo de Brasília’ a partir da composição geológica e sua evolução, evidenciada pela marcante presença das concreções ferruginosas nos topos e bordas elevadas desse domo. Ao observar a hipsometria do DF (Figura 15), fica evidenciado a presença do domo de Brasília e sua configuração geomorfológica resulta na conformação da bacia hidrográfica do Lago Paranoá.

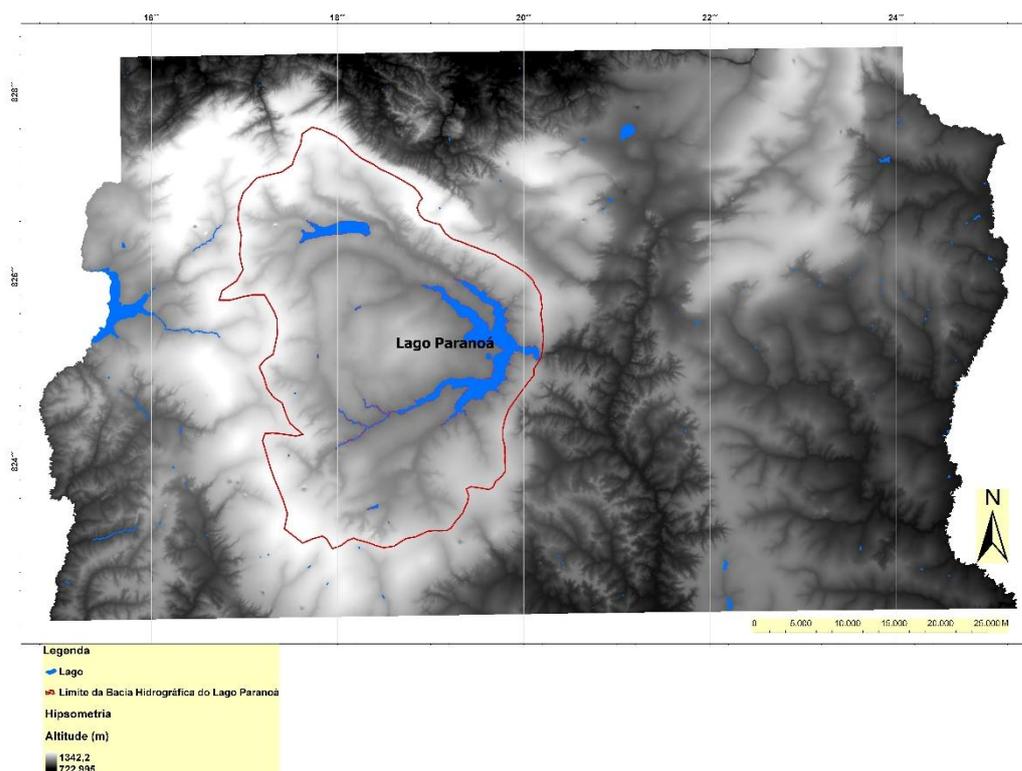


Figura 17 - Hipsometria do Distrito Federal, destaque para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, com seus divisores de águas delimitados pelo ‘Domo de Brasília’

Fonte: o Autor

Acerca da caracterização do relevo do Distrito Federal, os trabalhos desenvolvidos desde o Relatório Belcher (1957), passando por Penteadó (1976), IBGE (1984), CODEPLAN

(1984), Maio (1986), Novaes Pinto (1986), Carneiro (1999 e 2001) até Steinke (2003, 2007 e 2011), foram tentativas de aproximação para compartimentação dos padrões de relevo presentes no território do Distrito Federal. É necessário ressaltar que até este momento o território não foi mapeado para fins geomorfológicos em escala adequada, especialmente no que diz respeito a sua representatividade histórica e, principalmente, a sua importância para o cenário local.

Tendo como recorte os limites do quadrilátero do Distrito Federal, dentre os trabalhos realizados, indiscutivelmente o trabalho de Steinke (2003 e 2011) são os que buscam detalhar em maior nível os padrões de relevo presentes nesta área, inclusa desta forma a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Para este autor, predominam, padrões de colinas suaves e médias no centro da bacia e as bordas com a presença de morros médios e íngremes (Figura: 16).

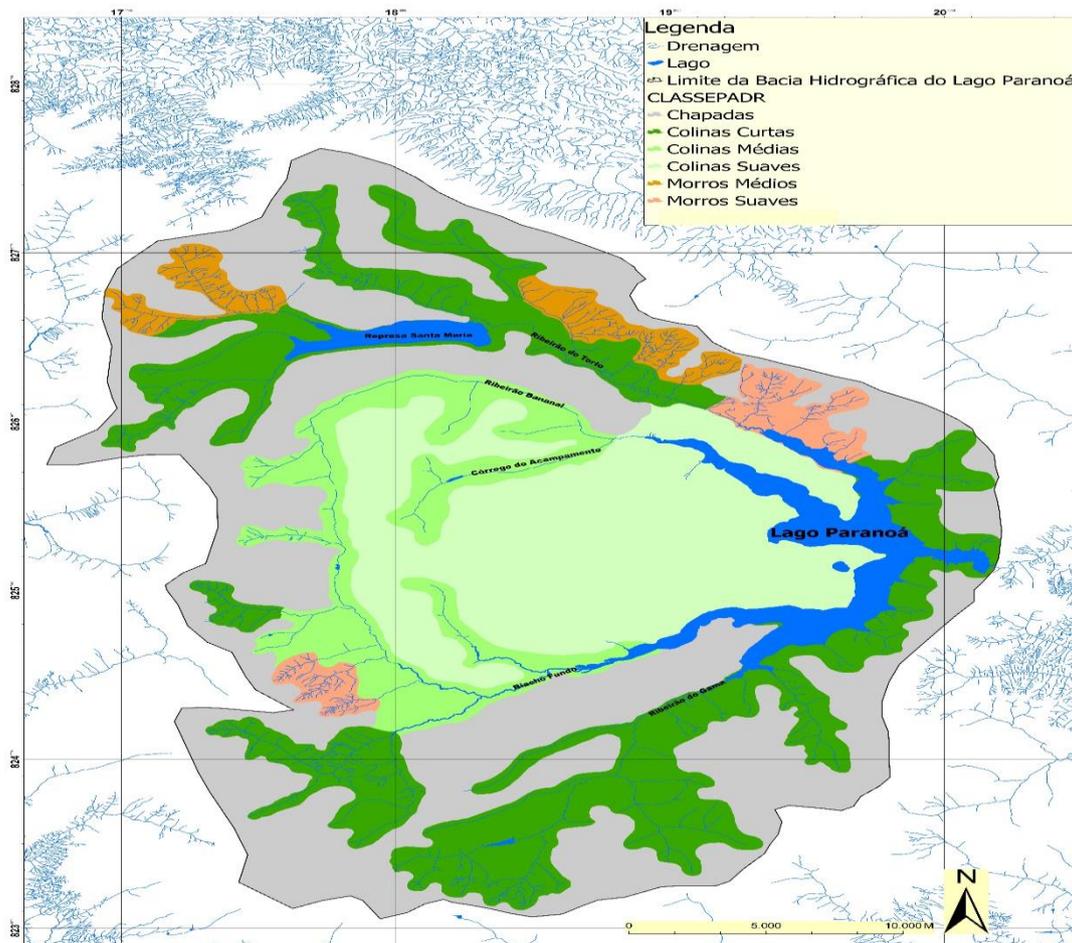


Figura 18 - Padrões de Relevo para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

Sob orientação do método, a análise, a integração e a interrelação entre diversos aspectos e dinâmicas, visando dar a pesquisa mais compreensão crítica e atenta da paisagem, permitiu a busca da leitura, interpretação e reconhecimento da paisagem, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como uma Unidade (Paisagem) basilar, com características e condições raras e distintas, capazes de acolher em seu leito morfológico, o desenvolvimento sociourbano da cidade moderna de Brasília.

A definição da estrutura geomorfológicas na delimitação da paisagem, reconhecendo ser ela uma unidade geossistêmica, só foi possível, considerando o pensamento de Ross, em que, “o entendimento do relevo passa, portanto pela compreensão de uma coisa maior que é a paisagem como um todo”. Acrescenta ainda que, “não é possível abranger a gênese e a dinâmica das formas de relevo sem que se entendam os mecanismos motores de sua geração, sem que se percebam as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade Geoambiental”. (ROSS, 1990, p. 12).

Construindo sempre uma relação de suporte entre tipos e formas de relevo, recursos hídricos, solos e estes com a litologia, tipos climáticos e outros, em dinâmica constante compondo a geografia ideal para as interferências e ações.

Assim, pelo exposto, é possível reconhecer que a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá não é formada apenas pela acumulação dos tempos, dos usos, do passado, das ocupações. Ela também é dinâmica e se reproduz na transformação antrópica do espaço pela imbricação dos aspectos culturais e físicos/naturais.

O reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a Unidade de Paisagem pioneira e generosa para acolher o sonho de construir a cidade de Brasília, eleva e dá protagonismo ao conceito de paisagem, como categoria de análise geográfica, possibilitando maior significado junto ao planejamento, ao projeto e gestão de espaços urbanos, seja em qualquer escala, assumindo ser ela, a paisagem, um produto geográfico, também produtor de práticas sociais cotidianas.

O próprio desenho geográfico do sítio geomorfológico indicava a acertada escolha do terreno, apontando os caminhos para um possível diálogo sustentável. O recorte geomorfológico e a beleza do Cerrado acrescentaram à cidade dimensão estética e humanizadora, pois se trata de

um sítio convexo. É aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calmaria, ele tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar[...]Este vale florestado é de tamanho suficiente e fica a uma distância suficiente para não constituir uma desvantagem. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 1995, p. 243).

Ainda sobre a dimensão física da paisagem, Romero afirma que “a configuração (do relevo) que define sua paisagem garante a Brasília a visão de um horizonte de 360° e da abóbada celeste como um semi-hemisfério completo”. (ROMERO, 2011, p. 31)

Além dos elementos da paisagem já identificados, outros foram fomentados para ressignificar o espaço, dando visualização e complementaridade ao sítio que receberia a nova capital. Fatos e fatores físicos foram bastante ilustrativos para direcionar o audacioso projeto de Lucio Costa. É fácil perceber que o urbanista

Estabeleceu um vínculo com o espaço e escolheu para a localização da capital o triângulo contido entre os braços do lago [...] na linha do espigão, estabeleceu o eixo monumental acompanhando as curvas de nível que descem até o lago e acomodou o eixo rodoviário. (ROMERO, 2011, p. 33).

Na análise do contexto é salutar perceber que, do ponto de vista da ocupação da cidade, o urbanista modernista exigia a manutenção da serenidade da linha do horizonte de Brasília com vista desimpedida sobre a paisagem, formando vínculo de construção de identidade da paisagem cultural na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

#### 4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, surge aqui como objeto de pesquisa a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista como assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a paisagem original de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, história e tempos evolutivos, significações e memórias e enormes desafios.

Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos no objetivo proposto, onde buscamos compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como principal marco geográfico e elemento de identidade e afirmação legítimos da cidade capital do Brasil.

É fácil perceber que Brasília, que nasceu sob o signo da modernidade, se evidencia em um sítio generoso e forte, marcado pela presença evolutiva do Cerrado. Concebida para que o aberto e o desimpedido de sua morfologia fosse usufruído democraticamente, a cidade assume seu espaço de identidade entre os meios, físicos e antrópicos, consolidando enraizamentos e pertencimentos em sua dinâmica urbana.

Na análise dos fatos, é possível afirmar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá representa para a cidade de Brasília o recorte essencial e condutor principal para o surgimento e realização da cidade capital de todos, levando a crer ser este, o maior desafio de preservação ambiental para uma cidade que nasceu como exercício de sustentabilidade urbana e dotada de alma científica. Dessa forma, a BHLP merece reconhecimento, apropriação, respeito e, sobretudo, cuidados. Pois, além de ser o marco definidor para a construção da capital, apresenta características ímpares de sua geodiversidade e geohistória, capazes de legitimá-la definitivamente, também, como geopatrimônio do país.

Ante ao exposto, vale ressaltar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá com suas características naturais e antrópicas é a paisagem geográfica e memorial edificante da cidade. É ela o recorte receptor que carrega a história do pensamento evolutivo de ocupação do Brasil Central, partindo dos tempos coloniais aos dias atuais.

No presente momento, Brasília vivencia em seu ecossistema urbano, o justo e relevante reconhecimento internacional em ser cidade tombada como patrimônio mundial da humanidade. Título reconhecido e recebido em 1990, justamente por ser a cidade, expressão do pensamento urbano moderno. Todavia, aspectos geohistóricos foram negligenciados, no decorrer do tempo, do contexto formador da cidade e do discurso patrimonial da cidade, mesmo sendo a BHLP a paisagem de importância ímpar, percebida e analisada enquanto sítio original, generoso e acolhedor da capital de todos os brasileiros.

#### 4.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 02, p. 177-198, 2008.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia*, Brasília, n. 01, v. 02, 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O relatório técnico sobre a nova capital da república: relatório Belcher*. 4. ed. Brasília: GDF: CODEPLAN, 1995.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília*. São Paulo: Nova Técnica Editora, 2011.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia, ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção: Repensando a Geografia).

#### 4.9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELCHER, D. J. *et al. Relatório Técnico sobre a nova capital da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. (Coleção Interiorização da Capital do Brasil)

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). *Projeto Radambrasil. Levantamento de recursos naturais*. Rio de Janeiro. Folha SD. 23 Brasília: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. [v. 29]. 34 vols.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa; SOUZA, N. M. Compartimentos geomorfológicos do Distrito Federal. *Revista Universa*, Brasília, v. 9, n. 2, p.339-348, 2001.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa. *Mapeamento geotécnico dos materiais naturais de construção do Distrito Federal: uma base de dados para o planejamento e gestão*. 1999. 209 f. Tese (Doutorado em Geotecnia) – Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *Atlas do Distrito Federal*. Brasília, CODEPLAN, 1984.

MAIO, C. R. Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 259-284, 1986.

NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. *Evolução de um perfil laterítico em domo estrutural de Sobradinho, Distrito Federal*. Uberlândia, 2011. 161f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

PENTEADO, M. M. Tipos de concreções ferruginosas nos compartimentos geomorfológicos do planalto de Brasília. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v. 16, n. 32, p. 39 - 53, 1976.

PINTO, Maria Novaes. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.

STEINKE, Valdir Adilson. *Uso integrado de dados digitais morfométricos (altimetria e sistema de drenagem) na definição de unidades geomorfológicas no Distrito Federal*. 2003. 101f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji; STEINKE, Ercília Torres; NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. O Desenvolvimento dos estudos geomorfológicos no Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 32, p. 107-120, 2007.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji. Semi-automatic identification, gis-based morphometry of geomorphic features of Federal District of Brazil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Brasília, v. 12, p. 03-09, 2011.

## CONCLUSÃO

Assim, surge aqui como objeto da tese a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista como assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a paisagem original de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, história e tempos evolutivos, significações e memórias e enormes desafios.

Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos na intenção proposta, onde busca-se compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a expressão geográfica e elemento de identidade e afirmação legítimos da cidade capital do Brasil.

É fácil perceber que Brasília, nascida sob o signo da modernidade, evidencia-se num sítio generoso e forte, marcado pela presença evolutiva do Cerrado. Concebida para que o aberto e o desimpedido de sua morfologia fosse usufruído democraticamente, a cidade assume seu espaço de identidade entre os meios, físicos e antrópicos, consolidando enraizamentos e pertencimentos em sua dinâmica urbana.

Na análise dos fatos, é possível afirmar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá representa para a cidade de Brasília o recorte essencial e condutor principal para o surgimento e realização da cidade capital de todos, levando a crer ser este, o maior desafio de preservação ambiental para uma cidade que nasceu como exercício de sustentabilidade urbana e dotada de alma científica. Dessa forma, a BHLP merece reconhecimento, apropriação, respeito e, sobretudo, cuidados. Pois, além de ser o marco definidor para a construção da capital, apresenta características ímpares de sua geodiversidade e geohistória, capazes de legitimá-la definitivamente, também, como geopatrimônio do país.

Ante ao exposto, vale ressaltar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá com suas características naturais e antrópicas é a paisagem geográfica e memorial edificante da cidade. É ela o recorte receptor que carrega a história do pensamento evolutivo da ocupação do Brasil Central, partindo dos tempos coloniais aos dias atuais.

No presente momento, Brasília vivencia em seu ecossistema urbano, o justo e relevante reconhecimento internacional em ser cidade tombada como patrimônio mundial da humanidade. Título reconhecido e recebido em 1990, justamente por ser a cidade, expressão do

pensamento urbano moderno. Todavia, aspectos geohistóricos foram negligenciados, no decorrer do tempo, do contexto formador da cidade e do discurso patrimonial da cidade, mesmo sendo a BHLP a paisagem de importância ímpar, percebida e analisada enquanto sítio original, generoso e acolhedor da capital de todos os brasileiros.

Retomando o contexto histórico da construção de Brasília, foi com o advento da República no Brasil em 1889, que Floriano Peixoto nomeou uma equipe chefiada pelo astrônomo belga Luiz Cruls para delimitar a área em que deveria se estabelecer a nova capital do Brasil. Assim, em sete meses de trabalho, de meados de 1892 a princípios de 1893, foram percorridos mais de quatro mil quilômetros realizando um levantamento geográfico minucioso da região. Desse trabalho resultou o Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, podendo ser considerado como o primeiro ato efetivo no sentido da transferência da capital para o interior do território.

Vale ressaltar que a Comissão Cruls se valeu dos trabalhos cartográficos dos geógrafos pioneiros enviados por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ainda no século XVIII. Assim, Cruls confirma em seu relatório sobre a importância do estudo cartográfico de Francesco Tosi Colombina, reconhecendo que o pesquisador genovês

Reuniu informações de vários “desbravadores” ou “colonizadores” (no sentido mais de exploradores do que cultivadores), personagens míticos e épicos que punham sob o domínio português, com a força e coração, terras dominadas por florestas e índios ou pouco exploradas desde as primeiras expedições de 1596. Mesmo sabendo se tratar de territórios destinados à Espanha pelo teórico Tratado das Tordesilhas (1494), como será também o de Madri (1750), tanto é assim que foi anulado em 1761 pelo Tratado do Prado (FONTANA, 2004, p. 26-27).

Nos chama atenção, sobre a confiável e precisa informação técnica da pesquisa de Tosi, servindo como ponto de auxílio científico para o reconhecimento geográfico local, contido no Relatório Cruls, 141 anos após a criação do primeiro mapa oficial da Capitania de Goiás, em 1751, atribuído a autoria ao cartógrafo, Francesco Tosi Colombina, também engenheiro de estradas.

Novamente constava na Constituição brasileira de 1946 a exigência à transferência da capital do país, para o interior do território. No mesmo ano, o governo do Presidente brasileiro do momento, Eurico Gaspar Dutra, criou a Comissão de Estudo Para a Localização da Nova Capital, chefiada pelo general Poli Coelho que, além de confirmar o estudo da área demarcada,

ainda a ampliou. Nesse momento, o processo de transferência da capital do Brasil agiliza-se, com a urgência requerida pelo processo de acumulação capitalista.

Para a localização da nova capital do Brasil, buscou-se superar os problemas das cidades sem planejamento, sendo recomendado estudos de sítios no estado de Goiás baseado em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições climáticas e da beleza local.

Novamente as preciosas informações do mapa de Tosi Colombina, criado sob a orientação do mapa de Ângelo dos Santos Cardoso, foram confirmadas e serviram de fonte complementar, após 62 anos de conhecimento do relatório Cruls, em 1892, realizada pela expedição estadunidense Donald J. Belcher & Associados, em 1954, já respondendo as exigências para a transferência e criação da capital moderna, Brasília.

Esse confronto de imagens e impressões ao longo do tempo, nos permite afirmar que o desenvolvimento do planejamento de ocupação territorial no Centro-Oeste do Brasil, só se fez verdade por meio da participação de diversos pesquisadores que aqui estiveram e no reconhecimento de seus estudos, servindo para nortear e complementar novos embasamentos científicos para a região, nutrindo assim, o acervo memorial e geohistórico da cidade de Brasília, capital do Brasil, inaugurada em 21 de abril de 1960.

A premissa constitucional de transferência da capital traduziu-se numa vontade que perdurou anos no imaginário dos políticos e da população em geral. Muitas eram as manifestações de apoio e contrárias ao tema da mudança. O próprio Cruls, finalizando o seu relatório, defende a transferência da capital com um discurso de inspiração positivista, relatando que,

Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que d'essa medida podem provir, acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas as ideias progressistas e que considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso. (CRULS, 2003, p. 111)

Pensar numa nova capital para o Brasil, partia então, tanto do ponto de vista da perspectiva do desenvolvimento como agente 'civilizador', quanto como pólo de povoamento aos sertões brasileiros, como agente de integração nacional. O discurso estratégico de modernização estava presente e envolto ao nascimento da cidade.

A confluência da geografia da área destinada à construção da capital, seguramente se apresentava como uma paisagem de grande expressividade e força, conferindo monumentalidade ao sítio, apenas pela localização. Assim, dois anos mais tarde, 1956, na exata localização da BHLP, iniciou-se o trabalho de edificação da nova capital do Brasil, após um longo período de estratégias políticas, pesquisas e definições consolidadas ao longo do tempo e espaço em diálogo sistêmico.

A saga da construção explorada de Brasília inicia-se quando o candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, assume publicamente e politicamente o compromisso de transferir a capital do Brasil para o interior do país, exatamente no dia 04 de abril de 1955, durante o histórico comício em Jataí, interior de Goiás. Esse é o discurso oficial histórico e a narrativa hegemônica da construção de Brasília.

Após o aceno positivo técnico, o já eleito presidente JK envia ao Congresso Nacional mensagem referente à transferência da capital, causando enorme repercussão e motivando diversidade de argumentos, favoráveis e contrários a criação da cidade. Na tentativa de convencer e desvincular-se de uma paternidade polêmica, JK se ampara na lei e na história como suporte:

Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de aperto. Em torno de nós, a vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos à beira mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o Oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso (OLIVEIRA, 2005 p. 177-178).

Entre o comício de Jataí e o projeto sancionando, a lei de transferência da capital, a velocidade da ação foi meteórica. Desta forma, a simplicidade do projeto e o ideal desenvolvimentista seriam usados, exaustivamente, no intuito de sensibilizar a todos sobre a magnitude e importância para a nação da ideia da transferência.

Com teor quase que premonitório a todo o processo de apresentação do lastro histórico, consolidado nas Constituições de 1891, 1934 e 1946, o resgate das pesquisas das comissões mudancistas e a existência em lei que fixava o sítio definitivo da futura capital, em conjunto, se concluía que era chagada a hora.

No mês de setembro de 1956 foi publicado o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. O concurso público seria restrito aos arquitetos brasileiros, o que contribuiria no reforço ao caráter mítico nacionalista de Brasília.

Reconhecida em todo o mundo como exercício do urbanismo modernista, Brasília, com seus edifícios em linha reta, seu traçado racionalista, pela inovação da superquadra e por sua distribuição setorial fez a cidade se apresentar ao mundo como cidade-projeto, idealizada na mente de seu criador e materializada no Cerrado brasileiro. Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da geohistória de seu tempo.

Esta premissa encaixou perfeitamente com o Plano de governo na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek, indicando Brasília como símbolo irradiador de desenvolvimento econômico para além da Região Sudeste, encaminhando ao Cerrado, evolução e inserção financeira. Juscelino Kubitschek apresentou Brasília como fato destinado a marcar definitivamente a história do Brasil, pois afinal,

Tratava-se de construir uma cidade que deveria ser tornar a nova e definitiva capital do Brasil. Brasília foi apresentada ainda como a consequência direta de uma análise que compreendia o Brasil de então como nação ainda em formação, subdesenvolvida, apenas localmente industrializada, não tendo efetivamente conquistado seu grande território e desprovida de projeto nacional. Para o governo J.K, portanto, Brasília passou a ser a maneira mais rápida e eficaz de desenvolver o interior, de modernizar e integrar o país, enfim, de corrigir e reordenar o curso de nossa história, num processo logo intitulado “a construção de um novo Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 22)

Seguindo esse ensejo desenvolvimentista é percebido que no discurso político construtor da cidade, a importância basilar da paisagem sede para a construção da cidade, já perdia em importância entre os novos protagonistas do desafio.

Nesse sentido, buscamos aqui evidenciar a importância geográfica para o contexto formador de Brasília, exaltando a Bacia Hidrográfica do lago Paranoá como a proeminência

geográfica da paisagem original basilar e acolhedora para o possível assento da camada urbana projetada para cumprir as funções originais dirimidas a uma cidade capital do país.

Assim, surgiu como objeto de tese a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista enquanto assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a paisagem original de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, memórias e tempos evolutivos, significações e enormes desafios. Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos no objetivo proposto, onde busca-se compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá enquanto expressão geográfica e elemento de identidade e afirmação legítimos da cidade.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Anais da Província de Goiás (1863)*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979.

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. *As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP. Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 02, p. 177-198, 2008.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 8, D. 554. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 6, D. 429. \_\_\_\_\_. AHU\_CARTm\_008, D. 0866 / D. 0867. Lisboa. PT. 2018.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora Verano, 2000.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Global: esboço metodológico. *Cadernos de Ciências da Terra*, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, v. 13, pp. 1-27, 1971.

BRITO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia*, Brasília, n. 01, v. 02, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte, UFMG, 2007. p. 29-49.

CARDOSO, Ângelo dos Santos. Mapa da Capitania de Goiás. O primeiro e mais ajustado que lá apareceu até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, e se os Arrayaes, mostrando o caminho que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, até o do Amazonas. **1750**. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento)

COLOMBINA, Francisco Tosi. Mapa Geral da Capitania de Goiás. **1751**. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 53,5 Cm x 77 Cm. Arquivo Histórico do Exército.

CALANDRELI II, Stanilaw. Marquês de Pombal, um Pedreiro Iluminista. GGN: o Jornal de os Brasis, 2015. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/historia/marques-do-pombal-um-pedreiro-iluminista/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional: tentativa de compreensão de 30 anos das gerações ambientais no direito constitucional Português. In: CANOTILHO, José

Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 57-130.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Graciete Guerra da. O mapa de Goiás de Tosi Colombina e o mapa das cortes. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., Porto, 2011. *Anais* [...]. Porto: s. n., 2011. ISBN 978-972-8932-88-6.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O relatório técnico sobre a nova capital da república*: relatório Belcher. 4. ed. Brasília: GDF: CODEPLAN, 1995.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República*. 3. ed. Brasília: CODEPLAN, 1984.

COSTA, Maria Elisa. Para entender o tombamento de Brasília e a portaria 314 do IPHAN. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Editora Kelps, 2017. p. 99.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003. Volume 22.

DIAS, Lidiane Tomaz. *Modelagem dinâmica espacial do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Lago Paranoá – Distrito Federal: 1998-2020*. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

FONTANA, Ricardo. *Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII*. Brasília: Editoria Charbel, 2004.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. p. 26

MAGGIAROTTI, Leone Andrea. *Gli architetti militari italiani nella Spagna, nel Portogallo e nelle loro colonie*. Roma: La Libreria dello Stato, 1939.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- NASCIMENTO, Rafaela Araújo; STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na geografia. *Revista Ra'ega*, Curitiba, v. 44, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/47200>. Acesso em: 10 set. 2020.
- NASSI-CALÒ, Lilian. Teses e dissertações: prós e contras dos formatos tradicional e alternativo. *SciELO em Perspectiva*, 2016. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto; CAMPOS, Neio Lucio. *Totalidade e espaço: ensaio metodológico (teoria, história y metodologia de la geografia)*. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 2015, Havana. *Anais [...]*. Havana: EGAL, 2015.
- OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. *A Erradicação da Vila do IAPI: marcas do processo de formação urbana de Brasília*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2007.
- OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o Mito da Trajetória da Nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PELUSO, Marília Luiza. *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano: as representações sociais da moradia na cidade satélite de Samambaia/DF*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.
- PELUSO, Marília Luiza. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊIA, Luiz Alberto de Campos (org.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da UnB, 2003. p. 180-196.
- PINTO, Maria Novaes. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.
- RAMOS, Vera. Você conhece Brasília? *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Kelps, 2017. p. 125.

RODRIGUEZ, José Mateo; SILVA, Edison Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. *Geoecologia da paisagem: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. Fortaleza: EDUFC, 2002.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília*. São Paulo: Nova Técnica Editora, 2011.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia, ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção: Repensando a Geografia).

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 12. ed. port. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editores, 1985.

SILVA, Elias Manoel; VIEIRA JÚNIOR, Wilson (org.). *GOYAZ: Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SOUZA, Maria Claudia da Silva. 20 anos de sustentabilidade: reflexões sobre avanços e desafios. *Revista da UNIFEFE*, Brusque, v. 11, dez., p. 239-252, 2012.

VIEIRA JÚNIOR; Wilson Jardim; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA*, 24., 2010, Aracajú. *Anais [...]*. Aracajú: SBC, 2010. p. 1944-1953. Tema: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intensão e representação*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília. 2015.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELCHER, D. J. *et al. Relatório Técnico sobre a nova capital da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. (Coleção Interiorização da Capital do Brasil)

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). *Projeto Radambrasil. Levantamento de recursos naturais*. Rio de Janeiro. Folha SD. 23 Brasília: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. [v. 29]. 34 vols.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa. *Mapeamento geotécnico dos materiais naturais de construção do Distrito Federal: uma base de dados para o planejamento e gestão*. 1999. 209 f. Tese (Doutorado em Geotecnia) – Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa; SOUZA, N. M. Compartimentos geomorfológicos do Distrito Federal. *Revista Universa*, Brasília, v. 9, n. 2, p.339-348, 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *Atlas do Distrito Federal*. Brasília, CODEPLAN, 1984.

COSTA, Lúcio. Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília. Brasília. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS DE BRASÍLIA, 1974, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1974.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: CODEPLAN/DEPHA, 1991.

MAIO, C. R. Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 259-284, 1986.

NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. *Evolução de um perfil laterítico em domo estrutural de Sobradinho, Distrito Federal*. Uberlândia, 2011. 161f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

PENTEADO, M. M. Tipos de concreções ferruginosas nos compartimentos geomorfológicos do planalto de Brasília. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v. 16, n. 32, p. 39 - 53, 1976.

STEINKE, Valdir Adilson. *Uso integrado de dados digitais morfométricos (altimetria e sistema de drenagem) na definição de unidades geomorfológicas no Distrito Federal*. 2003. 101f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji. Semi-automatic identification, gis-based morphometry of geomorphic features of Federal District of Brazil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Brasília, v. 12, p. 03-09, 2011.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji; STEINKE, Ercília Torres; NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. O Desenvolvimento dos estudos geomorfológicos no Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 32, p. 107-120, 2007.

**ANEXO A**

**ARTIGO 01 - A CARTOGRAFIA PORTUGUESA COMO ELEMENTO  
FUNDANTE DE BRASÍLIA: A MEMÓRIA DA PESQUISA  
RESSIGNIFICANDO O DISCURSO DO ESPAÇO PREEXISTENTE DA  
CAPITAL**

**A Cartografia Portuguesa como elemento fundante de Brasília: a memória da pesquisa  
ressignificando o discurso do espaço preexistente da capital**

**Tony Marcelo Gomes de Oliveira<sup>2</sup>**

tonymargoli@gmail.com

**Valdir Adilson Steinke**

**Doutor do Departamento de Geografia – UnB**

valdirsteike@gmail.com

**António Avelino Batista Vieira**

**Doutor Department of Geography-University of Minho**

vieira@geografia.uminho.pt

**Resumo**

**Resumo:** Propomos neste artigo a ressignificação memorial referente ao contexto histórico formador da ideia e produção da cidade capital do Brasil, Brasília. O objetivo é indicar a riqueza temporal que induziu a ideia de transferência da capital brasileira, deixando o litoral mercantilista em direção ao interior do território, reconhecendo a origem e a evolução dos estudos cartográficos como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro, tendo como justificativas principais a defesa e a ocupação territorial. Também é objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a estratégica participação do Marquês de Pombal, no século XVIII, que possuía uma íntima ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os pioneiros mapas da capitania de Goiás, sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte portuguesa em reconhecer e indicar a transferência da capital do Brasil para o interior do território. Como hipótese norteadora, tal fato nos leva a crer que foi o ato político de séculos atrás, de interesse colonial para a apropriação do Brasil Central, o fomento inspirador do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior, contribuindo para o contexto científico e memorial da criação de Brasília, ampliando assim, seu referencial geohistórico, enquanto totalidade espacial. É perceptível na interpretação memorial da cidade, a carência científica negligenciada pelo fato de priorizar no seu conteúdo oficial, a exacerbação apologética à

---

<sup>2</sup> Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

políticos em detrimento aos fatos e fenômenos advindos de fluxos desenvolvimentista do velho mundo, via Revolução Industrial e discurso da modernidade como fundamentais para o seu contexto explicativo formador. Buscando elucidar os objetivos, parte-se das seguintes questões de pesquisa: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e a participação de Portugal, por meio das obras e ações do Marquês de Pombal, como o início inspirador para a história da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? Também, podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico da região central do Brasil, contribuindo futuramente para o planejamento e formação de Brasília? A construção de fatores exigiu o amparo metodológico baseado em sistemática busca bibliográfica e no trabalho de campo realizado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na Torre do Tombo e na Biblioteca de Lisboa e na intensa análise cartográfica, sobrepondo tempos em diálogos geográfico e interdisciplinar. Assim, o artigo no seu contexto, propõe contribuir com o debate referente a geohistória da cidade de Brasília, ressaltando a elasticidade do campo temporal e espacial que possibilitou a materialização da cidade modernista, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990.

**Palavras-chave:** Cartografia. Geohistória. Portugal. Brasília. Ângelo dos Santos Cardoso. Tosi Colombina.

## **Introdução**

Inaugurada em 1960, Brasília foi concebida para ser uma obra de Arte Modernista a céu aberto. O Plano Piloto é um exemplo fiel da aplicação do urbanismo moderno. O traçado original e a organização da cidade em quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica, por si só, fazem de Brasília uma cidade única, conferindo-lhe relevância na longínqua história do urbanismo. Além de inovador,

Seu urbanismo traduz uma referência ética: o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses individuais, que é representado pela predominância das generosas áreas verdes e livres sobre os espaços privados e edificadas. Portanto, as áreas verdes fazem parte do plano urbanístico, têm função ambiental e de lazer e nos ensinam a valorizar o que é público e das futuras gerações. (RAMOS, 2017, p. 225).

Reconhecida em todo o mundo como exercício do modernismo urbano, as inovações de seu conjunto urbanístico e arquitetônico

Foi o primeiro bem contemporâneo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO COMO Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1990, pois até aquele momento somente bens seculares ingressavam na lista. Outra inovação: Brasília é a única cidade do século XX tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. E mais: está protegida por um tombamento de caráter urbanístico, diferente e mais flexível do que o tombamento arquitetônico usual. A área sob proteção abrange 112,25 Km<sup>2</sup>, a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado. (RAMOS, 2017, p. 226)

O contexto formador da cidade de Brasília à inseri como a maior expressão da modernidade e representante matriz da genialidade humana para o planejamento de cidades, permitindo ressignificar e dar suporte a amplitude histórica, associada a totalidade geográfica. Para interligar os fluxos iniciais da cidade às dinâmicas e fluxos internacionais, Holston

recupera Le Corbusier ao demarcar o zoneamento modernista (tipologias de atividades e de forma de construção) a partir da consideração de que o planejamento urbano define-se por meio de quatro funções básicas, premissas do urbanismo modernista - “as chaves para o planejamento urbano estão nas quatro funções: moradia, trabalho, lazer (nas horas livres) e circulação”. A última função “circulação”, estabelece uma comunicação proveitosa entre as outras três. (LE CORBUSIER, 1957, [1941], *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Reconhecidamente, Brasília é um invento singular, original e único, um desafio na apresentação de uma nova proposta de viver. Carrega nela razões que diferenciam a cidade das demais, legitimando seu reconhecimento e tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O urbanista Lucio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer participaram do Movimento Modernista brasileiro e conceberam a cidade com características peculiares e excepcionais, registro de um importante momento histórico da arte mundial. Para referendar a importância da cidade enquanto espaço tombado, a urbanista, filha do criador de Brasília conclui que,

[...] a coisa mais importante de Brasília é o simples fato de ela existir. E digo eu: preservar a concepção original do Plano Piloto não é favor nenhum, é um mínimo de respeito ao testemunho vivo da incrível realização da nação brasileira que Brasília significa. (COSTA, 2017, p. 102).

É salutar perceber que desde a sua concepção e gestação, Brasília resulta de um projeto político marcado, sobretudo, pela intervenção do Estado, que trouxe em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade.

Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da história de seu tempo.

É interessante a percepção referente a contextualização memorial da cidade e sua importância, reconhecida na pesquisa como 'representante da história de seu tempo', porém é notória a carência de fatos empíricos complementares e autenticadores a fim de nutrir e dar robustez científica à história oficial dessa importante cidade, capital do Brasil e para todo o mundo, superando personificações e interesses, mitos e subjetividades em seu contexto explicativo temporal.

Buscando explicitar e ampliar fatos e fatores referentes a memória da cidade é proposto nesse artigo lançar luz aos personagens ainda velados e que muitos nos leva a crer, serem eles protagonistas no pensamento de transferência e de formação da cidade capital do Brasil ainda no século XVIII.

Assim, é fundamental para a proposta do artigo trazer à tona a participação na amplitude histórica da cidade, os geógrafos e cartógrafos, o Português Ângelo dos Santos Cardoso e o Italiano, Tosi Colombina, considerados criadores da cartografia do Brasil Central e do Mapa da Capitania de Goiás, sítio que recebeu e assentou a cidade de Brasília. Cita-se, ainda Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, estadista, Primeiro Ministro e reformador de Portugal, que entre 1750-1777, através de suas reformas, visando reconstruir e desenvolver Portugal, intensificou a pesquisa nas terras coloniais com o intuito de tomar possessões e garantir riquezas para a manutenção da coroa.

O Marquês teve como auxílio, para satisfação de seus desejos iluministas, a contribuição de especialistas, pesquisadores de diversas nações do continente. Diante dos estudos e das consequências positivas trazidas pela formação de Brasília, busca-se abrir diálogo entre os pesquisadores positivistas e a criação da cidade, Brasília, levando a crer que suas pretensões e ações podem ter sido contributivas para o avanço da ideia da interiorização

do Brasil, rumo ao vasto Centro Oeste brasileiro, colocando em curso a política estratégica de reconhecer e ocupar os espaços de interesse colonial.

Dessa forma, é objetivo do artigo indicar a riqueza temporal do assunto e propor amplitude histórica a criação da cidade de Brasília. Também se apresenta como objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a estratégica participação do Marquês de Pombal já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás, sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte portuguesa. Reconhecendo assim que, com o auxílio do método geográfico de pesquisa em campo e da evolução dos estudos cartográficos, foi possível acolher elementos científicos basilares e fundamentais para o conhecimento espacial e geográfico do Centro Oeste brasileiro e do objeto do artigo, a BHP de Brasília.

Como hipóteses norteadoras, partimos da premissa de que o ato estratégico político de séculos atrás, conduzido pela coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, com o intuito de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro Oeste brasileiro, foi o fluxo inspirador para a condução do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior. Contribuindo assim, para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico científico, enquanto totalidade espacial.

Também como hipótese, partimos da premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país, foi o elemento geográfico científico responsável por iniciar na região, o conhecimento real e empírico da paisagem. Introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para o reconhecimento e análise local, possibilitando, a muito tempo depois, a implantação da moderna capital, Brasília, interligando todo o país a região central do Brasil, que até então tinha pouquíssima representatividade para a nação.

É perceptível na interpretação da história oficial da cidade, a carência científica, negligenciada pelo fato da exacerbação da personificação de políticos, em detrimento aos fatos e fenômenos contribuidores vindos do Velho Mundo, por via da Revolução Industrial e do discurso da modernidade, também, fundamentais para o contexto formador de Brasília.

Buscando elucidar os objetivos, parte-se das seguintes questões de pesquisa: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e a participação de Portugal, através das obras e ações do Marquês de Pombal, como o início inspirador para a geohistória da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? Podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico da região central do país, contribuindo futuramente, para a transferência da capital do Brasil e formação da cidade de Brasília, proporcionando amplitude científica a geohistória local?

A construção de fatores exigiu o amparo metodológico baseado em sistemática busca bibliográfica e em campo, onde visitamos o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), a Torre do Tombo e a Biblioteca de Lisboa, espaços onde realizei intensa análise cartográfica, sobrepondo tempos em diálogos geográfico e interdisciplinar.

Assim, o artigo em seu contexto, propõe contribuir com o debate referente a história da cidade de Brasília, ressaltando a elasticidade do campo temporal e espacial que possibilitou a materialização da cidade modernista, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1990.

### **Memorial da cidade: preexistências históricas e estóricas de Brasília**

Como parte crucial do artigo ressalta-se aqui a condição de poder intelectual e científico de Portugal afim de contextualizar e ambientar ações e imbricações da nação portuguesa, juntamente com os 'personagens' Ângelo dos Santos Cardoso, Francesco Tosi Colombina e Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O artigo propõe apresentá-los como parte colaborativa para a composição do acervo histórico memorial da criação da cidade de Brasília.

Na interpretação histórica havia, por parte de Portugal, desconforto em relação ao problema cultural de distanciamento da nação comparado a outras metrópoles europeias,

“ante o quadro da miséria intelectual, política e econômica resultante da obra purificadora” (SÉRGIO, 1985, p. 30). É usual para o processo explicativo que isto se deve, em boa medida, ao fato de Portugal ser um país pequeno e geograficamente estreme, e ao mesmo tempo um velho Estado-nação cuja identidade e interesses se construíram, em parte, por contraste com a Europa continental.

Porém é salutar lembrar que a tradição religiosa do país ganhou corpo e dimensão cultural, sendo um dos pontos de apoio explicativo para a estagnação científica e técnica do país, ao ponto de ser reconhecida como nação atrasada e conseqüentemente distante das exigências estratégicas advindas das conquistas da Revolução Industrial. Na tentativa de amenizar maiores perdas de riquezas e poder de influência, buscou-se em Portugal, “na verdade, estrangeiros e 'estrangeirados' que procuraram arrancar-nos ao nosso Isolamento. Foi, em Castelo, a dinastia francesa e os seus homens; e foram, entre nós, os 'estrangeirados' de que se serviu a vontade cega de Pombal”. (SÉRGIO, 1985, p. 30)

A intervenção renovadora dos estrangeirados, percebida como ajuda a estagnação científica se fez necessária, já que

Portugal e suas colônias formavam (...) um sistema fechado, em que a metrópole, parasitando, pudera viver no isolamento em relação às idéias que animavam a Europa. A grande maioria da Nação, que estava integrada nesse sistema, detestava esses homens de superior cultura, esses pioneiros de uma idéia nova, a quem apodava de 'estrangeirados'. (...) (A estes se deveu, em suma, tudo o que se fez de bom em Portugal nos reinados de D. José e D. Maria I, e no Brasil no tempo de D. João VI). (SÉRGIO, 1985, p. 121).

Além disso,

A carência já secular de quadros técnicos agravava-se com a Sagrada Inquisição que desmantelou o quanto havia de disponível nas escolas portuguesas, obrigando o reino a se valer de profissionais católicos de preferência de Estados italianos que não fossem filo-espanhóis. Técnicos do reino de Nápoles, como também espanhóis, franceses, holandeses e ingleses protestantes, estavam por isso excluídos. (FONTANA, 2004, p. 14).

A carência de técnicos e de produção científica entre os portugueses, ocasionava incômodo, pois era fato, saber que a metrópole portuguesa era escassa em recursos e dependente de sua principal colônia na América. Porém, pouco se sabia sobre as riquezas e

farturas no vasto e ainda desconhecido território brasileiro, sobretudo nas terras distantes do litoral, no interior do país. Lourenço resgata o período de isolamento português, dizendo ser

relativamente recente, mas inegável, constituindo quase uma fractura da nossa imagem cultural, o sentimento de exílio, de distanciamento e, sobretudo, de autêntico e mórbida complexo de inferioridade em relação a uma outra Europa que, na esteira das descobertas hispânicas, iria reforçar a sua revolução cultural - burguesia empreendedora, reforma religiosa, especialização científica - com a exploração económica sistemática dos nossos espaços extra-europeus. A estagnação ibérica é um facto incontestável, mas só o romantismo e, sobretudo, a segunda revolução industrial lhe conferiram, no plano estritamente cultural, essa conotação deprimente, esse sentimento de desvalia que o Portugal e a Espanha dos séculos XVII e XVIII não viveram em termos de tão dramático ressentimento e hiperbólico fascínio. (LOURENÇO, 1988, p. 26).

O sentimento e o silêncio de desvalia que assolava Portugal foi despertado com o fim do reinado de D. João V, iniciando a regência do sucessor José I e de seu Secretário de Estado, passando ao posto de Primeiro Ministro, em 1750. Sebastião José de Carvalho e Melo foi condecorado alguns anos depois, como o Marquês de Pombal.

Pombal foi o reformador de Lisboa, estadista de ideias progressistas, controverso, porém bastante atento as novas exigências no campo do conhecimento e responsável direto em indicar melhor rumo para o país em meio a ascensão europeia.

É verdade também que Portugal já recrutava especialistas do continente europeu, antes mesmo da chegada a América. Em 1317,

o soberano português, Dom Diniz, recorreu ao almirante genovês Emanuele Pessagno e a outros oficiais da frota da República Soberba para criar a Marinha do Estado do Reino de Portugal. Em 1500, é Dom Manuel I que solicita a banqueiros e empresários privados das Repúblicas de Florença e de Gênova o co-financiamento da expedição de Pedro Álvares Cabral e das sucessivas missões navais no hemisfério Sul do Novo Mundo, comandadas, em 1501-1502 e em 1503-1504, pelo florentino Américo Vespúcio. Nos séculos XV e XVI a Cartografia obteve expressivos avanços em decorrência da necessidade de registrar informações preciosas para os navegadores, e também assinalar em mapas as novas terras que iam sendo descobertas. Dessa forma o Brasil foi beneficiado, muito antes da sua descoberta, com a utilização de mapas produzidos em suas diversas fases, contribuindo para formar um rico acervo integrante da Cartografia Histórica do Brasil. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 02).

Nota-se que a política de conquista de territórios e o desenvolvimento da cartografia aconteceram quase que concomitante. Do ponto de vista historiogeográfico são complementares e interdependentes e têm como ponto de origem os ditames do período moderno.

É possível afirmar que a prática portuguesa em atrair estrangeiros capacitados para missões de reconhecer a geografia e as riquezas das suas colônias, conseqüentemente estimulou para que Portugal encetasse os trabalhos necessários para contar com uma cartografia mais acurada e confiável. Seguindo a lógica de absorção de cooperadores estrangeiros desde o século XVI,

D. João V, Rei do império português, através de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Conde de Oeiras (06/06/1759) e Marquês de Pombal (18/09/1770), valeu-se mais uma vez dos italianos, na forma de cientistas, matemáticos, astrônomos, geógrafos, médicos e engenheiros para levantar pontos com longitude para a confecção de melhores mapas. Foi por esse motivo que vieram ao Brasil os chamados padres matemáticos, de diversas nacionalidades, com predomínio de italianos [...], mas também portugueses. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 02).

Durante o comando regente do Marquês de Pombal foram produzidos muitos estudos e mapas da principal colônia portuguesa, o Brasil, com novo padrão de qualidade e complexidade. Entre os cientistas e especialistas contratados pelo então secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, sob orientação do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, Tosi Colombina foi enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como oficial engenheiro militar, geógrafo, cartógrafo e projetista de estradas. É bastante provável que a indicação do genovês Tosi Combina,

tenha sido feita pelo matemático e engenheiro de Módena, Domenico Vandelli, e, com maior probabilidade, pelo geógrafo Michelangelo Blasco, para colaborar com a Corte de Lisboa na execução imediata de projetos pioneiros que abririam as portas para as grandes fronteiras ainda inexploradas no interior do Brasil colonial. (FONTANA, 2004, p. 18).

Para contextualizar o fato, Maggiorotti afirma que:

Para reforçar a equipe de engenheiro chefiada no Brasil por Michelangelo Blasco, foram mandados outros técnicos, dos quais se têm apenas breves informações: sabe-se assim que, entre esses

técnicos, estava Francesco Tosi Colombina, que, por volta da metade do século XVIII, entrara a serviço de Portugal [...] Dele se conserva um mapa (três folhas de 0,507 por 0,717) sob o título de “Mappa do Brazil desde S. Paulo até à embocadura do Rio da Prata”, dedicado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real. O papel manuscrito em branco e preto parece ter sido datado de Funchal, em 09 de dezembro de 1756. (MAGGIAROTTI, 1939, *apud* FONTANA, 2004, p. 16)

É interessante ressaltar que no exercício de comparação de datas, algumas confusões podem surgir e muito possivelmente diferenças entre anos, porém tratados com a margem segura de 01 a 05 anos de diferença nas datas fatais ao objeto do artigo. Na análise do seu manuscrito de 1753 entregue a coroa portuguesa, o Cartógrafo Tosi Colombina “afirma que estava no Brasil havia dez anos, portanto desde 1743. Nesse período, promoveu expedições militares que levaram sucessivamente à descoberta de ouro e diamante em Pedras Brancas e na aldeia de Tibagi, no Paraná”. (FONTANA, 2004, p. 18).

Com efeito, Francesco Tosi Colombina é um personagem presente na história da cartografia brasileira, por ter sido atribuído a ele grandes descobertas e interpretações geofísicas e sociais do território, explorando e registrando em mapas as primeiras impressões da região Centro-Oeste do Brasil. É dado a ele o postulado de primeiro realizador do mapa da Capitania de Goiás; é importante observar que este foi o sítio que deu condições para que a cidade capital do Brasil, Brasília, pudesse ser pensada, planejada e construída, a mais de 200 anos após haver o primeiro levantamento geográfico e cartográfico da região central do país, propondo e sugerindo que a história da cidade seja ampliada em interpretação científica e nutrida pelo traço memorial as vezes ainda velado.

É possível crer que o cartógrafo genovês, já na época, tinha consciência de sua contribuição para a política e estratégia que seu mapa representava, pois ele,

dá uma primeira visão física e uma efetiva interpretação das dimensões territoriais do Brasil colonial na metade do século XVIII [...] Sua obra, portanto, traduz-se numa moderna descrição geofísica, geoeconômica e geoadministrativa do Brasil da época, tendo como fulcro o sítio topográfico que corresponde hoje à região de Brasília e do Distrito federal. (FONTANA, 2004, p. 22-23).

Ao retomar a história inicial sobre os reais interesses da coroa portuguesa e da criação do primeiro mapa da Capitania de Goiás, com o intuito de conhecer, ocupar e dominar as riquezas das paisagens brasileiras, além de oferecer,

ao governo colonial um sistema de transporte terrestre de minérios e pedras preciosas, a ser integrado ao sistema de transporte fluvial, permitindo assim o fluxo das riquezas minerais do interior do Brasil para portos no Atlântico. [...] Convém, todavia, considerar que não interessava ao Governo colonial facilitar meios de transporte, tendo em vista o contrabando de ouro e diamante já então praticado em larga escala naquelas vastas regiões. (FONTANA, 2004, p. 23).

No decorrer do assunto é notória a contribuição do avanço cartográfico no Brasil e para a metrópole portuguesa, motivada pela participação estrangeira de Tosi Colombina. Interpreta-se na análise que, Portugal em muito se beneficiou com a política iluminista do Marquês, buscando conhecer, de fato, o território colonial a ser consumido e melhor cuidado. Além de cumprir a meta de reformular e reconstruir a capital Lisboa, assegurando para todo reino, o controle das riquezas e das decisões do Brasil, “atendendo às exigências de organização e de estabilização da economia da exploração minerária e da colonização sistemática dos novos territórios do Brasil, conforme diretrizes da Reforma Pombalina”. (FONTANA, 2004, p. 23).

Nesse sentido, vale lembrar que é proposta do artigo referendar fatos memoriais interligados ao processo de formação urbana no Brasil Central através do pensamento estratégico em transferir e construir a capital do Brasil, inserida no estado de Goiás, por sugestivas possibilidades e interesses.

O incômodo motivador da pesquisa já indica a pretensão em propor análises mais aprofundadas sobre a ideia de transferência e criação de uma nova capital no Brasil, que se amparam nas questões iniciais propostas por esse artigo: é possível associar e entrelaçar o pioneirismo e participação de Portugal, através das obras e ações do Marquês de Pombal como o início inspirador para a história da criação e transferência da capital brasileira, propondo assim, ampliar e dar elasticidade à memória fundante da cidade moderna de Brasília, inaugurada em 1960? E também, se podemos afirmar que o desenvolvimento da cartografia no país, sob o interesse colonial, fomentou e permitiu o conhecimento geográfico

da região central do país, contribuindo assim, para a transferência e formação de Brasília, quase um século e meio depois?

Como hipótese destaco o estratégico ato conduzido pelo Marquês de Pombal em fomentar a pesquisa de campo e a confecção de mapa no espaço central do Brasil, como ato político de séculos atrás, pioneiro em fundamentar estudos científicos na região central do Brasil, visto na pesquisa como fluxo geográfico científico inspirador do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior brasileiro, contribuindo para o contexto memorial e geohistórico da criação da cidade de Brasília, ampliando assim, seu referencial histórico enquanto totalidade espacial dinâmica.

Também, se confirma como verdade para o artigo que a cartografia foi o elemento e ferramenta geo científica responsável por iniciar na região central do Brasil o conhecimento real e empírico da paisagem, introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para a ciência geográfica e para o reconhecimento e análise local, possibilitando, a muito tempo depois, a implantação da moderna capital Brasília, hoje tombada como patrimônio mundial da humanidade, justamente por sua complexidade moderna.

O pioneirismo e a sustentação da ideia de transferência da capital colonial para o interior do Brasil são ainda fatos abertos na história de Brasília e do Brasil, dando a cidade uma vaga impressão memorial e científica, ainda amarrada em subjetividades e mitos políticos. Parecendo ser somente fruto da idealização política local e ainda, completamente desassociada ao contexto geográfico internacional no acúmulo do tempo.

Para corroborar o anseio da pesquisa, sintetizando a missão atribuída a Tosi Colombina no Brasil é fundamental reconhecer, respondendo nossa hipótese, que talvez seja esse o ponto histórico matriz, que lança a origem da ideia de transferência e construção da capital da colônia no interior do Brasil, pois “conceitualmente, a primeira ideia profética, o apoio técnico e a sugestão ao Reino português da necessidade de interiorizar a capital do Brasil colonial, deslocando-a do Rio de Janeiro para o interior da grande colônia americana”. (FONTANA, 2004, p. 36).

É fundamental ressaltar que o nascimento da cartografia explicitando as características da região, além de servir como ferramenta de auxílio para o desejo de domínio do colonizador, permitiu claramente, planejamentos e ocupações confiáveis, evitando maiores despesas e prejuízos para Portugal. Também serviu como mola propulsora para a saída da inércia do desenvolvimento cartográfico local, como o amparo geográfico determinante e fundamental para a ocupação do interior do território brasileiro.

O auxílio cartográfico indicado no mapa de Tosi Colombina, entregue em 06 de abril de 1751 ao governador da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, foi considerado eficiente e detalhista em informes físicos necessários e ideais para o objetivo de ocupação maiores com características urbanas avançadas, visto que

As informações detalhadas e pioneiras, contidas em seu primeiro mapa, proporcionaram a Lisboa a motivação lógica para transferir, do Rio de Janeiro para o interior, a capital da colônia, para lá onde nasciam e nascem os grandes sistemas hídricos brasileiros. Desenhou substancialmente o que se define como o escudo hidrogeológico do Planalto Central Brasileiro, a 1200 metros do nível do mar. (FONTANA, 2004, p. 36).

Sofrendo o impacto da busca de signos no tempo, a pesquisa se fortalece como peça arqueológica, colando fragmentos de fatos e fatores históricos contribuidores para responder as nossas questões iniciais e também, servir como ferramenta para pesquisas futuras, a fim de propor e contribuir para elevar o debate sobre a cidade de Brasília, tendo como princípios norteadores a Geografia e a História como ciências complementares.

Para referendar a imbricação do contexto geohistórico/memorial defendido no artigo, considerando a história da cidade de Brasília associada aos avanços da sociedade em tempos diversos, faz-se necessário identificar aqui o sítio urbano que a cidade de Brasília ocupa atualmente. Por representar em localização o recorte exato identificado em mapa, já no século XVIII, em 1751, assinado por Francesco Tosi Colombina.

É interessante perceber que, umas das principais informações geográficas definidoras para impulsionar a transferência e a construção de Brasília foi justamente a satisfatória explicação sobre a fatura do sistema hídrico do lugar. Informação essa já disponibilizada no primeiro mapa oficializado da região detentora do sítio de acento da capital

do Brasil, oficializado em uma primeira análise como sendo de Tosi Colombina. Serviu de modelo e guia interpretativo geográfico da região de Goiás para outras expedições de especialistas que seguiram, ao longo do tempo, com o objetivo em transferência da capital para o interior do país.

Vale ressaltar que mesmo 143 anos após o primeiro mapa da Capitania de Goiás ser entregue ao governador da região, seguindo ordens e orientação da coroa portuguesa, foi ele o ponto científico inspirador e norteador para novos estudos na área pretendida. Em 1894 um dos participantes, o especialista, médico da Expedição Cruls, apresentou relatório indicando a localização da área para a construção de Brasília, relatando a importância e a disposição que Tosi Colombina desempenhou sua missão para Portugal e para o Brasil. Para ele, Tosi

Era considerado como homem de ideias revolucionárias e brilhantes, por haver concebido aquela estrada carroçável, ou seja, para veículos de rodas, que ligaria Santos a Cuiabá, portanto, da costa atlântica brasileira ao Mato Grosso, onde novas trilhas estavam sendo abertas pelos bandeirantes, ou seja, bandos de aventureiros armados que agiam como exploradores e conquistadores privados contra índios e jesuítas em áreas desconhecidas, contestadas ou claramente pertencentes ao domínio espanhol. (FONTANA, 2004, p. 26).

Na análise dos fatos, apesar de tardio, é justíssimo reconhecer e apropriar da importante contribuição dos estudos cartográficos na Capitania de Goiás para a evolução urbana em direção ao interior do território brasileiro, reconhecendo na figura do genovês Tosi Colombina um personagem determinante para a geografia do Brasil e de Portugal. E assim, conseqüentemente, como estudioso e pesquisador de enorme importância e envergadura para o contexto memorial e geohistórico da cidade de Brasília.

Porém, com o intuito de nutrir o assunto buscando ampliar o referencial histórico que impulsionou o pensamento de transferência da capital brasileira, é legítimo apresentar a participação e contribuição do pesquisador, geógrafo e cartógrafo, português, Ângelo dos Santos Cardoso, como um dos expoentes e pioneiro da cartografia do Brasil Central, atendendo também, as ordens estratégicas da coroa portuguesa, sendo ele um importante secretário da capitania goiana e auxiliar direto do governador Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, além de influente agente fidedigno do Rei e do Marques de Pombal.

Sobre a indicação e posse de Sebastião José de Carvalho e Melo, o influente secretário e compatriota, parabeniza em carta do século XVIII, em pleno interior do sertão brasileiro.

vou por Letra aos pés de Vossa Excelência; ainda que a minha mayor furtu-na, e honra seria fazelo pessoalmente, estribado sempre porem naquele/profundo respeito, e acatamento, que á de tempo taõ antigo traz a origem, que/objectivamente tive, e devo à Sua Excelentíssima Pessoa; mas sempre com a Sustada, e duvi-/doza rezoluçaõ, de que me seja contada por temeridade esta determinaçaõ; eu/ative quando soube a estimável, agustoza noticia, de dar a Vossa Excelência o parabéns/por carta, da acertadisima eleiçaõ que o nosso soberano fizera de nomear/a Vossa Excelência seo Secretário de Estado, emprego ainda que infeior aos altos mere-/cimentos de que Vossa Excelência se orna, sempre venturozo para a Monarchia, de ter/hum Ministro taõ destinto que a derija. (Arquivo Histórico Ultramarino *apud* VIEIRA JÚNIOR; SCHELEE; BARBO, 2010, p. 1945).

Tem início o ofício que o secretário de governo da capitania de Goiás, o português Ângelo dos Santos Cardoso enviou a Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado (1750), o futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769). O Registro documental, que compõe o acervo referente à Capitania de Goiás, está guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e tratando-se de relatório sobre a região, escrito em 1755.

Cumprindo a missão de informar, dentre outras coisas, o registro documental

menciona os aspectos gerais da ocupação e formação territorial, os problemas existentes, comenta sobre a povoação e a participação eclesiástica. A elaboração de relatório sobre a capitania cabia ao secretário de governo, funcionário nomeado pelo rei, geralmente bacharel, que assessorava diretamente o governador, sendo responsável pelos trâmites burocráticos do governo, ou seja, toda a documentação emitida e recebida pela autoridade administrativa da capitania. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

Com o objetivo de lançar luz a personagens velados e pouco valorizados na memória da ocupação do interior brasileiro, cumpre-se aqui a satisfação científica e histórica, contextualizando, para o Brasil, Portugal e Brasília, a importância e o legado do agente português.

Ângelo dos Santos Cardoso, dirigiu-se provavelmente à região de Goiás entre os anos de 1745 a 1749, cumprindo ordens do Rei José I, acompanhando o governador D. Marcos de

Noronha, o Conde dos Arcos, o primeiro a exercer o cargo na recente capitania independente de São Paulo. Ângelo foi nomeado secretário do governo, integrando a comitiva principal do novo governador. Chegou à capital Vila Boa, hoje Goiás Velho no dia 6 de novembro, onde redigiu o termo de posse em cerimônia realizada dois dias depois.

Assim,

Aos 8 dias do mês de Novembro de 1749, nesta vila Boa de Goiás, nas casas da câmara dela, na presença do senado da câmara da mesma vila e povo dela, sendo aí lida a patente real com que S. M. faz e nomeia governador e capitão-general destas minas ao Ilm.o Exm.o Sr. D. Marcos de Noronha, em virtude de que tomou posse do mesmo governo. De que fiz este termo, em que assinaram o dito Ilm.o Exm.o Sr. governador e capitão-general e oficiais da câmara. – E eu Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo, o escrevi e assinei. – D. Marcos de Noronha. – Ângelo dos Santos Cardoso. – Agostinho Luiz Ribeiro. – Manoel da Silva. – Inácio Barbosa da Silva. – João Ferreira Barros. (ALENCASTRE, 1979, p. 88).

Nota-se que, quando Ângelo dos Santos Cardoso escreveu o relatório em 1755, já se encontrava no sertão goiano há seis anos. E nesse tempo já havia percorrido a capitania de modo a construir suas impressões. O geógrafo português menciona em documento, que

Conheceu um especialista em cartografia, cujo nome não cita, que teria viajado pela capitania e elaborado a primeira representação cartográfica de Goiás, com os arraiais e os caminhos. Ângelo Cardoso atesta ainda que o mapa foi enviado em 12 de maio de 1750 ao diplomata Alexandre de Gusmão, certamente com o objetivo de fornecer informações sobre as ocupações ocidentais da colônia, principalmente àquelas situadas além do Tratado de Tordesilhas. A ampliação do conhecimento geográfico da colônia ajudava a garantir os interesses de Portugal diante da Espanha, principalmente quando se tratou da demarcação dos limites coloniais na América do Sul durante a articulação do Tratado de Madri, assinado em 1750. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

O amparo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa brindou a pesquisa em registro documental, em um hipotético encontro entre dois, dos três personagens, objeto do artigo proposto. Acredita-se ser uma prova de que os pesquisadores foram contemporâneos em seu tempo e muito possivelmente foram parceiros complementares de seus trabalhos individuais. Prosseguindo em seu relatório, Ângelo dos Santos Cardoso menciona a presença na Capitania de Goiás do cartógrafo, engenheiro e geógrafo Francesco Tosi Colombina. Assim,

esclarece Bertran que “ Colombina era um entre tantos outros italianos que trabalharam para Portugal com o objetivo de propor mudanças estruturais na colônia, e que, oportunamente, passaram a tentar enriquecer no Brasil”. (BERTRAN, 2000).

A serviço do Conde dos Arcos, Tosi Colombina chegou à Goiás, encarregado de levantar informações sobre a capitania e

a registrar em um mapa, tarefa que realizou e entregou ao governador em 6 de abril de 1751. Portanto, o Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás feito pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, foi elaborado um ano depois do mapa enviado por Ângelo Cardoso (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

Para confirmar o fato, Ângelo dos Santos Cardoso relata que, Colombina, sabendo da existência do mapa da capitania de Goiás, solicita uma cópia a ele. Tal momento pode ser interpretado como o ponto de busca empírica, mostrando ser esse o pico histórico ainda a ser compreendido. Em documento, relata o português Ângelo que,

Na mesma conjuntura que eu cheguey a esta Vila/Em companhia do Senhor General Gomes Freire de Andrada, também veyo hum Italiano/Italiano, por nome Francisco Tosi Columbina, na cometiva do ouvidor/novo Agostinho Luiz Vieira, que Vinha entãõ para esta Comarca; o qual/Columbina dahy a quazi hum anno, foy em companhia do mesmo Ouvidor correr/a Comarca; e levou ordem do Senhor Conde dos Arcos General desta Capitania, para hir ob=/servando as alturas dos Arrayaes, e situações da mesma Comarca; pela/curiozidade que se lhe descubrio, de ser enfarinhado em Geografia; pedio-/me o referido Columbina, a cópia do Mapa, que eu já antecedentemente/tinha na mãõ, de que havia remetido o original para a Corte a Alexandre/de Gusmaõ, e dele se vales para formar outro com pouca diferença, excepto em alguma exacçaõ das alturas dos graõs, em que ficavaõ os Arraya/es, e algum rio, ou citio que descobrio de novo; este Mapa que fez o tal/Italiano, seria vezivel a Vossa Excelência; o que talvez não escaparia à Sua penetrante prespicacia, se por acaso o conversou, que Columbina pe-/ca alguma coiza em visionário. (Arquivo Histórico Ultramarino, 2018, p. 02-03).

Vê-se que a Solicitação de Tosi à Ângelo foi prontamente atendida pelo secretário de governo da capitania. Tal ação nos leva a interpretar que o mapa oficial reconhecido de autoria de Tosi, foi realizado através de uma reprodução ou cópia do documento anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão por Ângelo dos Santos Cardoso.

No contexto interpretativo do assunto imagina-se que, o genovês Francesco Tosi Colombina se lançou em viagem de reconhecimento pela Capitania de Goiás, coletando informações de viajantes e sertanistas tendo como base para sua orientação, além de seus conhecimentos pessoais, possivelmente já levara consigo o mapa esboçado por Ângelo dos Santos Cardoso.

O mapa assinado por Tosi Colombina, de 1751 (Figura 02), é considerado e reconhecido pela historiografia como a primeira representação cartográfica do atual estado de Goiás, confrontando fatos históricos legítimos e comprovados, como sugere o relatório atribuído à Ângelo dos Santos Cardoso, encontrado em acervos documentais da Biblioteca Nacional do Ministério das Relações Exteriores e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Assim, nos parece que

o relatório de 1755, elaborado por Ângelo dos Santos Cardoso, sugere a necessidade de um reexame das interpretações produzidas. O documento traz novas possibilidades, pontua novas descobertas e indica novos esclarecimentos. O primeiro questionamento que deve ser feito é: Onde estaria o primeiro esboço cartográfico da capitania de Goiás? E o mapa que Ângelo Cardoso enviou a Alexandre Gusmão? (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).







Compreende-se que era de importância estratégica para Portugal conhecer e dominar as características e riquezas naturais da principal colônia, interessado em descrever as possibilidades da paisagem cartografada, junto a estrutura da ocupação colonial necessária à coroa. Prática essa, já exercida desde o século XVI. por meio da sistemática atualização das cartas-padrão, nas quais os cartógrafos durante as viagens registravam os aspectos geográficos, hidrográficos, rotas, portos, ocupações humanas e outros.

Dessa forma, para referendar a importância dos pesquisadores estrangeiros no Brasil, o artigo reconhece que o mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, elaborado pelo geógrafo, italiano, Francesco Tosi Colombina, em 1751, é considerado pela historiogeografia como o pioneiro documento a mostrar os limites de Goiás, impactando diretamente em transformar a região em capitania em 1748. Data que pode indicar a existência de um mapa anterior atribuído oficialmente à Francisco Tosi Colombina. No confronto de ideias e documentos,

Quanto ao fato de ser consagrado por diversos historiadores como o primeiro mapa da Capitania de Goiás, não se pode desconsiderar o ofício do português Ângelo dos Santos Cardoso enviado ao Marquês de Pombal, em 1755, e que contradiz a versão usual. Cardoso informou ter repassado a Tosi Colombina, a pedido, cópia de seu mapa da Capitania de Goiás, cujo original havia anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão. (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 1946).

O percurso histórico que interliga os personagens, objeto do artigo, responsáveis pelo desenvolvimento cartográfico da região, levanta ainda dúvidas e confirmações referente ao pioneirismo, enquanto realizadores do primeiro ensaio de mapa para a região central do Brasil.

Porém, como esse não é o objetivo do artigo, ressaltamos e percebemos que a contribuição e a importância dos pesquisadores, geógrafo e cartógrafo, Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, vão muito além do simples fato em confirmar quem foi o 'primeiro' a cartografar a região, com a clara missão em interpretar e ocupar a paisagem central do território brasileiro. E sim, pelo considerável fato em reconhecê-los como propulsores para o advento da cartografia na região e no país, contribuindo para a leitura e interpretação da geografia local e sobretudo por apresentar e consolidar a cartografia como

elemento geográfico fundante e fundamental para o conhecimento, ocupação e exploração das paisagens, fomentada pelo principal método de análise espacial, a pesquisa de campo.

Segue assim, indicação do infográfico geohistórico, abaixo:

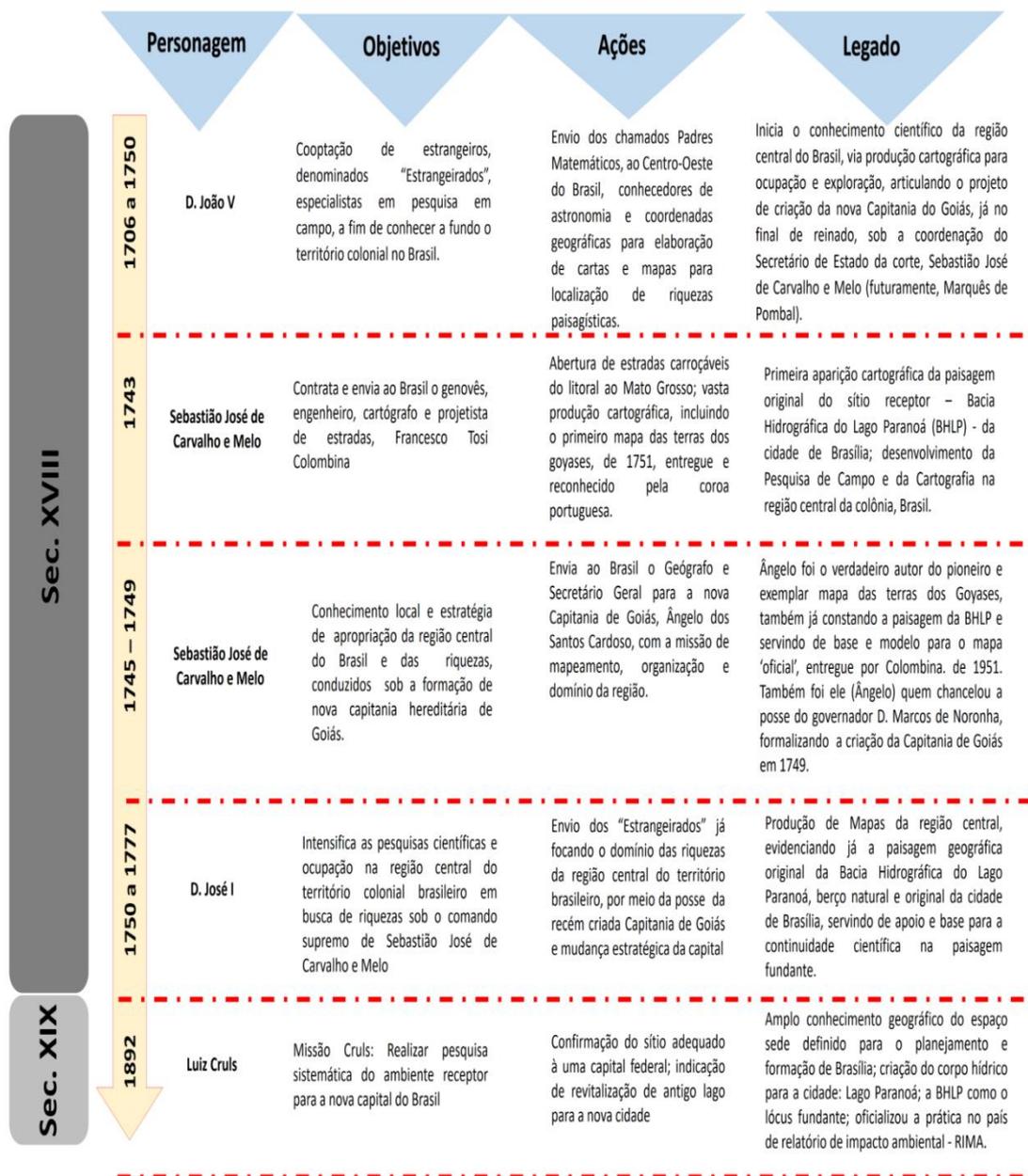


Figura 05 - Infográfico Geohistórico do Espaço Sede: BHLPL Paisagem Original de Brasília - Distrito Federal

Fonte: o Autor

## **Fatores e razões para a possibilidade estratégica do pensamento em transferir a capital do Brasil para o interior da nação, pelo Marquês de Pombal**

O Marquês de Pombal transformou-se na maior figura do império português, devido ao seu desempenho na condução da reconstrução de Lisboa, abalada por um terremoto seguido de maremoto, em 1755.

A sua disposição e pronta ação, o credenciou a receber a total confiança do rei D. José I, que o havia nomeado como Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, tendo a complexa missão em reconstruir a capital e reorganizar fluxos de desenvolvimentos à toda a nação.

O trabalho de recuperação da cidade e de reestruturar o império seria uma tarefa árdua, já que o ouro brasileiro minguava, devido ao desleixo e falta de cuidado com as riquezas da principal colônia portuguesa, o Brasil. Na concepção de Pombal, era necessário que a colônia supera-se a casta de nobres e a existência da poderosa ordem religiosa dos jesuítas.

Para Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a destruição da capital portuguesa deu a ele

a oportunidade de transformar Lisboa numa cidade moderna, depois de recusar imediatamente a proposta de abandonar a cidade e fundar uma nova capital, mais a norte. Menos de um ano depois, parte da cidade estava já reconstruída, embora a reconstrução total se prolongasse pelas próximas décadas. A Baixa Pombalina, com as suas linhas de edifícios e ruas em grelhas perfeitamente definidas e planeadas, é ainda hoje a maior marca da baixa lisboeta. Além disso, os novos edifícios construídos foram concebidos para aguentar futuros sismos, tornando-se os primeiros edifícios com construção antissísmica do mundo. (CALANDRELI II, 2015, online).

Pela sua rapidez na reação e total dedicação à causa solicitada pelo Rei D. José I, que sempre o apoiara, mostrando satisfação e espanto com as capacidades do seu ministro, concede-lhe novos poderes, transformando-o em algo parecido com o que muitos o definiram, em pouco tempo, como um ditador.

Dentre as inúmeras dificuldades de Portugal, durante o período de reconstrução, se deu no desespero da tentativa do Marques em querer tornar o país em uma nação dedicada

às ciências mecânicas, visando avançar tecnologicamente e assim, direcionar maior aproximação aos vizinhos que já apresentavam superioridade nesse campo. Com efeito,

a política de dar imensos subsídios, ao longo de vinte anos para que emergisse entre a sua gente um parque manufatureiro, sofreu rotundo fracasso. Os lusos, sem demonstrar nenhuma inclinação pelas coisas da técnica - disponível entre os ingleses - estavam condenados à lavoura, à marinhagem ou ao sacerdócio, não ao mundo da ciência e dos grandes empreendimentos fabris. Esta foi a principal razão, de exclusivo motivo cultural, para a ausência lá de uma sociedade voltada às coisas do engenho tecnológico e do moderno consumo, como ocorreu nos anos seguintes no restante da Europa. Portanto, foram de menor monta os possíveis impedimentos do Tratado de Methuen, assinado em 1703, que desestimulava a indústria de panos em Portugal, forçando-os a importá-los da Inglaterra (CALANDRELLI II, 2015, online).

Em relação ao Brasil, a administração colonial devia ter sempre como meta a geração de riquezas para a metrópole. Esse princípio não mudou sob a administração do Marquês de Pombal. O regime de monopólio comercial, por exemplo, não só se manteve como recrudescceu. Foi acentuado para se obter maior eficiência para a administração colonial.

Muitas são as razões para que a nação portuguesa olhasse, com preocupação, quanto ao desconhecimento da coroa referente às potencialidades de seus domínios coloniais, pois, tal descuido poderia acenar e representar, para outras potências de exploração colonial, desinteresse, incompetência administrativa e fragilidades diversas aos concorrentes vizinhos. Podendo atrair interesses, notórios combates e conseqüentemente perdas territoriais e de riquezas naturais diversas.

Vale acrescentar que, no período vigente, predominava antagonismos e disputas, especialmente com a Espanha, motivação ainda reflexo da divisão da América colonial, definida pelo Tratado de Tordesilhas, em 1492.

Nesse contexto, a política de ocupação do território em direção às proximidades da linha imaginária de Tordesilhas era fundamental e estratégica para os anseios da corte. Inibir a aproximação da concorrente Espanha era o objetivo e maior preocupação, justificando a busca de conhecer e apropriar-se dos espaços à Oeste do território colonial, a fim de credenciá-los definitivamente como posse de Portugal.

Assim como já apresentava de forma clara a dependência dos recursos produzidos no Brasil, visto como impulsionador para os anseios do desenvolvimento de Portugal. Portanto, conhecer o ambiente natural e suas possibilidades era o desejo de primeira ordem.

É correto afirmar que foi o Marquês de Pombal que intensificou a primeira abertura de Portugal à cultura europeia, recebendo influência tanto do Iluminismo, como da filosofia e letras, quando criou o grupo dos ‘estrangeirados’, ou seja, aqueles que se identificavam e estavam em sintonia com a nova mentalidade em busca de conhecimento, originando a nova ordem moderna no velho continente.

Antecipadamente, os monarcas portugueses perceberam a importância estratégica em buscar pela correta informação da detalhada representação das condições geográficas dos territórios pertencentes aos seus domínios. Já percebiam que a ascensão portuguesa dependeria das riquezas extraídas de terras longínquas, ou seja, buscar “o necessário conhecimento sobre o “espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial” (MORAES, 2005, p. 51).

Já por volta de 1417, com o objetivo estratégico de dominação territorial, que “o infante D. Henrique (1394-1460) criou em Sagres, Portugal, e em Lagos, Nigéria, centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e cartográfico”. (MORAES, 2005, p. 51).

A informação exata que se exigia dos exploradores nos centros de coleta de informações, fez com que a ciência cartográfica evoluísse em qualidade, atingindo considerável nível de precisão, inacreditável para época. Fato esse visto de densidade contributiva para alavancar a série de descobrimentos e a decorrente constituição do império português. Da simples descrição dos roteiros costeiros passou-se a produzir documentos espacialmente abrangentes, de leitura e interpretação mais complexas, como as cartas de navegação e também mapas.

No caso do Brasil e particularmente da região central do país, onde se localiza o quadrante ideal e adequado para receber a capital federal, Brasília, os limites e divisas

territoriais representados nos mapas, sempre seguiram os preceitos de interesses do Império lusitano na sua principal colônia nas Américas,

nasceram antes da constituição do povo e tornaram-se elementos para fundar um povo. Aqui as fronteiras foram geradoras do povo brasileiro e os mapas foram importantes elementos para referendar esse processo. Dessa forma, a cartografia do território da América portuguesa pode ser considerada a certidão de batismo do povo brasileiro. Como toda certidão de batismo - que vem antes de a criança ter consciência de uma identidade e história pessoal - aqui o mapa batizou um povo e influenciou seu crescimento, forma identitária e sua territorialidade. (SILVA, 2018, p. 13).

Assim, vale a reflexão de que é possível compreender que no caso específico do interior central do Brasil, a perspectiva da leitura espacial do ambiente, possibilitou a geografização da paisagem através da cartografia nas preexistências de Brasília, mostrando que, do território gerado pelo mapa contribuiu para a formação identitária brasileira no centro regional da nova nação que se consolidava.

Assim sendo, percebe-se no decorrer do tempo, datando desde o século XVIII, que o conhecimento da paisagem local ganhara densidade empírica, com o mapeamento da região, já seguindo o fluxo científico geográfico, contribuindo assim, para novos estudos e a apropriação do espaço nas novas terras do Goiás. De certa modo, a cartografia produzida localmente, de intenção portuguesa, antecipou a ocupação colonial no centro do Brasil, gerando o território da Capitania de Goiás, base natural sede da paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, reconhecida na pesquisa como proeminência geográfica da paisagem original referência para assentar o projeto urbanístico moderno para a criação da cidade de Brasília, capital do Brasil.

## **A Guisa de Conclusão**

Para referendar as hipóteses do artigo, é fato que, alguns estudiosos do assunto, afirmam que Tosi Colombina é considerado para muitos, o autor do primeiro mapa

cartográfico da Capitania de Goiás. Cintra e Costa, enfatizam que “não há dúvidas ter sido ele o primeiro a enxergar as vantagens de uma longa estrada, ligando as regiões mais afastadas do Oeste brasileiro até o Porto de Santos”. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 05).

Acrescentando ainda que,

Embora seu projeto não tenha dado certo, a sua ideia e o seu mapa teriam influenciado estadistas europeus, como o Marquês de Pombal e Lord Pitt, os quais por outras razões teriam pensado na criação de um grande império sulamericano com uma capital no interior do país. (CINTRA; COSTA, 2011, p. 05).

A possibilidade apresentada sobre a influência dos estudos cartográficos da capitania de Goiás sobre ‘estadistas europeus, como o Marquês de Pombal’, além de realçar o fato de que o mapa de Tosi já indicava as nascentes do Planalto Central do Brasil, podendo ser interpretado como um basilar indicativo de possibilidade de instalação de uma capital sob os domínios coloniais.

Mesmo com pequena literatura produzida sobre o assunto, já é de conhecimento que existiram outras cartas e mapas anteriores ao do genovês Tosi Colombina produzidos na região central da colônia. Dessa forma é intenção do artigo, tentar contribuir em lançar luz sobre a participação do pesquisador português Ângelo dos Santos Cardoso, enviado íntimo da coroa portuguesa, tendo a nobre missão e função, de conhecer a geografia do interior brasileiro, para assim, analisar e fundar em 1749, a Capitania de Goiás, ocupando o cargo de secretário e primeiro auxiliar do governador local.

Mesmo sendo de caráter tardio, é necessário e justo reconhecer, sob a luz da pesquisa, a contribuição de Ângelo dos Santos Cardoso como personagem de relevância geohistórica para o contexto memorial de transferência da capital do Brasil para o interior brasileiro e conseqüentemente, para o planejamento e formação da cidade de Brasília, capital do país.

Na análise dos fatos, o artigo contempla a busca por nosso objetivo principal que é de interpretar, a estratégica participação do Marquês de Pombal já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás,

sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos após a inspiração estratégica da corte colonial. Reconhecendo assim, a origem e evolução dos estudos cartográficos, como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro.

O artigo acolhe, também, as hipóteses apresentadas, identificando que o ato estratégico político de séculos atrás, conduzindo pela coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, a fim de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro-Oeste brasileiro foi o fluxo inspirador para a condução do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior. Contribuindo assim, para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico científico, enquanto totalidade espacial.

Também se confirma como verdade possível, a premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país, como o elemento geográfico científico responsável por iniciar na região, o conhecimento real e empírico da paisagem. Introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, objeto de referência para o reconhecimento e análise local, servindo de base a novas pesquisas, possibilitando após muitos anos, na implantação da moderna capital Brasília, interligando todo o país a região central do Brasil, até então de pouquíssima representatividade para a nação.

A escolha em seguir pela linha de estudo interdisciplinar, nos orientou enquanto prática metodológica, reconhecendo a importância fundamental da cartografia e da pesquisa em campo para o conhecimento geográfico, enquanto ferramentas de reconhecimento do espaço e das paisagens. Cumprindo de forma complementar a análise geográfica necessária para o contexto e contribuição científica para a formação urbana da capital Brasília, hoje tombada como referência de Patrimônio Cultural da Humanidade, por sua complexidade moderna.

## Referências Bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Anais da Província de Goiás (1863)*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 8, D. 554. \_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 6, D. 429. \_\_\_\_\_. AHU\_CARTm\_008, D. 0866 / D. 0867. Lisboa. PT. 2018.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora Verano, 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Bueno. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte, UFMG, 2007. p. 29-49.

CALANDRELI II, Stanilaw. Marquês de Pombal, um Pedreiro Iluminista. *GGN: o Jornal de os Brasis*, 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/marques-do-pombal-um-pedreiro-iluminista/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Graciete Guerra da. O mapa de Goiás de Tosi Colombina e o mapa das cortes. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., Porto, 2011. *Anais [...]*. Porto: s. n., 2011. ISBN 978-972-8932-88-6.

COSTA, Maria Elisa. Para entender o tombamento de Brasília e a portaria 314 do IPHAN. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Editora Kelps, 2017. p. 99.

FONTANA, Ricardo. *Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII*. Brasília: Editoria Charbel, 2004.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. p. 26

MAGGIAROTTI, Leone Andrea. *Gli architetti militari italiani nella Spagna, nel Portogallo e nelle loro colonie*. Roma: La Libreria dello Stato, 1939.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. *A Erradicação da Vila do IAPI: marcas do processo de formação urbana de Brasília*. 2007. 136 f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RAMOS, Vera. Você conhece Brasília? *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Kelps, 2017. p. 125.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 12. ed. port. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editores, 1985.

SILVA, Elias Manoel; VIEIRA JÚNIOR, Wilson (org.). *GOYAZ: Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

VIEIRA JÚNIOR; Wilson Jardim; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 24., 2010, Aracajú. Anais [...]*. Aracajú: SBC, 2010. p. 1944-1953. Tema: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial.

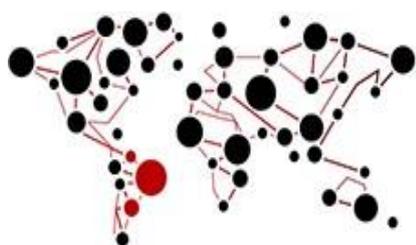
#### **Bibliografia Consultada**

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: CODEPLAN/DEPHA, 1991.

COSTA, Lúcio. Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília. Brasília. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS DE BRASÍLIA, 1., 1974, Brasília. Anais [...]*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1974.

**ANEXO B**

**ARTIGO 02 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO  
A ‘ALMA DO LUGAR’ DE BRASÍLIA: *LÓCUS* REFERÊNCIA DE  
MEMÓRIA, IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA**



# XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:  
produção, circulação e apropriação do conhecimento  
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

## A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO A ‘ALMA DO LUGAR’ DE BRASÍLIA: *LÓCUS* REFERÊNCIA DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA<sup>3</sup>

Tony Marcelo Gomes de Oliveira

Doutorando em Geografia - UnB

**Resumo:** Buscou-se realizar estudo sistemático da cidade de Brasília, tendo como interesse maior de análise e ação a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), percebida na pesquisa como a paisagem original, fundante e definidora para acolher a capital moderna, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1990 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Revolução Industrial foi o marco responsável pelos impactos e transformações de toda ordem na humanidade. As práticas higienistas, ditadas pelo positivismo, alavancaram o planejamento das cidades e do pensamento moderno e modernista. Porém, somente no final dos anos 50 conseguiu-se materializar na forma de cidade os preceitos exigidos da modernidade, com a criação de Brasília no Planalto Central, no Centro Oeste brasileiro. O ousado desafio da construção da cidade também expôs uma nova prática para os ditames modernos, até então atrelada fortemente ao movimento do capital/lucro. A análise do ambiente e a interpretação do espaço se fizeram valer como elementos fundantes e condicionantes para acomodar o projeto urbano inovador de Lucio Costa. Nessa dimensão, apresentamos a BHLP como patrimônio geoambiental com características únicas e basilares, definidora para o processo de formação urbana de Brasília, acreditando que, dessa forma, ressignificamos a importância do conhecimento da geografia física natural da paisagem local, valorizando e contribuindo para melhor contextualização do memorial explicativo científico da cidade. Para isso, busca-se ancoragem na seguinte questão: Pode ser a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá a maior expressão da Geografia local, por ser ela a paisagem de memória científica, original e definidora para explicitar o contexto formador da cidade capital do Brasil, Brasília? Tendo como meta relacionar causas e fatores, o artigo tem como objetivo singular, reconhecer a importância do recorte natural para o contexto geohistórico e estratégico para a formação da capital federal, contribuindo assim, sistematicamente para ampliação do

---

<sup>3</sup> Artigo publicado nos anais do 13º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE). Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1559\\_674\\_872\\_ARQ\\_UIVO\\_ANPEGE19ABaciadoParanoacomoa'almadolugar'deBrasilia%C2%B9TonyM2018.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1559_674_872_ARQ_UIVO_ANPEGE19ABaciadoParanoacomoa'almadolugar'deBrasilia%C2%B9TonyM2018.pdf).

debate e conhecimento científico local. Para ancorar a compreensão do objeto proposto, a BHLP, buscou-se a legitimidade da revisão bibliográfica sobre o tema, nutrida pelo uso comparativo de mapas e imagens em tempos distintos e da imprescindível pesquisa de campo para melhor referendar a análise da paisagem proposta. Dito e exposto, é possível crer que Brasília inaugura em solo nacional o compromisso com a análise do ambiente a fim de evitar nocividades, inspirando um novo ciclo de diálogo entre o ambiente natural e as ações antrópicas, fato esse aproveitado pelo urbanista, criador da cidade, estabelecendo em seu plano piloto, vínculo com o espaço concebido pelo aberto e desimpedido de sua morfologia, possibilitando e consolidando memórias, raízes e identidades ao espaço da capital de todos os brasileiros.

**Palavras-chave:** Geografia. Brasília. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Paisagem. Sustentabilidade. Geohistória.

## INTRODUÇÃO

A criação de Brasília foi a consolidação de um tempo da evolução humana materializada em cidade. Mesmo com pouco mais de meio século, cristalizou-se nela o desenvolvimento positivista, tendo como marco definidor a Revolução Industrial, responsável por transformações e impactos de toda ordem e eternizada em Brasília como a semente viva da modernidade, do planejamento urbano e da cientifização do pensamento cidadão. Por isso, a cidade é legitimamente tombada como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO.

Somado ao contexto filosófico que marcou o desafio da transferência da nova capital, já pensada desde o século XVIII, vale ressaltar o desafio das ciências envolvidas no contexto urbano, em intensificar diálogo entre os ambientes naturais e sociais com a necessidade de criação da cidade capital. Conhecer, interpretar e conduzir ações atentas à geografia da paisagem para a análise e uso do espaço, também foi um dos ganhos que a construção de Brasília trouxe para a evolução do debate científico brasileiro e ao discurso urbano.

Buscando identificar na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) o recorte central que definiu e possibilitou o pensamento e a materialização de Brasília, o estudo defendeu o conceito de '*Paisagem*' como categoria de análise geográfica, definida por Bertrand, como

O resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução[...]É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem 'natural', mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica. (BERTRAND, 2004, p. 141)

Nessa dimensão, reconhecemos ser a própria Bacia a paisagem geográfica e objeto central de nossa análise. Percebe-se nela o recorte físico basilar e definidor para a origem de Brasília, contribuindo significativamente como palco para construção de memória e identidade da cidade. Na abordagem sobre o tema, Nascimento e Steinke sugerem que:

Os usos que se dão a uma determinada paisagem, além de sua questão funcional, constroem a identidade social de uma região, onde o cotidiano pode gerar diferentes percepções sobre uma mesma paisagem. E, com o decorrer do tempo, a paisagem pode se tornar cada vez mais inseparável a um sentimento, pois os usos e hábitos estabelecem uma ligação íntima com o local e com seus símbolos e códigos. (NASCIMENTO; STEINKE, 2018, p. 28)

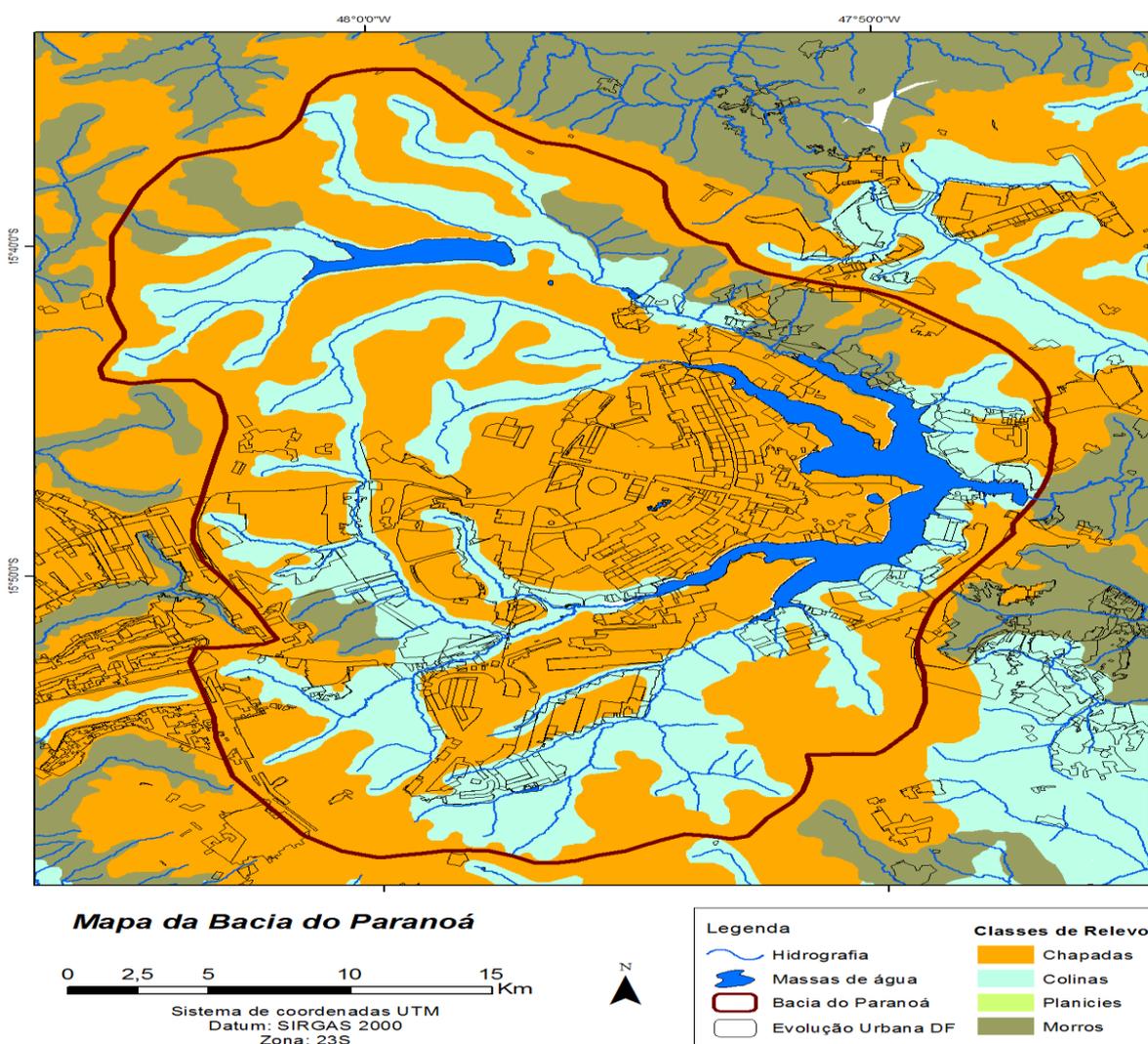


Figura 01 – Mapa da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

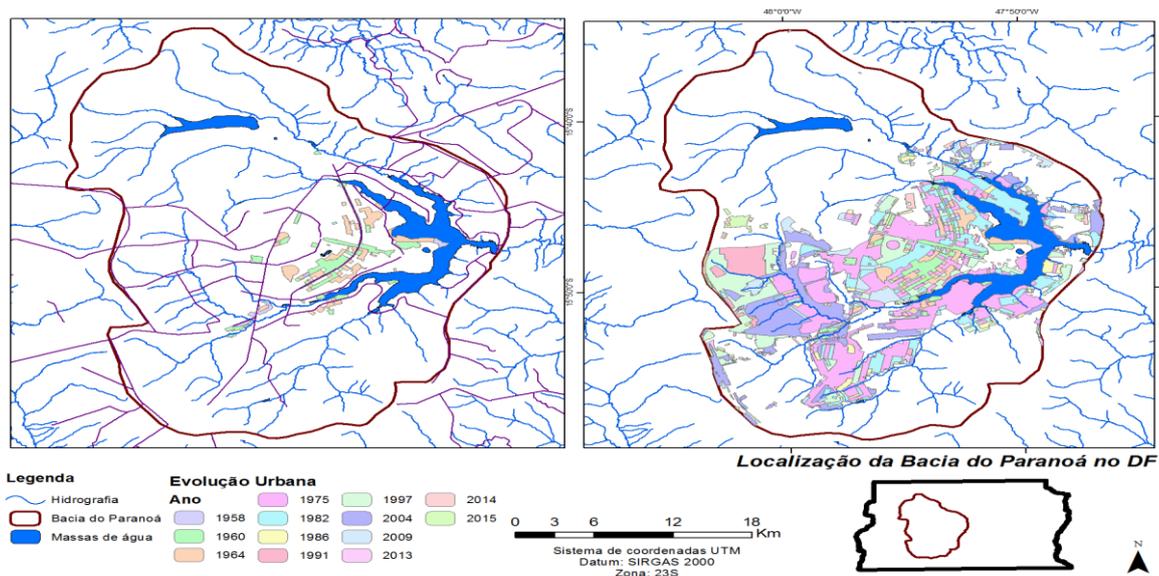
É notório que, além de ser legitimamente testemunha e sítio morfológico receptor de todo processo de transformação espacial e consolidação urbana da capital modernista, é urgente a necessidade em lançar luz ao recorte, a fim de explicitar o protagonismo da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como marco primitivo, lócus e lugar pioneiro para o contexto explicativo da cidade.

A importância da BHLP para o nascer e o viver em Brasília coaduna-se ao conceito de *lugar* como espaço do afeto e *lócus* de preservação de memória, seja ele físico ou antrópico, reconhecido ou até mesmo tombado como patrimônio mundial.

Brasília tem a maior área urbana tombada do mundo, compactada em 112,25 Km<sup>2</sup>, reconhecida como marco que enaltece a criação e originalidade da evolução humana no período moderno. Compromissada com a estética modernista, seu planejamento arquitetônico privilegia o espaço público aberto, seguro e integrado a persistência do sítio acolhedor da cidade, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, e a conservação do *lugar* e juntos, “a preservação da memória e da cultura; reafirma-se, enfim, a identidade do espaço e da população que nele habita” (ROMERO, 2011, p. 17).

Pelo viés geográfico o *espaço* é compreendido como um sistema integrado entre os meios, de visualização imediata e impessoal do seu todo; enquanto o *lugar* “é carregado de percepções individuais, de sensações próprias vinda de um repertório único [...] o espírito do lugar é, por outro lado, o conceito usado para indicar o caráter significativo do lugar que o torna habitat seguro e amigável psicologicamente”. (ROMERO, 2011, p. 19)

Como conceito, o *lugar* significa muito mais que uma localização. Quando há significação e afeto ao ambiente, o indivíduo se sente em casa. Portanto, o recorte geográfico escolhido conduziu a ousadia da construção e transferência da capital e ainda possibilitou todas as condições aprazíveis e de qualidade de vida à cidade. É na Bacia e nas águas de Brasília que estão a memória evolutiva da *urb*. Portanto, o *core* é o *lugar* onde se reafirma a identidade do espaço e da população que nela vivencia, legitimando a cidade como palco de contato, de vivência, de conflitos e trocas.



As principais referências metodológicas para uma abordagem crítica dessa questão serão: a revisão bibliográfica, o uso sistemático e comparativo de mapas e análise em campo da paisagem, objeto de nosso estudo.

Os procedimentos referentes à pesquisa, levantamento de dados e informações, buscaram compreender ao estado da arte do tema através da revisão bibliográfica interdisciplinar, da definição da escala base e delimitações, da definição de variáveis a serem consideradas na pesquisa e do uso de mapas, imagens e fotografias da paisagem observada.

Os procedimentos referentes a pesquisa de campo envolveu o reconhecimento da paisagem objeto, o planejamento de itinerários de visita em etapas, cruzando dados teóricos e empíricos e a revisão e reavaliações constantes de mapas, imagens, fotografias, em franco diálogo entre as perspectivas sociais e o arcabouço físico.

Com o intuito de relacionar fatores e causas, o estudo proposto assume como objetivo principal, reconhecer a importância da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a maior expressão da Geografia local por ser ela a paisagem original fundamental e matriz definidora e acolhedora para o contexto histórico e estratégico para a formação da cidade de Brasília, ressignificando assim, o conhecimento científico local.

Aparecem também, na tentativa de contribuir e fundamentar o assunto, alguns objetivos específicos, como:

- 5) interpretar a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a ‘alma do lugar’ de Brasília e maior expressão geográfica de memória geossistêmica e social da capital modernista;
- 6) valorizar a apropriação da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como componente geográfico fundamental e explicativo para compreender a dinâmica geohistórica da capital;
- 7) ressaltar a importância da Geografia Física/Natural como componente complementar na dinâmica urbana e social da cidade;
- 8) reconhecer como marco identitário da cidade o pioneiro fluxo dialógico entre ambientes, apresentado como exercício de ‘sustentabilidade geográfica’, característico no desafio em construir a cidade capital, tendo como ponto de orientação, a morfologia original da paisagem da BHLP de Brasília.

Definido o nosso campo de análise e conceitos, de início percebemos que a história da cidade é bem maior e mais valiosa em referenciais de memória. A importância da criação de

Brasília mostra-se muito além de sua exuberante arquitetura e de personalismos políticos, comumente evidenciados.

A cidade inaugura em solo nacional o pioneirismo no compromisso com o estudo do ambiente a fim de evitar tragédias, inspirando um novo tempo de relação com o meio físico. O projeto ousado de Brasília pode ser visto como um exercício atento de sustentabilidade já nos anos 50 e ainda experiência em prática do casamento complicado entre a Geografia Física, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como assoalho receptor do Plano Piloto da cidade, e Humana, representada pelos ideais mudancistas, desde o século XVIII, contribuindo para um diálogo científico em torno da *urb*. Tudo sendo travado concomitante ao surgimento da nova capital brasileira de estética totalmente moderna, porém apropriada de uma trajetória histórica e memórias de desejos políticos e estratégicos, missões de estudos exploratórios em busca de interpretar a paisagem, que datam desde os tempos monárquicos.

Sabemos que a transição ecológica da humanidade pode ser considerada antiga, porém a compreensão dos fundamentos que regem os princípios da sustentabilidade, ocorreu somente nas últimas décadas. É considerado por muitos estudiosos do ambiente como o novo paradigma de desenvolvimento da humanidade. Nesse movimento,

O Desenvolvimento Sustentável despontou como pressuposto ideal de crescer consciente, ou compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas inter-relações particulares em cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão de tempo/espaço. (MILARÉ, 2009, p. 65).

Somente após os debates ambientais, iniciados em 1972 na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo e consolidado na Conferência ambiental Rio 92 foi que gerou a prática do pensamento sustentável, mesmo indo de encontro à ordem econômica vigente de domínio e degradação do ambiente natural. Ainda que pouco precisa enquanto prática,

(...) a Sustentabilidade consiste no pensamento de capacitação global para a preservação da vida humana equilibrada, conseqüentemente, da proteção ambiental, mas não só isso, também da extinção ou diminuição de outras mazelas sociais que agem contrárias a esperança do retardamento da sobrevivência do homem na Terra. As diferenças entre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável afloram com um processo em que a primeira se relaciona com o fim, enquanto o segundo com o meio. (SOUZA, 2012, p. 243).

Mediante um novo contexto de análise espacial, o sentido sustentável na formação da cidade de Brasília, mesmo antes do debate surgir, se apresenta como uma resposta à cisão da razão modernizadora, com convicta ambição para constituir uma nova racionalidade produtiva fundada no potencial geossistêmico. Sobre o assunto teórico, Canotilho define que a sustentabilidade na concepção de cidade,

corresponde num dos fundamentos do que se chama de princípio da responsabilidade de longa duração, consistindo na obrigação dos Estados e de outras constelações políticas em adotarem medidas de precaução e proteção, em nível elevado, para garantir a sobrevivência da espécie humana e da existência condigna das futuras gerações (CANOTILHO, 2007, p. 57).

Sustentabilidade, enquanto movimento, vai muito além de definir um diálogo de forças, a fim de garantir a existência condigna, baseado apenas nos pilares econômico, equidade social e ambiental. É necessário e legítimo, dentro de uma relação complexa entre ambientes, a ampliação do olhar. Buscar na leitura do espaço, minúcias e totalidades sistêmicas. A ciência geográfica se faz mais presente quando subsidia a análise e interpretação espacial, tendo a totalidade como razão norteadora, respeitando toda complexidade e diversidade do ambiente, pois

emerge da constatação de que o todo é constituído ao constituir-se por partes complexamente inter-relacionadas que se dissipam de uma verdadeira apreensão caso não sejam devidamente conjugadas e compreendidas como conjunto, unidade ou síntese. É resultado, portanto, de um esforço de abstração — como instrumento metodológico e analítico — que objetiva purgar o tangível da pletera do vazio e reconstituir sua concretude por meio de momentos de abstração e concreção que fatalmente se interpenetram, posto que ambos se constituem por mútua compenetração e elucidação, fundando momentos de aproximação com o objeto da investigação. (OLIVEIRA JÚNIOR; CAMPOS, 2015, p. 02).

Compreende-se, sem esforço, que a visão do todo, nas minúcias do espaço são regras facilitadoras de práticas que evitam nocividades aos ambientes envolvidos. Brasília pode ser reconhecida como exercício pioneiro de sustentabilidade, visto que o processo de construção da cidade obedeceu aos critérios e direcionamentos do substrato material da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como base de interpretação para o planejamento urbano moderno, compreendido aqui, pela pesquisa como um suspiro introdutório de sustentabilidade geográfica.

O momento inicial de nascimento da cidade pode ser interpretado como um pioneiro ensaio de diálogo sustentável, pois o planejamento urbano, considerado revolucionário aos ensejos da modernidade se viu na obrigação de cumprir os comandos direcionados pelo

ambiente. Só assim assentaria o projeto do Plano Piloto da cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Baseado no contexto analítico, fica evidente que, no momento de pré-construção da cidade capital, houve considerável exercício dialógico entre a realidade cotidiana em consonância com a dimensão natural/ambiental, levando, também um exercício de sustentabilidade, exemplo, mesmo que tímido, já no fim da década de 1950, no Centro Oeste do Brasil.

Na dimensão do tema é também justa e necessária a reflexão de que os ensejos atuais que envolvem o conceito de sustentabilidade, de fato e de direito, se exige amplo debate científico e político. É também intenção da pesquisa, compreender que ao longo do processo e dinâmica da construção da cidade de Brasília, consideráveis sequelas e imperfeições sociais e ambientais foram herdadas. Todavia é propósito da pesquisa apresentar apenas fatos referentes a geohistória da região e da cidade, capazes de contribuir para o debate sobre a cidade capital do país. Por outro lado, é também observado sobre a relação da construção da cidade e de seu ambiente que,

Ao que parece, a natureza terminou excluída da totalidade social, que implanta uma tecnosfera que a repele enquanto “ser-em-nós”, dotada de direito à conservação, enquanto uma psicosfera dá-lhe o sentido de “ser-outro”, estimulando um imaginário em que a autoconservação do ser humano deriva de não conservação do que é natural ou não econômico. (PELUSO, 2003, p. 182).

Acrescenta, ainda Peluso, que “não é de estranhar, portanto, que nenhum ator tenha como razão de ser social a natureza, pois ela foi reduzida a recursos para o desenvolvimento do mercado competitivo e apenas se sustenta naquilo que o faz funcionar”. (PELUSO, 2003, p. 182).

A troca desigual entre ambientes é um resultado identificado, sem muito esforço nos dias atuais na cidade de Brasília. Na medida que as exigências políticas avançavam o fluxo da construção, mais e mais o ambiente original se perdia em protagonismo para a exaltação geopolítica e econômica, diminuindo em importância ao longo do processo. Nessa perspectiva, ressaltamos que os estudos realizados no assolho natural fundante de Brasília, a BHLP, ainda no século XVIII, foram direcionadores para a ocupação e criação da cidade de Brasília e reconhecido na pesquisa como exercício embrionário de sustentabilidade geográfica, com marcas e signos cravados na geohistória da cidade.

## A LEITURA DA BACIA E A DOMA DAS ÁGUAS DE BRASÍLIA: A MISSÃO DE GLAZIOU

Valorosas contribuições advindas da criação de Brasília podem ser referendadas em minuciosos estudos previstos para a sua construção. Ganha destaque a Missão Cruls que nos revela privilegiados pesquisadores participantes, entre eles, aquele que viria a ser o responsável direto pelo descobrimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, indicando a necessidade de interferência na paisagem com o intuito de fazer ressurgir um grande lago, que proporcionaria, sem dúvida, “além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações. (FONSECA, 2001, p. 27)

O botânico, engenheiro e paisagista da Missão Cruls, Auguste François Marie Glaziou foi o visionário que interpretou na paisagem um enorme vale que deveria ser espaço ideal para acomodação da nova capital, banhada por um grande lago e delimitada por uma massa forte de Serras, combinando condições ideais para o desafio proposto. E define, em seu relatório que

Entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido á junção de diferentes cursos de água formando um rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte.[...] forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos. (FONSECA, 2001, p. 27).

No observar da morfologia da Bacia percebe-se, em todo seu perímetro, a presença de uma muralha de proteção composta por um conjunto de chapadas (Contagem, Taguatinga, Gama e Paranoá), visto como acidente natural delimitador e facilitador para o projeto da nova capital federal. Fato esse muito bem aproveitado por Lucio Costa para estruturar e acomodar o desenho urbano do Plano Piloto de Brasília em um sítio forte e com características ideais e incomuns, como:

- A massa contínua de chapadas elevadas circunscrevendo um espaço geograficamente bem delimitado;
- uma colina de encostas suaves ocupando o centro deste espaço;
- A rede hidrográfica introduzindo linhas de força (os cursos d'água) e elementos naturais de centralização (ponto de confluência dos cursos d'água) e direcionamento

(escoamento das águas da bacia por um único ponto, a Leste). (ROMERO, 2011, p. 30).

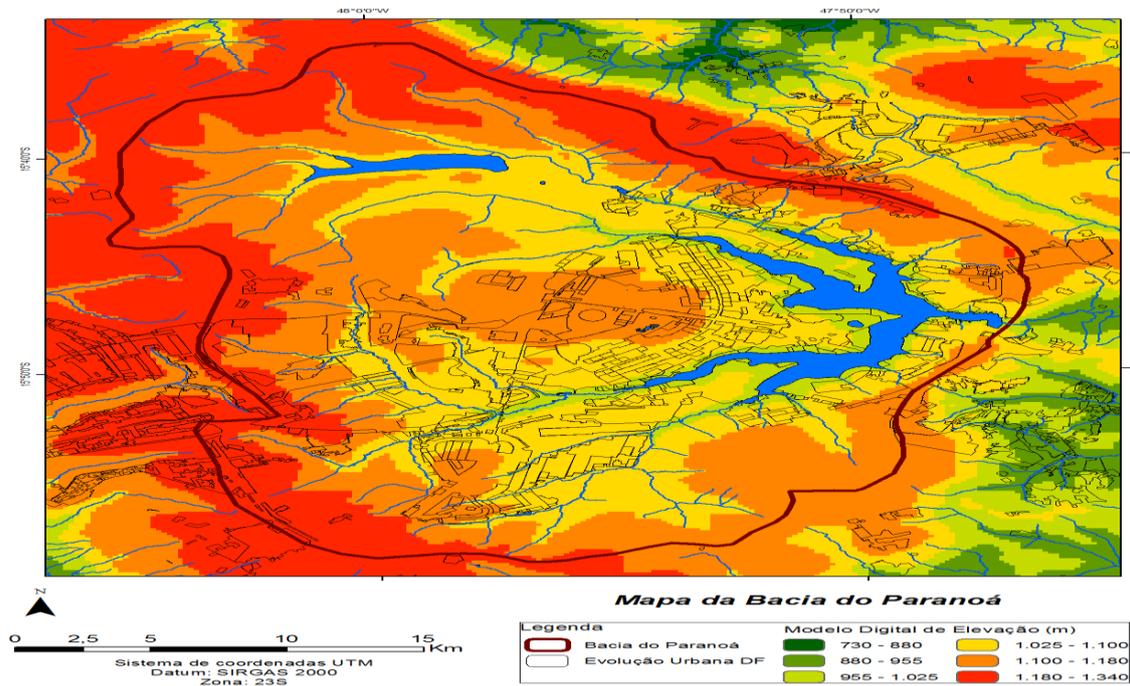


Figura 03 – Mapa Hipsômetro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

O próprio desenho geográfico do sítio já parecia destinado a receber a construção de Brasília. A acertada escolha do terreno já indicava os caminhos para um possível diálogo sustentável. O recorte geomorfológico e a beleza do Cerrado acrescentaram à cidade dimensão estética e humanizadora, pois se trata de

um sítio convexo. É aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calmaria, ele tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar [...]. Este vale florestado é de tamanho suficiente e fica a uma distância suficiente para não constituir uma desvantagem. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 1995, p. 243).

Ainda sobre a dimensão física da paisagem, Romero afirma “que a configuração (do relevo) que define sua paisagem garante a Brasília a visão de um horizonte de 360° e da abóbada celeste como um semi-hemisfério completo”. (ROMERO, 2011, p. 31)

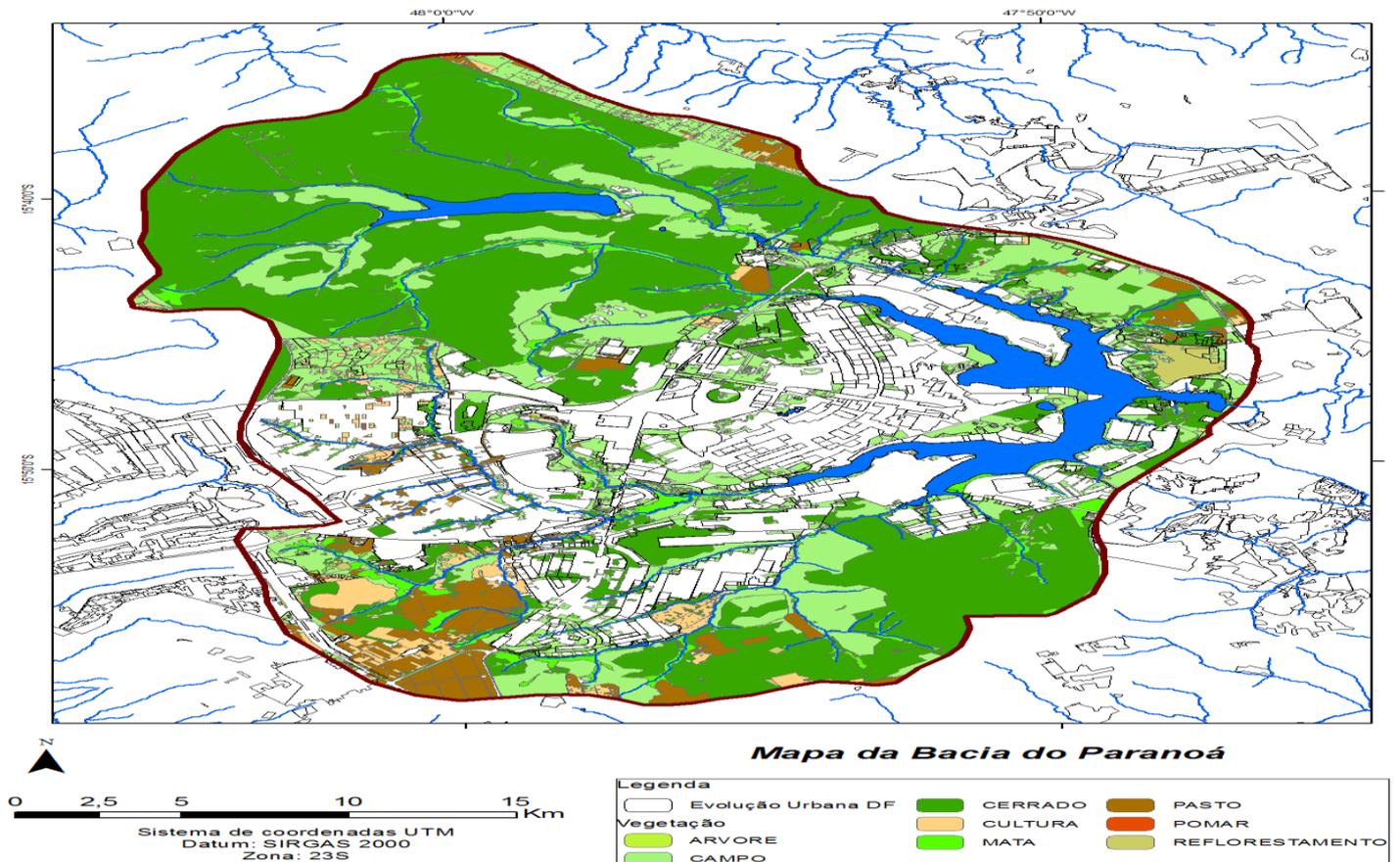


Figura 04 – Mapa Vegetação da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

Além dos elementos da paisagem já identificados, outros como o Lago Paranoá, indicado por Glaziou, foram fomentados para ressignificar o espaço, dando visualização e complementaridade ao sítio que receberia a nova capital. Fatos e fatores físicos foram bastante ilustrativos para direcionar o audacioso projeto de Lucio Costa. É fácil perceber que o urbanista

Estabeleceu um vínculo com o espaço e escolheu para a localização da capital o triângulo contido entre os braços do lago[...]na linha do espigão, estabeleceu o eixo monumental acompanhando as curvas de nível que descem até o lago e acomodou o eixo rodoviário. (ROMERO, 2011, p. 33).

Na análise do contexto é salutar perceber que, do ponto de vista da ocupação da cidade, o urbanista modernista exigia a manutenção da serenidade da linha do horizonte de Brasília com vista desimpedida sobre a paisagem, formando vínculo de construção de identidade da paisagem cultural na BHLP.

Ante o exposto, é salutar perceber que a BHLP conduziu e condicionou o fluxo urbano moderno, iniciado com a Revolução Industrial, encontrando pouso na criação de Brasília,

inaugurada em 1960. Aos poucos a paisagem original da bacia foi se modelando e se transformando para a adaptação dos desejos urbanos, motivado por um longo processo de busca ao sítio ideal para receber a nova capital brasileira.

Concomitante, à medida que a cidade surgia, como mostra na imagem dos mapas temáticos abaixo, novos impactos ao ambiente original e fundante eram reconhecidos e ampliados, indicando a necessidade de um olhar mais atento a fim de evitar nocividades aos novos e antigos habitantes e ao ambiente natural e definidor da bacia.

Vale ressaltar, nos mapas expostos, que mudanças no padrão de ocupação e uso da BHLP, sobretudo no contexto da retirada da cobertura vegetativa original, propõe seguramente, práticas de mitigações para que se evite distúrbios, desconfortos e prejuízos ao ciclo hidrológico necessário para a sobrevivência da BHLP, berço geossistêmico e original da cidade de Brasília.

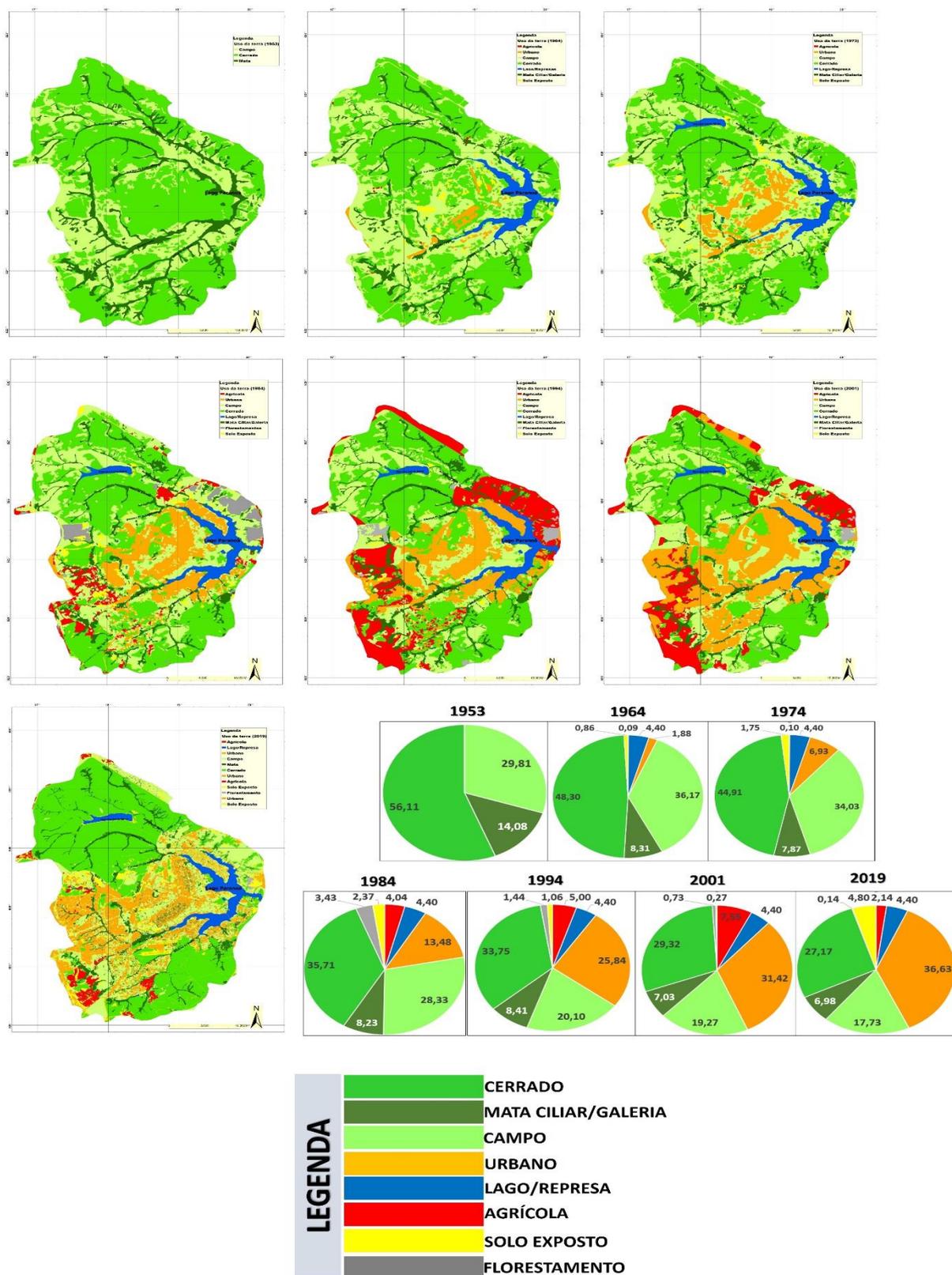


Figura 05 – Mapas Temáticos de Uso e Ocupação da Paisagem da BHL P em Tempos Distintos: 1953 a 2019

Fonte: o Autor.

## À GUIZA DE CONCLUSÃO

Assim, surge aqui como objeto de pesquisa a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista como assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a ‘alma do lugar’ de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, história e tempos evolutivos, significações e memórias e enormes desafios.

Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos no objetivo proposto, onde busca-se compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), como o principal recorte geográfico da cidade, reconhecendo nela a maior expressão da Geografia do Distrito Federal, por ser o sítio sede, acolhedor de elementos de memória científica, de identidade e afirmação, legítimos da cidade capital do Brasil.

É fácil perceber que Brasília, nasceu sob o signo da modernidade e evidencia-se num sítio generoso e forte, marcado pela presença evolutiva do Cerrado. Concebida para que o aberto e o desimpedido de sua morfologia fosse usufruído democraticamente, a cidade assume seu espaço de identidade entre os meios, físicos e antrópicos, consolidando enraizamentos e pertencimentos em sua dinâmica urbana.

Na análise dos fatos, é possível afirmar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá representa para a cidade de Brasília o recorte essencial e o principal condutor para o surgimento e realização da cidade capital de todos, levando a crer ser este, o maior desafio de preservação ambiental para uma cidade que nasceu como exercício de sustentabilidade geográfica e dotada de alma. Assim, por ser, sem dúvida, a ‘Alma do lugar’ de Brasília, a BHLP merece reconhecimento, apropriação, respeito e sobretudo, cuidados.

Na amplitude do tema, vale ressaltar que a Bacia Hidrográfica do lago Paranoá é o espaço geográfico de memória física da cidade de Brasília. É o recorte geossistêmico receptor da geohistória do pensamento evolutivo da cidade e relevante memorial de pesquisa sobre a complexa ocupação colonial no Brasil Central.

Ante isso, Brasília chancela em seu ecossistema o relevante reconhecimento de ser cidade tombada como patrimônio cultural da humanidade, por se apresentar ao mundo como marco urbano do pensamento moderno de estética modernista. Já em sua dimensão

original/natural, a cidade se mostra carente de relevância e reconhecimento. Fato esse considerado de grande incômodo para a geografia local e para o contexto explicativo da cidade, entendida na pesquisa de fundamental valor informativo para o conhecimento da totalidade geohistórica da capital do país, objeto síntese do artigo proposto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional: tentativa de compreensão de 30 anos das gerações ambientais no direito constitucional Português. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 57-130.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O relatório técnico sobre a nova capital da república*: relatório Belcher. 4. ed. Brasília: GDF: CODEPLAN, 1995.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NASCIMENTO, Rafaela Araújo; STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na geografia. *Revista Ra'ega*, Curitiba, v. 44, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/47200>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto; CAMPOS, Neio Lucio. *Totalidade e espaço*: ensaio metodológico (teoria, história y metodologia de la geografia). In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 2015, Havana. *Anais [...]*. Havana: EGAL, 2015.

PELUSO, Marília Luiza. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊIA, Luiz Alberto de Campos (org.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da UnB, 2003. p. 180-196.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura do lugar*: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília. São Paulo: Nova Técnica Editora, 2011.

SOUZA, Maria Claudia da Silva. 20 anos de sustentabilidade: reflexões sobre avanços e desafios. *Revista da UNIFEBE*, Brusque, v. 11, dez., p. 239-252, 2012.

**ANEXO C**

**ARTIGO 03 - BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO  
UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA: UMA CATEGORIA DE  
ANÁLISE GEOGRÁFICA (LOCAL) PARA BRASÍLIA**

## **A BACIA DO LAGO PARANOÁ COMO UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA (LOCAL) PARA BRASÍLIA**

**Tony Marcelo Gomes de Oliveira<sup>4</sup>**

**tonymargoli@gmail.com**

**Valdir Adilson Steinke**

**Doutor do Departamento de Geografia – UnB**

**valdirsteike@gmail.com**

**Resumo:** A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá objeto de análise da pesquisa, localiza-se inteiramente na região central do Distrito Federal, abrangendo uma área de aproximadamente 1.034,07 Km<sup>2</sup>, no domínio geomorfológico situado do Planalto brasileiro, na porção central da Faixa de Dobramentos e Cavalgamentos Brasília, apresentando uma estruturação geral bastante complexa com superimposição de dobramentos com eixos ortogonais. Caracteriza-se pela ocorrência de paisagens diversas sob domínio das zonas de chapadas com abundante hidrografia. No momento, a Bacia apresenta um intenso uso urbano que se estabelece em muitas áreas de riscos vulneráveis, a eventos relacionados a movimento de massas e enchentes, fatos agravados pelo crescente e desordenado processo de ocupação. Buscando confirmar a hipótese apresentada, ou seja, perceber a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como o principal recorte, de um complexo geossistêmico, parte da paisagem total da BHLP, como uma Unidade de Paisagem de considerável relevância, da capital moderna do Brasil. Segue pertinente a questão norteadora: a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá pode ser reconhecida e legitimada como a Unidade de Paisagem referência e matriz, por representar o ambiente geossistêmico complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília? Nesse contexto, focamos como objetivo principal a tentativa de identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como subsídio para a efetivação da proposta que define a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como uma Unidade da Paisagem referência, por ser ela o recorte natural receptor, que acolheu a construção da moderna capital da república, Brasília. Nesse contexto, é proposta da pesquisa, legitimar a bacia hidrográfica local como uma Unidade de Paisagem fundante, pois objetiva facilitar a compreensão da complexa análise, referente aos diversos níveis de fragilidade ambiental ressaltada pelo modelo de utilização em que se consolida a dinâmica do espaço para uso e adequação da cidade. Na intenção em alcançar o objetivo proposto, a busca pela caracterização fisiográfica e o levantamento de dados em campo nutriram a análise dos parâmetros geomorfológicos e hidrodinâmicos da nossa paisagem referência, a fim de contribuir para maior reconhecimento do recorte, como espaço definidor e principal acidente geográfico da capital do país. Fato esse que, obrigatoriamente atrela-se ao complexo memorial e geohistórico explicativo da formação da cidade capital de todos os brasileiros.

---

<sup>4</sup> Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Palavras-chave:** Unidade de Paisagem. Geossistema. Geohistória. Brasília. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

## INTRODUÇÃO

As Unidades de Paisagens se individualizam pelos domínios físicos individuais apresentados pelo clima, vegetação, solos, pelo arranjo estrutural, ou exclusivamente por um desses domínios. Elas apresentam “fronteiras de complexa delimitação (já que têm um espectro taxonômico variado), que ocupam um determinado espaço e certo período de tempo, cuja existência é condicionada pelo funcionamento de seus elementos”. (MONTEIRO, 2000, p. 85).

A categoria de análise das Unidades de Paisagem é definida como geossistemas, que são compreendidos como conjunto de fenômenos naturais físicos e fenômenos antrópicos. Em consonância, atuando aglutinados representam a paisagem transformada ou não pelas ações sociais. A amplitude do conceito de geossistemas, necessita de “reconhecimento e a análise dos componentes da natureza, sobretudo através das suas conexões. Entendidos os geossistemas, como unidades naturais integrais, pode-se distinguir suas modificações e transformações como resultantes das ações dos diferentes tipos de ocupação”. (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 178).

Na ambientação dos geossistemas, a categoria de análise que melhor acomoda a sua dimensão é a paisagem. Mesmo sendo este um conceito ainda impreciso e polissêmico, considerado estranho a Geografia física moderna, afinal, nos novos tempos, a dinâmica transformadora do espaço, são quase sempre amplamente remodeladas pela ação humana. Na evolução do discurso científico geográfico, percebe-se o discurso ambiental flertando numa crescente com o discurso discreto e contribuidor da geografia cultural, humanista, “assentadas na fenomenologia, no existencialismo, na retomada da matriz historicista, na subjetividade, intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e a compreensão como base na inteligibilidade do mundo real”. (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 100).

No contexto momentâneo o conceito de paisagem se avoluma e é revalorizado, encontrando em Bertrand a sua definição conceitual, como sendo “certa porção do espaço, resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. (BERTRAND, 2004, p. 141).

As relações e dinâmicas espaciais desses fenômenos são compreendidos, na atualidade, como o estudo da complexidade inerente as organizações espaciais. Assim, Christofolletti, “atribui à paisagem a compreensão do espaço como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos e sociais”. (CHRISTOFOLLETTI, 1999).

A busca pela análise sistêmica baliza-se na ideia de paisagem como um todo, em que se coadunam natureza, sociedade e cultura em amplo contexto de variáveis diversas que buscam representar a relação da natureza como um sistema entrelaçado a ação humana. A complexidade das paisagens exige uma profusão de classificações. Assim, podem enquadrar-se em três princípios básicos de análise: o princípio genético, estrutural sistêmico e o memorial histórico, que se homogenizam numa classificação complexa e dinâmica.

A definição de Unidade de Paisagem é um grande desafio por sua complexidade, pois a interação entre “os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico permite a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, como também identificar as principais fragilidades ambientais de cada unidade, elemento essencial na gestão do território”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Nesse contexto desafiador, a gestão do território como mecanismo de educação das ações sociais no meio ambiente tem reconhecidamente nos estudos de sustentabilidade interligado ao planejamento, o principal meio de efetivações das “ações no espaço territorial, sejam, por meio de diagnósticos, estudos de impactos, levantamentos físicos territoriais, seja pela análise sócio econômica, enfim, por mecanismos que possibilitem antever quadros futuros de organização territorial”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Tal importância também se reconhece no campo da interdisciplinaridade científica, pois alicerçada em estudos setoriais, integrando domínios físicos aos culturais, respeitando

suas marcas únicas que dão identidade ao ambiente físico, permite assinalar em escalas e sinais próprios ou mesmo regionais, categorias específicas facilitadoras para identificação e avaliação de impactos, avaliação de recursos naturais, reconhecimento e mitigação de áreas de riscos, avaliação de vulnerabilidade ao ambiente de toda a natureza.

Na análise dos fatos, percebe-se que a gestão territorial legitima-se quando se alimenta e ganha musculatura através do diálogo entre as ciências, os autores e os conceitos, possibilitando o ampliar de interpretações e contribuições, sendo prática transformadora que garanta uma maior equidade da distribuição territorial, direcionando o olhar para a melhoria da qualidade de vida em sua totalidade.

## **O OBJETO, O PROBLEMA E O MÉTODO**

É permitida a afirmação de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é para Brasília, o acidente geográfico de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política. Na análise dos fatos, podemos considerar que, a cidade capital surgiu de um embrionário diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, foi reconhecida e apropriada como marca definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geofísicos modeladores da Bacia.

Assim, é objetivo basilar da pesquisa identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como subsídio para a efetivação da proposta que define a BHLP como uma Unidade da Paisagem referência para a cidade de Brasília. Dessa forma, como hipótese possível, a pesquisa orienta a Paisagem da BHLP com potencial pra ser apropriada e reconhecida como Patrimônio Geomorfológico/Geográfico local por apresentar em sua dinâmica e morfologia, características ecológicas e identitárias, contribuidoras para a formação da cidade de Brasília.

Assim, segue pertinente a questão norteadora: a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá pode ser reconhecida e legitimada como a Unidade de Paisagem geográfica e matriz, por

representar o ambiente geossistêmico complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília?

Localizada na região central do Distrito Federal, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá abrange, aproximadamente, uma área de 1.034.07 Km<sup>2</sup>, tendo em seu domínio o centro da cidade, o Plano Piloto, e toda Região Administrativa (RA) I – Brasília/Plano Piloto, Granja do Torto, Vila Telebrasilândia e Vila Planalto, acompanhada em sua borda interna pelas Regiões Administrativas: RA XVI – Lago Sul; RA XVIII – Lago Norte; RA X – Guará; RA XI – Cruzeiro; RA VIII – Núcleo Bandeirante; RA XIX – Candangolândia; RA XVII – Riacho Fundo; parte da RA III – Taguatinga e parte da RA VII – Paranoá.

Limita-se ao Norte com as

Regiões Administrativas de Brazlândia – RA IV e de Sobradinho – RA V (Bacia do Maranhão); ao Leste, com a parte da RA V e da RA VII do Paranoá (Bacia do São Bartolomeu); ao Sul, com a RA II do Gama (Bacia do Corumbá); e a Oeste, com a RA III de Taguatinga e parte da RA IV de Brazlândia (Bacia do Descoberto). (FONSECA, 2001, p. 45).

A presença de um considerável número de rios tributários, compreende a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá uma singularidade de ser a única bacia integralmente localizada em todo Distrito Federal, possibilitando um diálogo sustentável pioneiro, entre ambiente e planejamento, sendo facilitador na observação e controle sobre os mananciais que abastecem o principal lago da cidade, o Paranoá. Ou seja, o recorte geográfico, objeto da pesquisa, apresenta em sua composição, “todas as nascentes situadas no quadrilátero do Distrito Federal”. (FONSECA, 2001).

Vale ressaltar que não era prática comum dentro do planejamento urbano do período moderno a interação direta e dialógica com o ambiente, renegando como prática, a importância da Unidade de Paisagem, bacia hidrográfica, como referência para a construção de cidades. Assim,

o urbanismo modernista tradicional desconsiderou aspectos naturais como esse (bacia hidrográfica) [...] privilegiando o enfoque econômico mais do que nunca. Entretanto, após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista em nível internacional, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é uma questão de tempo. (MARICATO, 2013, p. 80).

É interessante ressaltar que antes mesmo do necessário discurso ambiental fazer parte da realidade epistemológica do planejamento urbano, percebe-se que no caso da construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, práticas e cuidados ambientais, anteciparam e legitimaram o caminho da sustentabilidade no Brasil, visto que, todas as condicionantes adequadas a receber a construção da nova capital, foi definida pelo estudo de seu ambiente físico, especialmente, pela dinâmica das bacias hidrográficas do Distrito Federal, dando destaque a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, justo por ser esta a Unidade de Paisagem diretamente ligada ao centro urbano da capital.

## **BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Com uma área de 5.789,16 Km<sup>2</sup>, a região do Distrito Federal é drenada por três importantes bacias brasileiras: a Bacia do São Francisco, tendo o Rio Preto como principal tributário; a Bacia Araguaia/Tocantins, abastecidos pelo Rio Maranhão e a Bacia do Paraná, tendo os tributários: São Bartolomeu e Descoberto, como principais rios. De acordo com o mapa hidrográfico do DF,

essas bacias são denominadas de Regiões hidrográficas. Todos os seus rios são de planalto, sendo as principais bacias identificadas por um padrão de drenagem radial. Pela disposição da drenagem, observa-se que dois de seus cursos de água são delimitadores do território do DF: a Leste, o Rio Preto; e, a Oeste, o Rio Descoberto. (FONSECA, 2001, p. 45).

Na análise dos fatos em comparação sóbria é possível considerar a região do Distrito Federal e o Planalto Central brasileiro, como a 'caixa d'água' do país, pois são de suas nascentes que escorrem considerável vida hídrica, compondo e dando navegabilidade e funções aos grandes rios nacionais, banhando municípios e sociedades diversas, somando em seguida as águas do Atlântico sul.

Compreende-se como bacia hidrográfica,

uma área de topografia determinada, banhada por um rio principal e seus afluentes, formando um sistema integrado de cursos d'água. As águas continentais escoam e formam redes de drenagem, cujos cursos d'água, por sua vez, formam bacias hidrográficas ou bacias de drenagem. (PELUSO, OLIVEIRA, 2007, p. 19)

Assim, definisse como Bacia Hidrográfica, uma área abrangente drenada por um rio e seus tributários e delimitada pelo divisor de águas, constituído na linha de separação divisora (de bacias), podendo ser composta por um conjunto de Unidades Hídricas.

A Região Hídrica da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é composta pelas Unidades hídricas: córrego Bananal, córrego Riacho Fundo, Ribeirão do Gama, Santa Maria, Torto e o próprio Lago Paranoá.

#### **REGIÃO HÍDRICA OU UNIDADES HIDROGRÁFICAS DA BACIA DO LAGO PARANOÁ**

##### **REGIÃO HÍDRICA - UNIDADE HIDROGRÁFICA DO BANANAL**

Ocupa uma área, borda de chapada, de 127,74 Km<sup>2</sup>, composta pelo ribeirão Bananal e pelo córrego Acampamento, “além de outros pequenos córregos. O Paranoá, com uma vazão média de 2,51 m<sup>3</sup>/s. Essa unidade hidrográfica está localizada, em sua quase totalidade, dentro do Parque Nacional de Brasília”. (DIAS, 2011, p. 08).

Percorre uma extensão de 19,1Km que desagua totalmente no Lago Paranoá, no centro da cidade de Brasília.

##### **REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE HIDROGRÁFICA DO GAMA**

O ribeirão do Gama nasce na Mata do Catetinho, situada na parte sul da bacia do Paranoá, onde abrange uma área de drenagem de 142,40 Km<sup>2</sup>, em trajetória medindo cerca de 14 Km. Deságua diretamente no Lago Paranoá, com uma vazão média de 1,85m<sup>3</sup>/s. Seus principais afluentes são os córregos Mato Seco, Cedro, Capetinga e Taquara.

##### **REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ**

Resultante de uma antiga depressão inundada e do represamento do Rio Paranoá, a unidade é constituída, além do próprio lago, também por pequenos contribuidores, situados no braço norte da cidade, composto pelos córregos: Taquari, Gerivá e Palha. No braço sul, os córregos tributários são: Cabeça de Veado, Canjerana e Antas.

Situada na parte central do conjunto das sub-bacias, a unidade hidrográfica do Lago tem uma área

de 288,69 Km<sup>2</sup>, funcionando como bacia de captação dos principais cursos d'água que drenam o sítio urbano da cidade de Brasília[...]A drenagem típica da [Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá] é anelar, formada pelos tributários já mencionados, apresentando uma característica interessante, que é o sentido principal do escoamento, de Oeste para Leste. (FONSECA, 2001, p.48-51).

#### **REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE HIDROGRÁFICA DO TORTO/SANTA MARIA**

Possui uma área de 249,76 Km<sup>2</sup>, seguindo um percurso em média de 20 Km. O Ribeirão do Torto já não possui trajeto natural, seu regime foi alterado pelo represamento das águas em barragens, Torto e Santa Maria. Têm como tributários os córregos: Milho Cozido, Vargem Grande, Santa Maria, dentre outros pequenos afluentes formadores do Ribeirão do Torto que deságua diretamente no lado norte do Lago Paranoá.

#### **REGIÃO HÍDRICA – UNIDADE HIDROGRÁFICA DO RIACHO FUNDO**

Nascente na região sudoeste da bacia, o Ribeirão Riacho Fundo tem como afluentes principais o córrego Coqueiros, Vicente Pires e Guará, além de outros corpos hídricos menores. Possui uma área de 225,48 Km<sup>2</sup>, seguindo um percurso de 13 Km, tendo em média de vazão de 4,04 m<sup>3</sup>/s.

O centro urbano de Brasília, o Plano Piloto, ocupa o principal tecido geomorfológico da cidade, agregando em sua dimensão física as características e necessidades de uma capital federal, acomodada estrategicamente no chão do lugar. O *lócus* urbano nevrálgico da cidade

de Brasília é o seu Plano Piloto tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Todo o seu núcleo está assentado estrategicamente sob o substrato litólito central da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Nele está contido a presença dos principais mobiliários urbanos e melhores índices de qualidade de vida do Distrito Federal, consolidando como uma simbiose possível, respeitosa e dialógica, entre ambientes, natural, representado na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá e o social/urbano, representando a dinâmica antrópica, por Brasília.

Situada entre os paralelos 15° 30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude a oeste, o Distrito Federal tem como limites naturais, a Leste o Rio Preto e, a Oeste, o Rio Descoberto; ao Sul e ao Norte do quadrilátero está limitado por dois cortes paralelos fronteiros a municípios goianos, formadores do complexo metropolitano de Brasília, Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

A cobertura pedológica e a organização lito estrutural do relevo do recorte definido como a bacia hidrográfica do lago Paranoá têm íntimas relações com as possibilidades condicionantes para erguer a capita Brasília no Planalto central brasileiro.

Assim, em localização,

A área do Distrito Federal está compreendida pelo Planalto Central goiano, na qual se encontram as maiores cotas altimétricas da região do Centro Oeste. Em função delas, divide-se a área do DF em quatro compartimentos geomorfológicos: pediplano de Contagem-Rodeador, pediplano de Brasília, depressões interplanálticas e planícies aluviais e alveolares. (PELUSO; OLIVEIRA, 2007, p. 15).

## **COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS DA BACIA DO LAGO PARANOÁ - MACROUNIDADES**

As características geomorfológicas da paisagem do domínio morfoclimático do Cerrado resultam da interação de regime climático por duas estações bem definidas, com fatores litológicos, edáficos e bióticos.

O Distrito Federal apresenta na composição natural de seu território, treze unidades geomorfológicas, que constituem geossistemas hierarquizados e interrelacionados. Sobre a estrutura física da área da Bacia, que o Distrito Federal se apresenta, Novaes compreende que

“por suas similaridades morfológicas e genéticas, as unidades geomorfológicas agrupam-se em três tipos de paisagem (macrounidades) características da região de cerrados”. (PINTO, 1986).

Podem ser evidenciados na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá as seguintes estruturas geomorfológicas identificadas no recorte do Distrito Federal em macrounidades: Região das chapadas, região de dissecação intermediária, região de vales dissecados e região de rebordos.

## **REGIÃO DE CHAPADAS**

É uma macrounidade que ocupa cerca de 34% da área do DF e tem como característica uma topografia plana a plano ondulado, acima dos 1.000 m. de altitude. Destaca-se nela a Chapada da Contagem que circunda praticamente toda a cidade de Brasília. Essa estrutura ou macrounidade é sustentada pela presença de quartzitos e metarritmitos arenosos do grupo Paranoá.

Todo esse assoalho físico, receptor da cidade planejada, hoje está diretamente integrado ao movimento construtor antrópico que edificou a cidade capital. Assim,

sobre essa superfície foram edificadas as cidades satélites de Taguatinga, Ceilândia, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho I e II, e os condomínios da região do Jardim Botânico. Além dos centros urbanos consolidados e dos condomínios em fase de regularização, existe ainda proposta de ampliação dessas ocupações urbanas. (FONSECA, 2001, p. 75).

Pelo viés da paisagem é salutar reconhecer a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como Unidade de Paisagem matriz e integradora de ambiências naturais produtoras de condicionantes para o desenvolvimento de afetividades e identidades inerentes a produção do espaço urbano de Brasília. Nesse sentido, o estudo acerta em ressaltar a importância para a compreensão da evolução da cidade em seu tempo e espaço, o desenvolvimento de estudos específicos do meio físico, pois sabe-se que as Chapadas são importantes acidentes importantes para a dinâmica da regularização do regime hídrico local.

## ÁREA DE DISSECAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Essa macrounidade ocupa cerca de 31% do DF e apresenta um padrão de relevo de suave ondulação, localizado no interior do domo Estrutural de Brasília, em cotas entre 1.000 e 1.100 m, preservado sobre ardósias, quartizitos e metassiltitos do grupo Paranoá. Toda macrounidade é drenada por pequenos e inúmeros córregos que compõem a ambiência das Regiões Administrativas, de Brasília (Plano Piloto), Núcleo Bandeirante, Guará I e II, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste, Setor de Indústria e Abastecimento e Setor de Mansões Park Way.

Vale ressaltar que as macrounidades definidas como, Região de Dissecação de Vale e a Região de Rebordos e Escarpas também são reconhecidas como componentes da estrutura física do DF. Porém, como o objeto da pesquisa não visa extrapolar os limites do recorte definido como Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, será por nós contextualizado apenas os temas e estruturas geomorfológicas referentes ao interior do objeto da pesquisa, reconhecidas como: Região de Chapadas e Região de Dissecação Intermediária.

É ainda razoável afirmar que os fatores responsáveis pela evolução morfodinâmica do Distrito Federal são muitos; incluindo o clima, a vegetação, a estruturação neotectônica, dentre outros; todos também intensamente importantes para o reconhecimento do ecossistema, Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como Unidade de Paisagem matriz e fundante, receptora de memórias e identidades, compondo a estrutura espacial formadora da cidade de Brasília. Porém, por opção da pesquisa, concentramos na composição estrutural morfológica local, pela simples razão de ter sido a característica estrutural pioneira e definidora, identificada por observação e análise da paisagem, no pioneiro estudo realizado para reconhecimento da região ainda no século XIX com a Missão Cruls, observado e indicado pelo naturalista August François Marie Glaziou em 1893.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DA PAISAGEM

O princípio basilar da paisagem como categoria de análise geográfica, está fundamentada na análise integrada entre as esferas naturais/físicas e sociais, em consonância aos metamorfoseamentos e dinâmicas de suas complexidades.

A análise da paisagem, como categoria da ciência geográfica, acompanhou

o processo de evolução científica e epistemológica, portanto, passou por mudanças conceituais e metodológicas ao longo do tempo. Desta forma, não há consenso em torno de uma definição e uma metodologia única a serem seguidas, pois a paisagem torna-se o resultado de acontecimentos históricos. Ao longo dos anos, os conceitos abordados passaram por modificações e adaptações. (STEINKE; NASCIMENTO, 2018, p. 22).

A abrangência aos enfoques estruturais, dinâmicos e antropogênicos, são reconhecidamente pilares integrativos e sustentáveis para a dinâmica da paisagem. Assim, assumiremos o enfoque funcional adotado por Rodriguez, Silva e Cavalcante, por ter como finalidade, “esclarecer como a paisagem é estruturada e quais as relações funcionais de seus elementos, por que está estruturada de determinada maneira (relações genéticas ou casuais) e para que esteja estruturada de certa forma (quais funções naturais e sociais)”. (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTE, 2002).

Assumiremos o enfoque funcional da paisagem por sustentar-se na necessidade de esclarecer “os elementos substanciais que refletem o sistema das interrelações externa das paisagens, que dominam sua essência e sua vida. Devido a isto, as diversas unidades de paisagens tornam-se independentes do fundo físico-geográfico comum”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

O funcionamento da paisagem define-se como sequência estável de processos que atuam permanentemente e que ocorrem nas interações de energias, informações e elementos da própria paisagem com o exterior, garantindo a conservação do seu estado característico por um dado tempo.

As preposições metodológicas assumidas nesse estudo amparam-se na interação entre os meios físicos e antrópicos, legitimando o real exercício de análise geográfica sem distinção entre ambientes, o natural x social. A necessária abordagem conceitual trazida,

referendada no arcabouço da categoria de análise da ciência geográfica, busca legitimar o recorte espacial, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como elemento natural de referência, consolidando signos ao cotidiano citadino e marcas de identidade junto ao traçado urbano da cidade de Brasília.

Buscando evidenciar a importância e o reconhecimento do recorte objeto da pesquisa, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, reconhecendo-a como uma Unidade de Paisagem, minimamente pode contribuir para a estruturação do espaço, transformando-se em instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbana.

Por esse motivo, torna-se possível elaborar métodos que permitam o reconhecimento de lugares transformadores, do modo percebido, utilizado e apropriado pela sociedade. Como método de reconhecimento da paisagem em unidade basilar, há quatro níveis analíticos da paisagem.

No primeiro momento de compreensão, ocorre a leitura da paisagem sem categorias analíticas, sem prejuízos, ou seja, a experimentação da paisagem. No segundo momento, já se pressupõe compreender as relações entre os processos que constituem a paisagem, aqueles de formação socioespacial. Se no segundo nível se enfatiza processos, no terceiro, por sua vez, enfatiza-se o “produto”(não estático) desses processos de materialidade. Assim, o terceiro nível analítico se abre ao enfoque morfológico, ao estudo da fisionomia da paisagem, entendendo os impactos das ações dos homens, empresas e instituições no meio, reconhecendo relações entre formas, usos, impactos e valorizações, como por exemplo, a valorização estético-cultural das paisagens.

Seguindo esse princípio, faz-se necessário um quarto momento de interpretação do objeto/Unidade de Paisagem, com o intuito de descobrir nuances e símbolos das apropriações diversas, seja por comunidades, empresas e instituições, que vai muito além da aparência e visibilidade da paisagem, agregando a ela valores, reconhecimentos e assim, cuidados.

Para melhor referendar nossa ação metodológica, consideramos necessária a distinção de duas ações de trabalho complementares a serem realizadas: primeiro, o levantamento de dados e busca sistema de informações de base interdisciplinar e segundo, a pesquisa de campo.

Os procedimentos referentes à pesquisa, levantamento de dados e informações para conhecer o estado da arte do tema foi pautado em revisão bibliográfica interdisciplinar, na definição da escala base e delimitações, na definição de variáveis a serem consideradas na pesquisa, assumidas aqui pela Geomorfologia local, hidrografia, consistência geológica e morfológica do objeto em análise e no uso de mapas, imagens e fotografias da paisagem observada.

Já os procedimentos referentes a pesquisa de campo foram pautados no reconhecimento da paisagem objeto, no planejamento de itinerários de visita em etapas, cruzando dados teóricos e empíricos e na revisão e reavaliações constantes de mapas, imagens, fotografias, em franco diálogo entre as perspectivas sociais e o arcabouço físico.

## **IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOB A GUIA DE CONCLUSÃO**

Sob orientação do método, a análise, a integração e a interrelação entre os diversos aspectos e dinâmicas que compõem o estudo e visando uma maior compreensão crítica e atenta da paisagem, permitiu a busca da leitura, interpretação e reconhecimento da paisagem, Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como uma Unidade (Paisagem) basilar, com características e condições raras e distintas, capazes de acolher em seu leito morfológico, o desenvolvimento sociourbano da cidade moderna de Brasília.

A análise da documentação cartográfica, juntamente com uma detalhada correlação de informações, permitiram a particularização da paisagem que apresentava certa homogeneidade referente aos aspectos físicos. Como critério delimitador, definimos a estrutura geomorfológica, assumida na pesquisa em primeiro plano, por entender ser documento básico de definição e mapeamento da Unidade de Paisagem proposta.

A definição da estrutura geomorfológicas na delimitação da Paisagem, reconhecendo ser ela uma Unidade geossistêmica, só foi possível, considerando o pensamento de Ross, em que, “o entendimento do relevo passa, portanto pela compreensão de uma coisa maior que é a paisagem como um todo”. (ROSS, 1990, p. 12). Acrescenta ainda que, “não é possível abranger a gênese e a dinâmica das formas de relevo sem que se entendam os mecanismos

motores de sua geração, sem que se percebam as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade Geoambiental. (ROSS, 1990, p. 12).

Construindo sempre uma relação de suporte entre os tipos e formas de relevo, recursos hídricos, solos e estes com a litologia, tipos climáticos e outros, em dinâmica constante compondo a geografia ideal para as interferências e ações.

Assim, pelo exposto, é possível reconhecer que a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá não é formada apenas pela acumulação dos tempos, dos usos, do passado, das ocupações. Ela também é dinâmica e se reproduz na transformação antrópica do espaço pela imbricação dos aspectos culturais e físicos/naturais.

O reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a Unidade de Paisagem pioneira e generosa para acolher o sonho de construir a cidade de Brasília, eleva e dá protagonismo ao conceito de paisagem, como categoria de análise geográfica, possibilitando maior significado junto ao planejamento, ao projeto e gestão de espaços urbanos, seja em qualquer escala, assumindo ser ela, a paisagem, um produto geográfico, também produtor de práticas sociais cotidianas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, MG, v. 20, n. 02, p. 177-198, 2008.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia*, Brasília, n. 01, v. 02, 2011.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.

DIAS, Lidiane Tomaz. *Modelagem dinâmica espacial do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Lago Paranoá – Distrito Federal: 1998-2020*. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

NASCIMENTO, Rafaela Araújo; STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na geografia. *Revista Ra'ega*, Curitiba, v. 44, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/47200>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.

PINTO, Maria Novaes. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia, ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção: Repensando a Geografia).

RODRIGUEZ, José Mateo; SILVA, Edison Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. *Geoecologia da paisagem: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. Fortaleza: EDUFC, 2002.

## **ANEXO D**

### **ARTIGO 04 - A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO GEOPATRIMÔNIO FUNDANTE DE BRASÍLIA: UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA**

**A BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ COMO GEOPATRIMÔNIO  
FUNDANTE DE BRASÍLIA: UNIDADE DE PAISAGEM REFERÊNCIA DE  
CULTURA E SUSTENTABILIDADE GEOGRÁFICA<sup>5</sup>**

*The Lake Paranoá hydrographic basin as the founding  
geoheritage of Brasília, Brazil: a landscape unit that is a  
reference for culture and geographic sustainability*

Tony Marcelo Gomes de Oliveira, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasil,  
tonymargoli@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-3176-309X>

Valdir Adilson Steinke, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasil,  
valdirsteinke@@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-8738-6975>

**Resumo:** A Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, está localizada inteiramente na região central do Distrito Federal, no domínio do Planalto, sob as zonas de chapadas e abundante hidrografia, fatores condicionantes para acomodar o projeto urbano inovador de Lucio Costa para a capital. Entende-se a bacia como uma Unidade de Paisagem de relevância ambiental generosa e condicionante para a formação da moderna capital do Brasil. Como questão, partimos do questionamento se a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP), pode ser reconhecida e legitimada como Geopatrimônio por ser a proeminência geográfica da paisagem original de maior significado geohistórico, complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília. Como método, buscou-se revisão bibliográfica, comparativo de mapas e imagens em tempos distintos e da imprescindível pesquisa de campo para melhor referendar nosso objetivo em reconhecer a BHLP como paisagem original e base física de relevância fundante para a formação cultural urbana e ambiental da capital tombada do Brasil.

**Palavras-chave:** Geopatrimônio. Brasília. Geohistória. Unidade de Paisagem. Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

---

<sup>5</sup> Artigo publicado no volume 02, do número 01 da Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente (Physis Terrae) de 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-3176-309X>.

## INTRODUÇÃO

As Unidades de Paisagens particularizam-se pelos domínios físicos individuais apresentados pelo o clima, a vegetação, os tipos de solos, o arranjo estrutural, ou exclusivamente por um desses domínios. Elas apresentam “fronteiras de complexa delimitação (já que têm um espectro taxonômico variado), que ocupam um determinado espaço e certo período de tempo, cuja existência é condicionada pelo funcionamento de seus elementos”. (MONTEIRO, 2000, p. 85).

A categoria de análise das Unidades de Paisagem pode ser definida como geossistemas, que são compreendidos como conjunto de fenômenos naturais físicos e fenômenos antrópicos. Em consonância, atuando aglutinados, representam a paisagem transformada ou não pelas ações sociais. Na amplitude do conceito, geossistemas são entendidos, como unidades naturais integrais, que podem-se distinguir suas modificações e transformações como resultantes das ações dos diferentes tipos de ocupação (GUERRA; MARÇAL, 2006).

Na ambientação dos geossistemas, a categoria de análise que melhor acomoda a sua dimensão é a paisagem. Mesmo sendo este um conceito considerado polissêmico, ainda, por vezes, estranho a ciência geográfica moderna, afinal, nos novos tempos, a dinâmica transformadora do espaço, são quase sempre amplamente remodeladas pela ação antrópica. Na evolução do discurso científico geográfico, percebe-se o discurso ambiental flertando numa crescente com o discurso discreto e contribuidor da geografia cultural, humanista, “assentadas na fenomenologia, no existencialismo, na retomada da matriz historicista, na subjetividade, intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e a compreensão como base na inteligibilidade do mundo real”. (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 100).

No contexto momentâneo o conceito de paisagem avoluma-se e é revalorizado, encontrando em Bertrand a sua definição conceitual, como sendo “certa porção do espaço, resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

As relações e dinâmicas espaciais desses fenômenos são compreendidos, na atualidade, como o estudo da complexidade inerente as organizações espaciais. Assim, Christofolletti “atribui à paisagem a compreensão do espaço como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos e sociais”. (CHRISTOFOLETTI, 1999).

A busca pela análise sistêmica baliza-se na ideia de paisagem como totalidade, onde coadunam-se natureza original, sociedade e cultura num amplo contexto de variáveis que buscam representar a relação da natureza como um sistema entrelaçado com a ação humana. A complexidade das paisagens exige uma profusão de classificações, as quais podem enquadrar-se em três princípios básicos de análise: o princípio genético, o estrutural sistêmico e o memorial histórico, que se homogenizam numa classificação complexa e dinâmica.

A definição de Unidade de Paisagem tem sido um grande desafio dada a sua complexidade, pois a interação entre “os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico permite a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, como também identificar as principais fragilidades ambientais de cada unidade, elemento essencial na gestão do território”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Nesse contexto desafiador, a gestão do território como mecanismo de educação das ações sociais no meio ambiente tem reconhecidamente nos estudos de sustentabilidade interligado ao planejamento, o principal meio de efetivações das “ações no espaço territorial, sejam, por meio de diagnósticos, estudos de impactos, levantamentos físicos territoriais, seja pela análise sócio econômica, enfim, por mecanismos que possibilitem antever quadros futuros de organização territorial”. (AMORIM; OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Tal importância também se reconhece no campo da transdisciplinaridade científica, pois alicerçada em estudos setoriais, integrando domínios físicos aos culturais, respeitando suas marcas únicas que dão identidade ao ambiente físico, permite assinalar em escalas e sinais próprios, categorias específicas facilitadoras para identificação e avaliação de impactos, avaliação de recursos naturais, reconhecimento e mitigação de áreas de riscos, avaliação de vulnerabilidade ao ambiente de toda a natureza.

É notório que a gestão territorial se legitima quando é alimentada e ganha musculatura através do diálogo entre ciências, os autores e os conceitos, possibilitando a ampliação de interpretações e contribuições, sendo prática transformadora que garante mais equidade na

distribuição territorial, direcionando o olhar para a melhoria da qualidade de vida na sua totalidade.

## O GEOPATRIMÔNIO

As paisagens, pelas suas peculiaridades intrínsecas ao arcabouço dos seus componentes, compõem um complexo de estruturas que, uma vez possuindo valores singulares, seja pela sua, raridade, beleza, funcionalidade, entre outros, justificam ser, como Patrimônio.

Algumas características de particulares das paisagens resultam da presença de formas de relevo excepcionais, as quais realçam os aspectos relacionados com a gênese e evolução do relevo, enquanto testemunhos geohistóricos da interação de processos endógenos e exógenos, com impacto direto nas peculiaridades que caracterizam a paisagem (BOSETTI, 2010).

Para Figueiró et al. (2013) a paisagem traduz uma intensa relação entre a sociedade e a natureza, refletida no fornecimento da estrutura dos elementos materiais, abióticos e bióticos que garantem o regular funcionamento ecológico, e no fornecimento das condições para o desenvolvimento da história do Homem na Terra.

Portanto, o Geopatrimônio, considerado, neste texto, compreende o “conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território”, sendo “constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial” (RODRIGUES; FONSECA, 2008; Rodrigues, 2019).

Portanto, aspectos como originalidade e capacidade de suporte, permite atribuir valoração e identidade, as quais podem orientar diretrizes legais para a proteção, conservação e manejo dos respectivos territórios, tais medidas consolidadas em planos diretores de uso e ocupação, via a análise geomorfológica, especialmente quando esta é realizada em escala de detalhe cartográfico.

Dessa forma, considerando, as premissas do geopatrimônio, é possível afirmar que a Bacia do Lago Paranoá é para Brasília, a proeminência geográfica da paisagem original de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política.

Entende-se considerar que, a cidade capital surgiu de um pioneiro diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a BHLP, foi reconhecida e apropriada como marca definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geomorfológicos modeladores da bacia.

## MATERIAIS E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos deste estudo, estiveram centrados em três eixos, sendo o primeiro de caráter estritamente documental, no qual buscou-se, realizar um resgate dos documentos pré-construção da nova capital (Brasília), em registros cartográficos, planos, projetos urbanísticos e arquitetônicos entre outros, que pudessem evidenciar a relevância da geografia física (de modo muito explícito a topografia e a drenagem) como elementos naturais do sítio que viria a receber a atual cidade de Brasília.

O segundo eixo, foi a articulação destes documentos da pré-existência com aqueles disponíveis após a inauguração da capital, neste caso, se pode destacar a abundância de dados e informações, pois desde 1960 existem muitos dados disponíveis, o que se consolida como uma relevante fonte de pesquisa.

No terceiro eixo, é proposta a aglutinação geoespacial de todo material disponível e organizado, bem como da articulação de documentos textuais pré e pós a inauguração da cidade, nesta etapa se evidencia a nova conformação territorial, formada pela represa que deu origem ao Lago Paranoá, formando assim a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Na figura 12, é apresentado uma síntese destes procedimentos.

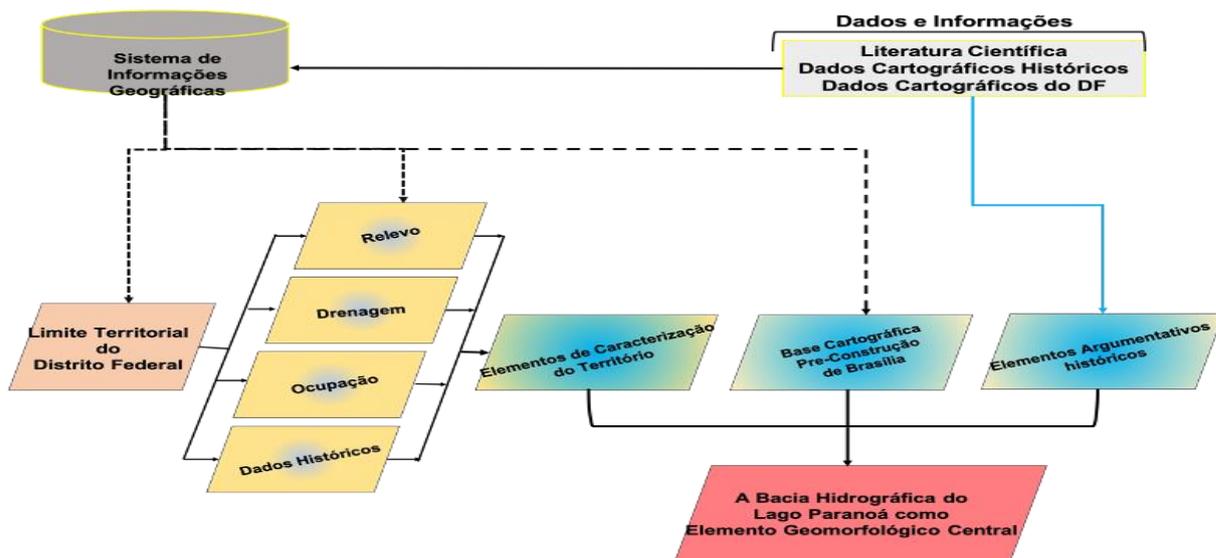


Figura: 01 - Sequência dos Procedimentos Metodológicos em Fluxograma

Fonte: o Autor

A premissa da hipótese, de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é para Brasília, a proeminência geográfica da paisagem original de maior importância para explicitar a evolução do pensamento de ocupação do espaço, sob a luz da ciência, do ambiente e da política. Nesse sentido, é necessidade urgente reconhecer a potencialidade da BHLP como Geopatrimônio local e nacional, por apresentar em sua dinâmica e morfologia, potenciais ecológicos e identitários, contribuidores para a formação da cidade de Brasília.

Consideramos que a cidade capital, surgiu de um embrionário diálogo sustentável, cujo ambiente ou espaço físico receptor, a BHLP, foi reconhecida e apropriada como marca definitiva a fim de acomodar o projeto inovador de Lucio Costa no Planalto Central brasileiro, agregando nela, elementos identitários de afeto e aproximação entre o cotidiano social, dinamizado pelos elementos geomorfológicos modeladores da Bacia.

Assim, é objetivo da pesquisa, reconhecer e indicar que a Paisagem da BHLP deve ser apropriada e reconhecida como Geopatrimônio local e nacional por apresentar na sua dinâmica morfológica, potenciais ecológicos e identitários, indicadores para a formação urbana da cidade de Brasília. Como objetivo específico, a pesquisa propõe, identificar e caracterizar os agentes e processos físicos formadores e atuantes na área da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como

subsídio para a efetivação da proposta que a define como uma Unidade da Paisagem referência para a cidade capital do Brasil.

Assim, segue pertinente a questão norteadora: pode a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) ser reconhecida e legitimada como Geopatrimônio por ser a proeminência geográfica da paisagem original de maior significado geohistórico, complexo e exemplar na formação urbana da cidade de Brasília?

Localizada na região central do Distrito Federal (Figura 13), a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (Figura 14) abrange, aproximadamente, uma área de 1.034,07 Km<sup>2</sup>, tendo em seu domínio o centro da cidade (Plano Piloto) e toda Região Administrativa I – Brasília/Plano Piloto, Granja do Torto, Vila Telebrasília e Vila Planalto, acompanhada em sua borda interna pelas Regiões Administrativas: R.A XVI – Lago Sul; R.A XVIII – Lago Norte; R.A X – Guarará; R.A XI – Cruzeiro; R.A VIII – Núcleo Bandeirante; R.A XIX – Candangolândia; R.A XVII – Riacho Fundo; parte da R.A III – Taguatinga e parte da R.A VII – Paranoá.

Limita-se ao Norte com as

Regiões Administrativas de Brazlândia – RA IV e de Sobradinho – RA V (Bacia do Maranhão); ao Leste, com a parte da RA V e da RA VII do Paranoá (Bacia do São Bartolomeu); ao Sul, com a RA II do Gama (Bacia do Corumbá); e a Oeste, com a RA III de Taguatinga e parte da RA IV de Brazlândia (Bacia do Descoberto). (FONSECA, 2001, p. 45).

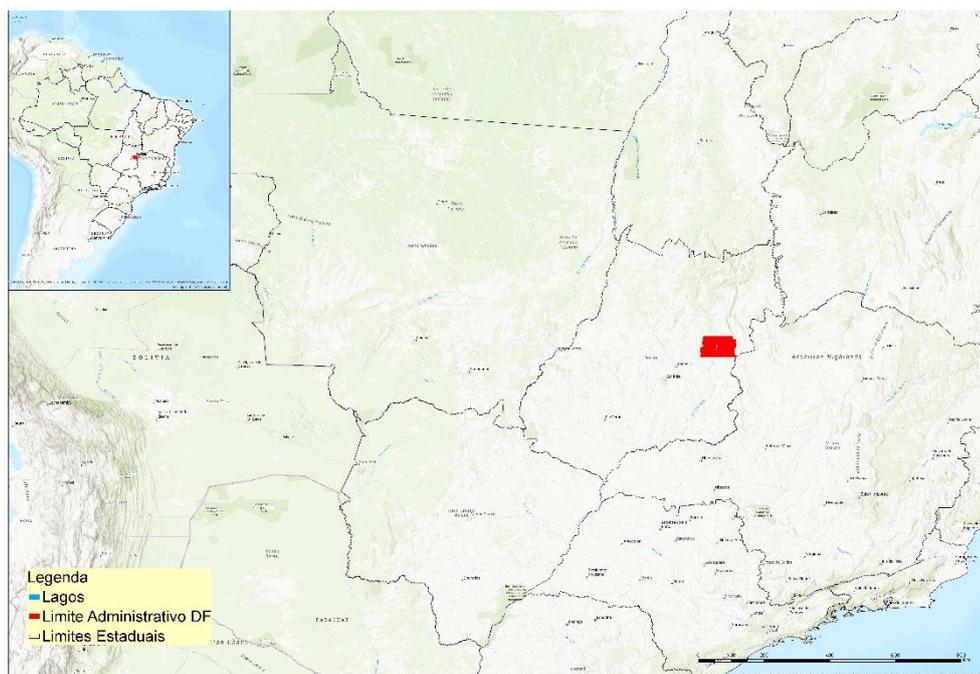


Figura 02 - Localização Geoespacial do Distrito Federal no Território do Brasil Central

Fonte: o Autor

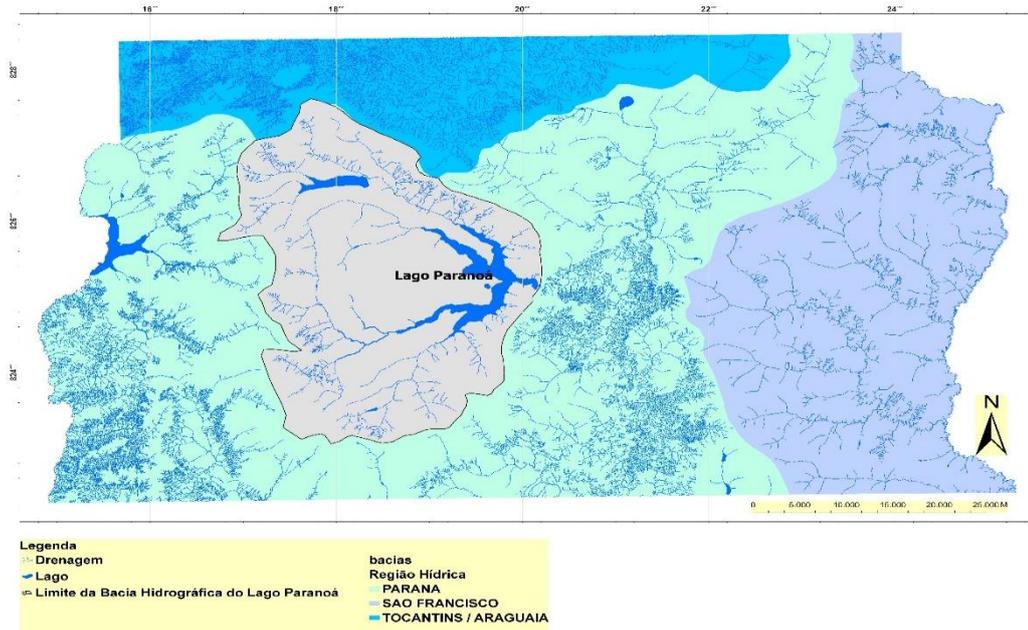


Figura 03 - Localização Geoespacial da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá no Território do Distrito Federal

Fonte: o Autor

A presença de um considerável número de rios tributários, compreende a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá uma singularidade, ela é a única bacia integralmente localizada em todo Distrito Federal, possibilitando um diálogo sustentável pioneiro, entre ambiente e planejamento, sendo facilitador na observação e controle sobre os mananciais que abastecem o lago símbolo da cidade, o Paranoá. Ou seja, o recorte geográfico, objeto da pesquisa, apresenta em sua composição, “todas as nascentes situadas no quadrilátero do Distrito Federal” (FONSECA, 2001).

Vale ressaltar que não era prática comum dentro do planejamento urbano do período moderno a interação direta e dialógica com o ambiente, renegando como prática, a importância da Unidade de Paisagem, a bacia hidrográfica, como referência para a construção de cidades. Assim,

O urbanismo modernista tradicional desconsiderou aspectos naturais como esse (bacia hidrográfica) [...] privilegiando o enfoque econômico mais do que nunca. Entretanto, após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista em nível internacional, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é uma questão de tempo. (MARICATO, 2013, p. 80)

É interessante ressaltar que antes mesmo do necessário discurso ambiental fazer parte da realidade epistemológica do planejamento urbano, percebe-se que no caso da construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, práticas e cuidados ambientais, anteciparam e legitimaram o caminho da sustentabilidade no Brasil, visto que, todas as condicionantes adequadas a receber a construção da nova capital, foram definidas pelo estudo de seu ambiente físico, especialmente, pela dinâmica das bacias hidrográficas do Distrito Federal, dando destaque a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, justo por ser esta a Unidade de Paisagem diretamente ligada ao centro urbano da capital.

Definido o nosso campo de análise e conceitos, de início percebemos que a história da cidade é bem maior e mais valiosa em referenciais informativos de memória. A importância da criação de Brasília mostra-se muito além de sua exuberante arquitetura e de personalismos políticos, comumente evidenciados.

A cidade inaugura em solo nacional o pioneirismo no compromisso com o estudo do ambiente a fim de evitar tragédias, inspirando um novo tempo de relação com o meio físico. O projeto ousado para Brasília pode ser visto como um exercício atento de sustentabilidade já nos anos 50 e ainda como experiência prática que surge do casamento complicado entre a Geografia Física, a Bacia hidrográfica como assoalho receptor do Plano Piloto da cidade, e Humana, representada pelos ideais mudancistas, desde o século XVIII, contribuindo para um diálogo científico em torno da *urb*. Tudo sendo travado concomitante ao surgimento da nova capital brasileira de estética totalmente moderna, porém apropriada de uma trajetória histórica e memórias de desejos políticos e estratégicos, missões de estudos exploratórios em busca de interpretar a paisagem, que datam desde os tempos monárquicos.

## A LEITURA DA BACIA PELA MISSÃO CRULS E A PROPOSTA DO LAGO PARA A CAPITAL

Valorosas contribuições advindas da criação de Brasília podem ser referendadas em minuciosos estudos previstos para a sua construção. Ganha destaque a Missão Cruls que nos revela privilegiados pesquisadores participantes, entre eles, aquele que viria a ser o responsável direto pelo descobrimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, indicando a necessidade de interferência na paisagem com o intuito de fazer ressurgir um grande lago, que proporcionaria,

sem dúvida, “além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações. (FONSECA, 2001, *apud* GLAZIOU, p. 27)

O botânico, engenheiro e paisagista da Missão Cruls, Auguste François Marie Glaziou foi o visionário que interpretou na paisagem um enorme vale que deveria ser espaço ideal para acomodação da nova capital, banhada por um grande lago e delimitada por ‘uma massa forte de serras’, combinando condições ideais para o desafio proposto. E define, em seu relatório que

Entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando um rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte.[...]forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos. (FONSECA, 2001, *apud* GLAZIOU, p. 27).

No observar da morfologia da Bacia se percebe, em todo seu perímetro, a presença de um divisor de águas composto por um conjunto de chapadas (Contagem, Brasília, Taguatinga, Gama e Paranoá), visto como feição natural delimitadora e facilitadora para o projeto da nova capital federal. Fato esse muito bem aproveitado por Lucio Costa para estruturar e acomodar o desenho urbano do Plano Piloto de Brasília num sítio forte e com características ideais e incomuns, como: a ) generoso complexo de chapadas funcionando como barreira de proteção e delimitação do espaço urbano, ideal para uma cidade capital; b) apresenta colina de encostas como espigão divisor de águas, ocupando o centro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, facilitando a acomodação da escala urbana e do eixo monumental nela e ainda por fim, apresenta em seu domínio, toda a confluência da região hídrica da BHLP, com escoamento para um único ponto, a “Leste” do território, definido assim, a consistência caudal do lago para a cidade de Brasília.

Vejamos a seguir, exemplo de acomodação urbana ao contexto geossistêmico da BHLP, ensejando um ensaio pré sustentável entre ambientes notórios na produção do espaço urbano da cidade capital do Brasil, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

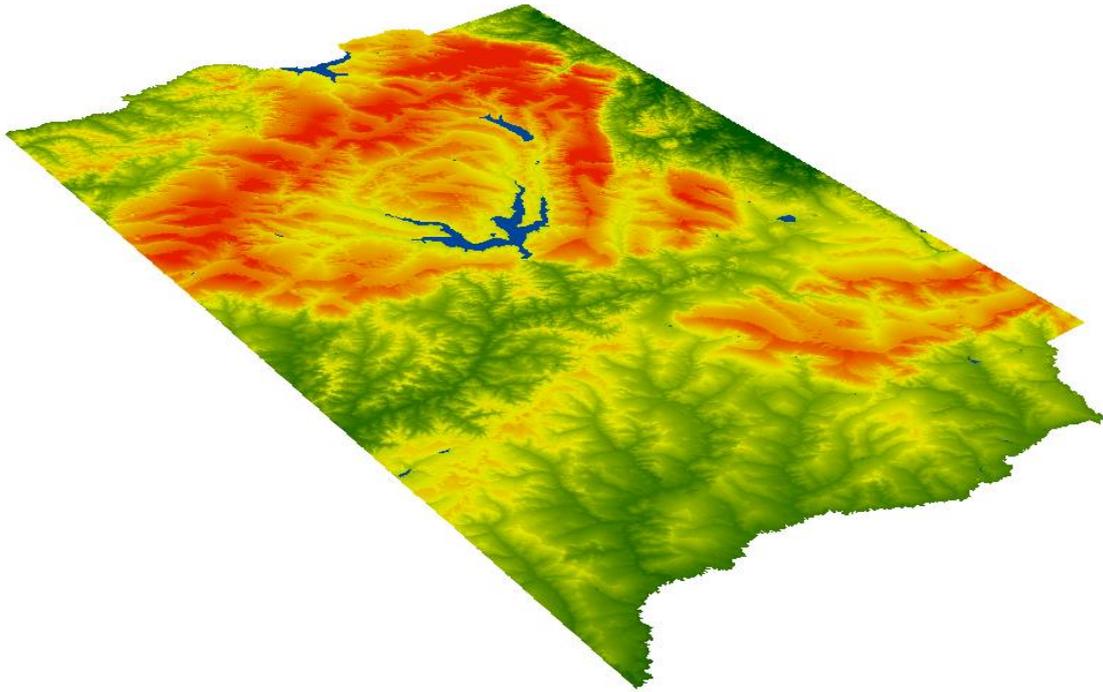


Figura 04 - Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno

Fonte: o Autor

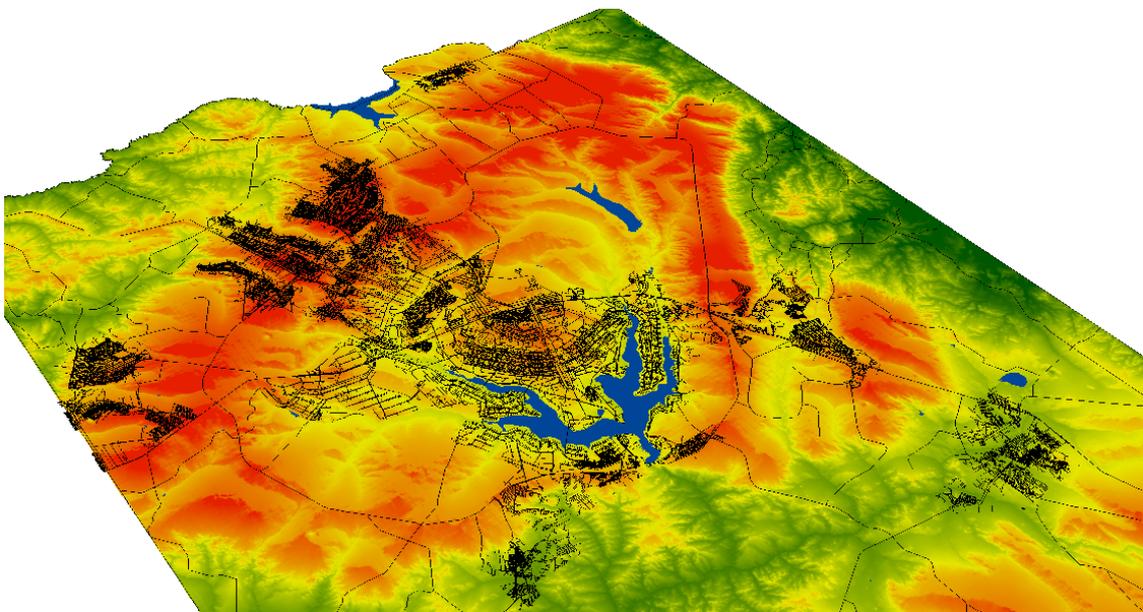


Figura 05 - Diálogo Geográfico entre Sistemas – Paisagem Original & Urbanismo Moderno

Fonte: o Autor

## BACIAS HIDROGRÁFICAS E TRIBUTÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

Com uma área de 5.789,16 Km<sup>2</sup>, a região do Distrito Federal é drenada pelas nascentes de três importantes bacias hidrográficas brasileiras: A Bacia do São Francisco, tendo o Rio Preto como principal tributário; Bacia Araguaia/Tocantins, abastecidos pelo Rio Maranhão e; Bacia do Paraná, tendo os tributários: São Bartolomeu e Descoberto, como os principais contribuidores. De acordo com o mapa hidrográfico do Distrito Federal,

Essas bacias são denominadas de Regiões hidrográficas. Todos os seus rios são de planalto, sendo as principais bacias identificadas por um padrão de drenagem radial. Pela disposição da drenagem, observa-se que dois de seus cursos de água são delimitadores do território do DF: a Leste, o Rio Preto; e, a Oeste, o Rio Descoberto. (FONSECA, 2001, p. 45).

Na análise dos fatos em comparação sóbria é possível considerar a região do Distrito Federal e o Planalto Central brasileiro, como a ‘caixa d’água’ do país, pois são de suas nascentes que escorrem considerável vida hídrica, compondo e dando navegabilidade e funções aos grandes rios nacionais, banhando municípios e sociedades diversas, somando em seguida as águas do Atlântico sul.

A Região Hídrica que compõe e abastece a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá é composta pelas unidades: córrego Bananal, córrego Riacho Fundo, ribeirão do Gama, Santa Maria/Torto e o próprio Lago Paranoá.

O centro urbano de Brasília, o Plano Piloto, ocupa importante tecido geomorfológico do Distrito Federal, agregando na sua dimensão física as características e necessidades de uma capital federal, acomodada estrategicamente no chão do lugar.

O *locus* urbano nevrálgico da cidade de Brasília, onde se dinamizam as escalas arquitetônicas modernas é o “Plano Piloto de Brasília”, tombado como Patrimônio da Humanidade. Todo o sítio inicial da cidade está assentado, estrategicamente, sob o substrato litólito central da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Nela está contida a presença dos principais mobiliários urbanos e melhores índices de qualidade de vida do Distrito Federal, consolidando como uma simbiose possível, respeitosa e dialógica, entre ambientes: natural, representado na BHLP e o social/urbano, representando a dinâmica antrópica da cidade.

Situada entre os paralelos 15° 30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude a oeste, o Distrito Federal tem como limites naturais, a Leste o Rio Preto e, a Oeste, o Rio Descoberto; ao Sul e ao Norte do quadrilátero está limitado por dois cortes paralelos fronteiros a municípios goianos, formadores do complexo metropolitano de Brasília denominados de Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) ou Área Metropolitana de Brasília (AMB).

A cobertura pedológica e a organização lito estrutural do relevo do recorte definido como a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá têm íntimas relações com as possibilidades condicionantes para erguer a capital Brasília no Planalto central brasileiro.

Assim, em localização,

A área do Distrito Federal está compreendida pelo Planalto Central goiano, na qual se encontram as maiores cotas altimétricas da região do Centro Oeste. Em função delas, divide-se a área do DF em quatro compartimentos geomorfológicos: pediplano de Contagem-Rodeador, pediplano de Brasília, depressões interplanálticas e planícies aluviais e alveolares. (PELUSO; OLIVEIRA, 2007, p. 19)

## PADRÕES DE RELEVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ

As características geomorfológicas da paisagem do domínio morfoclimático do Cerrado resultam de enorme interação de regime climático por duas estações bem definidas, com fatores litológicos, edáficos e bióticos.

Do ponto de vista da geomorfologia estrutural, entre os trabalhos realizados para o território do Distrito Federal, a investigação de Nascimento (2011), é de valiosa contribuição, pois apresenta o embasamento que sustenta o 'Domo de Brasília' a partir da composição geológica e sua evolução, evidenciada pela marcante presença das concreções ferruginosas nos topos e bordas elevadas desse domo. Ao observar a hipsometria do DF (Figura 15), fica evidenciado a presença do domo de Brasília e sua configuração geomorfológica resulta na conformação da bacia hidrográfica do Lago Paranoá.

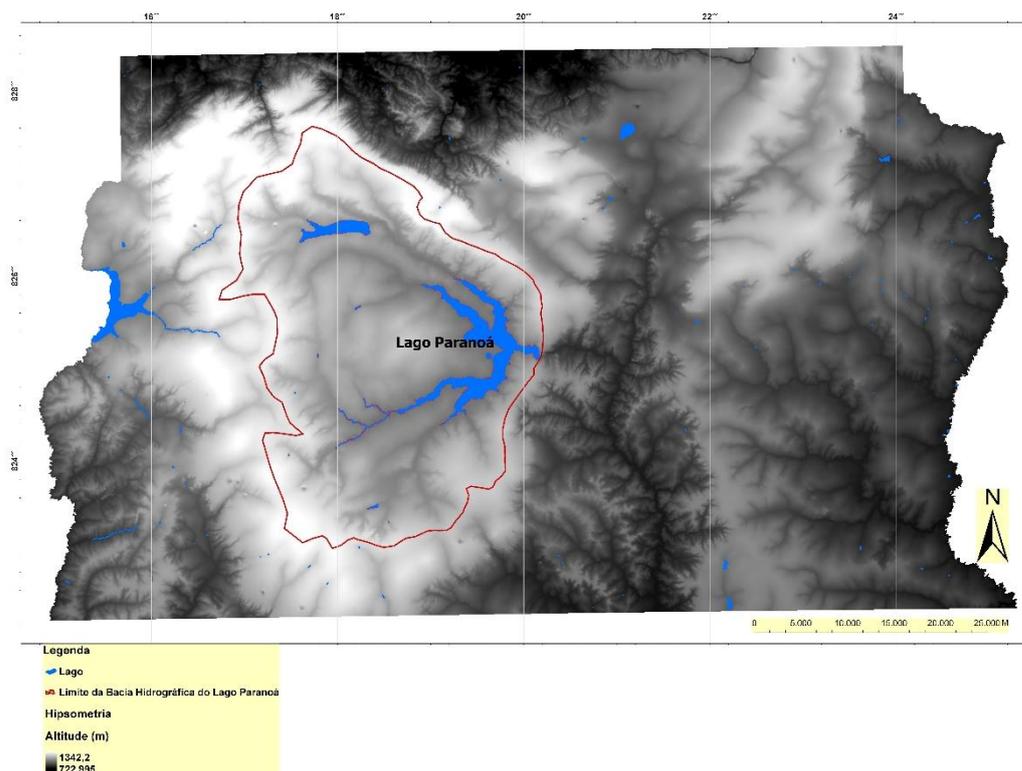


Figura 06 - Hipsometria do Distrito Federal, destaque para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, com seus divisores de águas delimitados pelo ‘Domo de Brasília’

Fonte: o Autor

Acerca da caracterização do relevo do Distrito Federal, os trabalhos desenvolvidos desde o Relatório Belcher (1957), passando por Penteadó (1976), IBGE (1984), CODEPLAN (1984), Maio (1986), Novaes Pinto (1986), Carneiro (1999 e 2001) até Steinke (2003, 2007 e 2011), foram tentativas de aproximação para compartimentação dos padrões de relevo presentes no território do Distrito Federal. É necessário ressaltar que até este momento o território não foi mapeado para fins geomorfológicos em escala adequada, especialmente no que diz respeito a sua representatividade histórica e, principalmente, a sua importância para o cenário local.

Tendo como recorte os limites do quadrilátero do Distrito Federal, dentre os trabalhos realizados, indiscutivelmente o trabalho de Steinke (2003 e 2011) são os que buscam detalhar em maior nível os padrões de relevo presentes nesta área, inclusive desta forma a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Para este autor, predominam, padrões de colinas suaves e médias no centro da bacia e as bordas com a presença de morros médios e íngremes (Figura: 16).

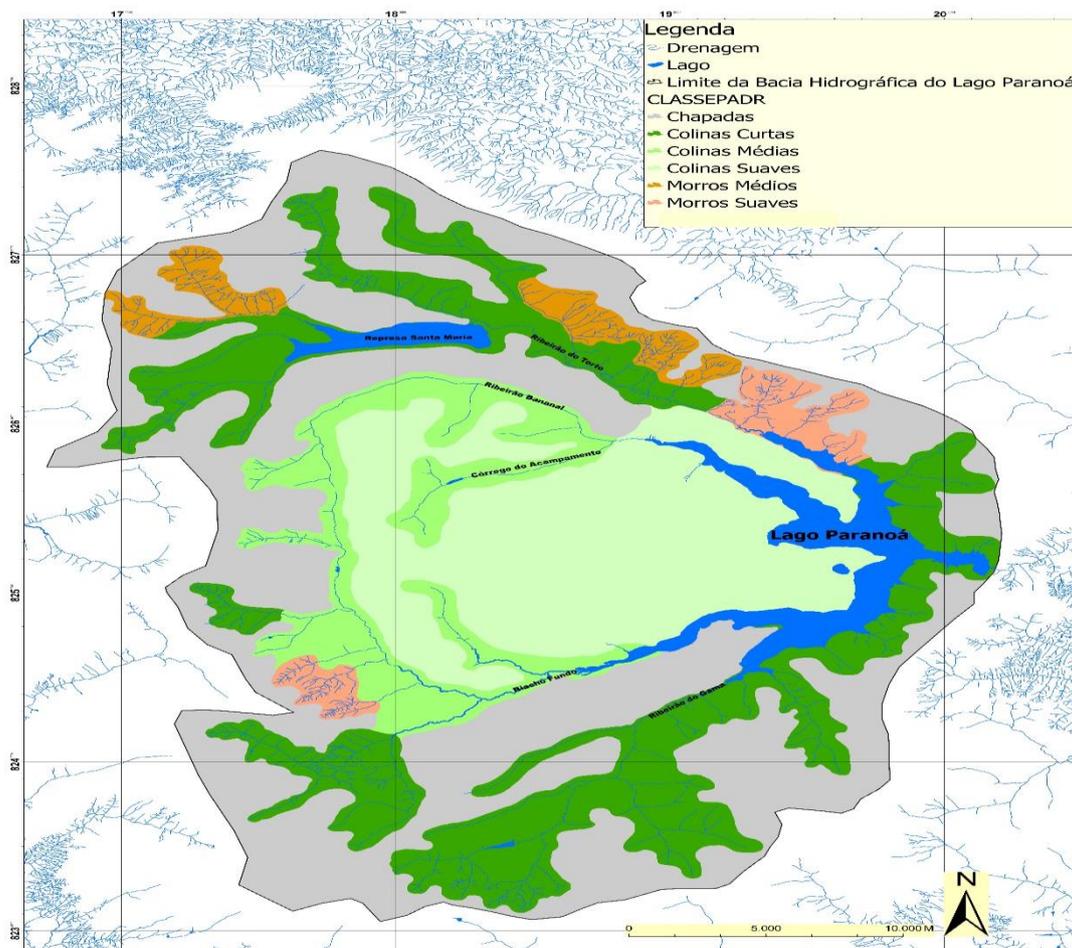


Figura 07 - Padrões de Relevo para a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá

Fonte: o Autor

Sob orientação do método, a análise, a integração e a interrelação entre diversos aspectos e dinâmicas, visando dar a pesquisa mais compreensão crítica e atenta da paisagem, permitiu a busca da leitura, interpretação e reconhecimento da paisagem, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, como uma Unidade (Paisagem) basilar, com características e condições raras e distintas, capazes de acolher em seu leito morfológico, o desenvolvimento sociourbano da cidade moderna de Brasília.

A definição da estrutura geomorfológicas na delimitação da paisagem, reconhecendo ser ela uma unidade geossistêmica, só foi possível, considerando o pensamento de Ross, em que, “o entendimento do relevo passa, portanto pela compreensão de uma coisa maior que é a paisagem como um todo”. Acrescenta ainda que, “não é possível abranger a gênese e a dinâmica das formas de relevo sem que se entendam os mecanismos motores de sua geração, sem que se

percebam as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade Geoambiental”. (ROSS, 1990, p. 12).

Construindo sempre uma relação de suporte entre tipos e formas de relevo, recursos hídricos, solos e estes com a litologia, tipos climáticos e outros, em dinâmica constante compondo a geografia ideal para as interferências e ações.

Assim, pelo exposto, é possível reconhecer que a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá não é formada apenas pela acumulação dos tempos, dos usos, do passado, das ocupações. Ela também é dinâmica e se reproduz na transformação antrópica do espaço pela imbricação dos aspectos culturais e físicos/naturais.

O reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como a Unidade de Paisagem pioneira e generosa para acolher o sonho de construir a cidade de Brasília, eleva e dá protagonismo ao conceito de paisagem, como categoria de análise geográfica, possibilitando maior significado junto ao planejamento, ao projeto e gestão de espaços urbanos, seja em qualquer escala, assumindo ser ela, a paisagem, um produto geográfico, também produtor de práticas sociais cotidianas.

O próprio desenho geográfico do sítio geomorfológico indicava a acertada escolha do terreno, apontando os caminhos para um possível diálogo sustentável. O recorte geomorfológico e a beleza do Cerrado acrescentaram à cidade dimensão estética e humanizadora, pois se trata de

um sítio convexo. É aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calmaria, ele tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar[...]Este vale florestado é de tamanho suficiente e fica a uma distância suficiente para não constituir uma desvantagem. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 1995, p. 243).

Ainda sobre a dimensão física da paisagem, Romero afirma que “a configuração (do relevo) que define sua paisagem garante a Brasília a visão de um horizonte de 360° e da abóbada celeste como um semi-hemisfério completo”. (ROMERO, 2011, p. 31)

Além dos elementos da paisagem já identificados, outros foram fomentados para ressignificar o espaço, dando visualização e complementaridade ao sítio que receberia a nova capital. Fatos e fatores físicos foram bastante ilustrativos para direcionar o audacioso projeto de Lucio Costa. É fácil perceber que o urbanista

Estabeleceu um vínculo com o espaço e escolheu para a localização da capital o triângulo contido entre os braços do lago [...] na linha do espigão, estabeleceu o eixo monumental acompanhando as curvas de nível que descem até o lago e acomodou o eixo rodoviário. (ROMERO, 2011, p. 33).

Na análise do contexto é salutar perceber que, do ponto de vista da ocupação da cidade, o urbanista modernista exigia a manutenção da serenidade da linha do horizonte de Brasília com vista desimpedida sobre a paisagem, formando vínculo de construção de identidade da paisagem cultural na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, surge aqui como objeto de pesquisa a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, vista como assento principal e de excelência, reconhecida categoricamente como a paisagem original de Brasília. Nela conciliam ecossistemas facilitadores, história e tempos evolutivos, significações e memórias e enormes desafios.

Ingredientes caros e sólidos para embarcarmos no objetivo proposto, onde buscamos compreender a dinâmica da formação do espaço urbano de Brasília, reconhecendo a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como principal marco geográfico e elemento de identidade e afirmação legítimos da cidade capital do Brasil.

É fácil perceber que Brasília, que nasceu sob o signo da modernidade, se evidencia em um sítio generoso e forte, marcado pela presença evolutiva do Cerrado. Concebida para que o aberto e o desimpedido de sua morfologia fosse usufruído democraticamente, a cidade assume seu espaço de identidade entre os meios, físicos e antrópicos, consolidando enraizamentos e pertencimentos em sua dinâmica urbana.

Na análise dos fatos, é possível afirmar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá representa para a cidade de Brasília o recorte essencial e condutor principal para o surgimento e realização da cidade capital de todos, levando a crer ser este, o maior desafio de preservação ambiental para uma cidade que nasceu como exercício de sustentabilidade urbana e dotada de alma científica. Dessa forma, a BHLP merece reconhecimento, apropriação, respeito e, sobretudo, cuidados. Pois, além de ser o marco definidor para a construção da capital, apresenta características ímpares de sua geodiversidade e geohistória, capazes de legitimá-la definitivamente, também, como geopatrimônio do país.

Ante ao exposto, vale ressaltar que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá com suas características naturais e antrópicas é a paisagem geográfica e memorial edificante da cidade. É ela o recorte receptor que carrega a história do pensamento evolutivo de ocupação do Brasil Central, partindo dos tempos coloniais aos dias atuais.

No presente momento, Brasília vivencia em seu ecossistema urbano, o justo e relevante reconhecimento internacional em ser cidade tombada como patrimônio mundial da humanidade. Título reconhecido e recebido em 1990, justamente por ser a cidade, expressão do pensamento urbano moderno. Todavia, aspectos geohistóricos foram negligenciados, no decorrer do tempo, do contexto formador da cidade e do discurso patrimonial da cidade, mesmo sendo a BHP a paisagem de importância ímpar, percebida e analisada enquanto sítio original, generoso e acolhedor da capital de todos os brasileiros.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 02, p. 177-198, 2008.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'ega*, Curitiba, n. 08, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia*, Brasília, n. 01, v. 02, 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *O relatório técnico sobre a nova capital da república*: relatório Belcher. 4. ed. Brasília: GDF: CODEPLAN, 1995.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

FONSECA, Fernando (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Washington Candido de; PELUSO, Maria Luiza. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília*. São Paulo: Nova Técnica Editora, 2011.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia, ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção: Repensando a Geografia).

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELCHER, D. J. *et al. Relatório Técnico sobre a nova capital da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. (Coleção Interiorização da Capital do Brasil)

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). *Projeto Radambrasil. Levantamento de recursos naturais*. Rio de Janeiro. Folha SD. 23 Brasília: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. [v. 29]. 34 vols.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa; SOUZA, N. M. Compartimentos geomorfológicos do Distrito Federal. *Revista Universa*, Brasília, v. 9, n. 2, p.339-348, 2001.

CARNEIRO, Paulo Jorge Rosa. *Mapeamento geotécnico dos materiais naturais de construção do Distrito Federal: uma base de dados para o planejamento e gestão*. 1999. 209 f. Tese (Doutorado em Geotecnia) – Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *Atlas do Distrito Federal*. Brasília, CODEPLAN, 1984.

MAIO, C. R. Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 259-284, 1986.

NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. *Evolução de um perfil laterítico em domo estrutural de Sobradinho, Distrito Federal*. Uberlândia, 2011. 161f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

PENTEADO, M. M. Tipos de concreções ferruginosas nos compartimentos geomorfológicos do planalto de Brasília. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v. 16, n. 32, p. 39 - 53, 1976.

PINTO, Maria Novaes. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.

STEINKE, Valdir Adilson. *Uso integrado de dados digitais morfométricos (altimetria e sistema de drenagem) na definição de unidades geomorfológicas no Distrito Federal*. 2003. 101f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji; STEINKE, Ercília Torres; NASCIMENTO, Roselir de Oliveira. O Desenvolvimento dos estudos geomorfológicos no Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 32, p. 107-120, 2007.

STEINKE, Valdir Adilson; SANO, Edson Eyji. Semi-automatic identification, gis-based morphometry of geomorphic features of Federal District of Brazil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Brasília, v. 12, p. 03-09, 2011.

**ANEXO E**

**LEITURA PALEOGRÁFICA DO MAPA DE TOSI COLOMBINA DE  
1751 (FIGURA 02)**

## LEITURA PALEOGRÁFICA DO MAPA DE TOSI 1751 Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde dos Arcos

Dom Marcos de Noronha

Do Conselho do S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz

Quando de Ytú onde foy Juiz de Fora acompanhei ao D.or Agostinho Luis Ribeiro Vieira q. vinha por Ouvidor a estas Minas, fiz hum Mappa da dicta derota, o qual vendo V. E. ficou do seu agrado, não porq. o conhecesse com aquella perfeição q. requer hua tal obra, mas porq na incerditão do interior destes sertoes, podesse ao menos ter hua tal qual idea mais appante com a verdade a qual podia ter sido aproximado mais o P. Diogo Soares da Companhia, matemático expedido expressamente da Corte p.a isso; porém este não tinha passado do districto de Tucantins e o pouco ou muito q. tinha alcançado não o tinha communicado nestas partes de tal sorte, q. outro Governador q. predeceu a V. E. por ocasião do contracto dos diamantes de Pilloens, ao chegar desta Vila, se suppunha estar na parallela da Bahia de todos os Santos, quando há mais de tres graos de differença em Latitud; e assim, V.E. tendo também visto vários meus borroens e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q. servirão a outrem p.a se adiantar), me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania; p.a isso pedi tempo p.a melhor servir a V. E. e acompanhando novamente o dicto D.or Ouvidor na coreição da Comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informações q. me pareceram o mais verosimeis e assim presentemente sirvo a V. E. com o presente Mappa q. como disse, poderá servir de idea e os curiosos conhecendo os meos erros, apontarão a verdade e eu terei a gloria de ter sido o estímulo p.a q. apareça. Este mappa hé feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem; fiz a derota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade e recolhime outra vez a esta Villa; a derota das canoas de Araraytaguaba até o Cuyabá e depois ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra com a ocasião da minha demora de onze meses naquellas partes do embarque, segui a informação dos melhores Pilotos q. por lá andão, por isso não me se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado o q. se deve suppor naquela pessoa dotada de tantas virtudes moraes q. excedem a sua mesma [sabedoria?] e ao ilustre da sua prosapia, q. não sabe [obrar?] se não acertos a q. se suppoem ter feito felizmente tal viagem. A derota q. com canoas fez João de Souza do Azevedo do Cuyabá até o Gran Pará, voltando pelo Rio Madeira ao Matto Grosso, foi por informações q. de lá me mandou o D.or José Martins Machado; A derota q. vai de Villa Boa até o Cuyabá foi feita pelo Capitan Mor Diogo José Pereira, como também a informação da nova derota p.a o Gran Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo Rio e buscando outra vertentes no Rio Preto até dar na primeira derota de João de Souza de Azevedo; o curso do Rio das Amazonas até o Gran Pará hé copia da navegação de Mon.er de La Condamine ao qual se deve todo o credito; A derota do pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canaes chamados guarupés até o Gran Pará, hé informação do Capitan Francisco de Almeida descobridor das minas das Arayas, q. fez tal viagem; o mais hé por outras informações e o mais interior não se sabe ainda, senão muito confusamente; mas o q. pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hua mappa em ponto mayor e com mayor individuação o q. farei também se, como supponho, me vier a ordem p.a a abertura do novo caminho desta Villa Boa a cidade de S. Paulo e Vila de Santos, e nisto e naqueles se me devem perdoar os erros, porq. não são partos da minha presunção, mas sim [abortos?] da minha obediencia sumitiva a V.E q. Deos guarde muytos annos.

Villa Boa de Goyas 6 de Abril de 1751

De V.Ex.a

O mais humilde Venerador e Criado  
Francisco Tosi Colombina [assinatura]

EXPLICAÇÃO, segundo VIEIRA Jr, (2015. Pág: 80/88-89)

[desenho] Cidade – [desenho] Villa – [desenho] Fortaleza – [desenho] Arayal com Freguesia – [desenho] – Arayal sem Freguesia – [desenho] Sitio: os pontinhos vermelhos denotão a derota de Santos, S. Paulo a Ytú até Villa Boa de Goyáz e desta até a Natividade: os pontinhos amarelos demarcão a volta da Natividade até Villa Boa; os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcão a comunicação destas duas Vilas e essa continua a mostrar-se até o Matto Grosso quando se vai por terra porque quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, o Rio dos Porrudos e se sobe o Rio Paraguay e Jaurú até onde atravessa o caminho de terra q. se segue deixando as canoas; os pontinhos pretos desde Araraytaguaba até o Cuyabá pelos Rios Tiathê, Rio Grande, Rio Pardo, Camapoão, Cuchim, Taguary, Paraguay, Cheénê, Porrudos e Cuyabá demarcão os caminhos das canoas que servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o Povoado de S. Paulo; os mais pontinhos pretos denotão a comunicação de hum lugar p.a outro; os pontinhos vermelhos da Villa do Cuyabá q. descem pela margem do mesmo Rio e dos Porrudos sobem o Paraguay e Sapituba, denotão o caminho q. fez João de Souza de Azevedo, quando varou por terra até o Rio Sumidoro pelo qual descendo, e pelos Rios Tapajós e Amazonas foy ao Gran Pará donde voltando, subiu o dito Amazonas e Rio Madeira até o Matto Grosso; os pontinhos amarelos da Villa do Cuyabá q. sobem o mesmo rio pela margem e atravessam por terra até dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotão a viagem de canoas q. novamente se descobriu e q. faz communicavel dita Villa com o Gran Pará. Os pontinhos pretos no Rio Tucantins q. principião onde são dois sinaes de sitios q. começam as povoaçoens ou rossas do Gran Pará, denotão a viagem q. a gente de Natividade embarcandose em canoas no Pontal, chegão em onze dias até as ditas rossas e destas até os canaes ou como chamão guarupés, em dois dias e por eles três dias que tudo fazem dezeseis dias até o Gran Pará; porém a subida se reputa impossível acima do salto da Itaboca e a descida so se faz em tempo das cheas; mais fácil se suppõem a comunicação desta Villa Boa com a Cidade do Gran Pará, embarcando-se dous dias de viagem abaixo perto do Arayal da Anta no Rio Vermelho q. entra no Rio Grande do caminho do Cuyabá q. com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins por o q. já o Cor.l Antonio Pires de Campos com os seos índios Borrros indo em busca do Gentio bravo Corumaré, nevegou facilmente até a ponta do norte da dita Ilha [sendose?] embarcado no dito Rio Grande onde está a passagem deste rio no caminho q. vai de Villa Boa p.a o Cuyabá. Alguns dos primeiros descobridores de Goyaz achandose perdidos se embarcarão no Rio Uruú seis léguas a Leste da Villa Boa e descendo por este e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tucantins, forão ao Gran Pará. A sombra amarela demarca a Capitania de Goyaz. Nos caminhos q. vem de S. Paulo a esta Villa e desta vão a Natividade e voltão, não se encontrão mattos de consideração mais q. o do Mogy na Comarca de S. Paulo e o matto grosso de Meya Ponte nesta Capitania, q. vão demarcados com arvoredos; os mais a q. chamão capoens por serem pequenos não se apontão: As serras q. se encontrão estão demarcadas; os sítios do caminho de S. Paulo a esta Villa não estão demarcados; só se apontão os q. se achão em grande distancia do abitado; mas o mappa particular desta Capitania em ponto mayor se fará também com mayor individuação.

LEGENDA DO MAPA:

1. Sanctos
2. S. Vicente
3. Fortaleza da Barra de Santos
4. Forte da Bertioga
5. Conceição
6. Yguapy
7. Cananea
8. S. Paulo
9. Parnahyba
10. Ytú
11. Araraytaguaba
12. Sorocaba
13. Jundiahy
14. Mogy pequeno
15. Mogy grande
16. Missão dos S.P. da Companhia
17. Arayal do Borrórós
18. S. Cruz
19. S. Luzia
20. Meya Ponte
21. Jaraguá
22. Ouro Fino
23. Ferreiro
24. Cambayuba
25. Villa Boa
26. Barra
27. Anta
28. Pilloens
29. Crixá
30. Guarinos
31. Pillar ou Papoam
32. Morrinhos ou Amaro Leite
33. Coriola
34. Agoa Quente
35. Trayras
36. S. José
37. Chapada de S. Gonçalo
38. S. Rita
39. Moquem
40. S. Feliz ou Carlos Marinho
41. Chapada de S. Feliz ou de Car.[los] Mar.[inho]
42. Cavalgante
43. Parannã ou Itiquira
44. Arayas
45. Barra da Palma
46. Duro
47. Natividade
48. Pontal
49. Descuberto do Carmo

## TRADUÇÃO

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha Do Conselho do S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz Quando de Ytu onde foy Juiz de Fora acompanhei ao D.or Agostinho Luis Ribeiro Vieira q. vinha por Ouvidor a estas Minas, fiz hum Mappa da dicta derota, o qual vendo V.E. ficou do seu agrado, não porq. O conhecesse com aquella perfeisao q. requer hua tal obra, mas porq. na incerditao do interior destes sertoes, podesse ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade a qual podia ter sido aproximado mais o P. Diogo Soares da Companhia, matematico expedido expressamente da Corte p.a isso; porem este não tinha passado do districto de Tucantins e o pouco ou muito q. tinha alcançado nao o tinha comunicado nestas partes de tal sorte, q. outro Governador q. predeceu a V.E. por ocazio do contracto dos diamantes de Pilloens, ao chegar desta Vila, se suppunha estar na parallela da Bahia de todos os Santos, quando ha mais de tres graos de differença em Latitud; e assim, V.E. tendo tambem visto varios meus borroens e apontamentos feitos por informacoes de varias partes do interior desta America (q. serviraõ a outrem p.a se adiantar), me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania; p.a isso pedi tempo p.a melhor servir a V.E. e acompanhando novamente o dicto D.or Ouvidor na coreicao da Comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informacoens q. me pareceram o mais verosimeis e assim presentemente sirvo a V.E. com o presente Mappa q. como disse, podera servir de idea e os curiosos conhecendo os meos erros, apontaraõ a verdade e eu terei a gloria de ter sido o estimulo p.a q. apareca. Este mappa he feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem; fiz a derota ate esta Villa Boa, a qual continuei depois ate a Natividade e recolhime outra vez a esta Villa; a derota das canoas de Araraytaguaba ate o Cuyaba e depois ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra com a ocazio da minha demora de onze meses naquellas partes do embarque, segui a informacao dos melhores Pilotos q. por la andao, por isso nao me se deve culpar o erro, como nao me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado o q. se deve suppor naquela pessoa dotada de tantas virtudes moraes q. excedem a sua mesma [sabedoria?] e ao ilustre da sua prosapia, q. nao sabe [obrar?] se nao acertos a q. se suppoem ter feito felizmente tal viagem. A derota q. com canoas fez Joao de Souza do Azevedo do Cuyaba ate o Gran Para, voltando pelo Rio Madeira ao Matto Grosso, foi por informacoens q. de la me mandou o D.or Jose Martins Machado; A derota q. vai de Villa Boa ate o Cuyaba foi feita pelo Capitan Mor Diogo Jose Pereira, como tambem a informacao da nova derota p.a o Gran Para com canoas do Cuyaba subindo o mesmo Rio e buscando outra vertentes no Rio Preto ate dar na primera derota de Joao de Souza de Azevedo; o curso do Rio das Amazonas ate o Gran Para he copia da navegacao de Mon. e de La Condamine ao qual se deve todo o credito; A derota do pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canoes chamados guarupes ate o Gran Para, he informacao do Capitan Francisco de Almeida descubridor das minas das Arayas, q. fez tal viagem; o mais he por outras informacoens e o mais interior nao se sabe ainda, senao muito confusamente; mas o q. pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hu a mappa em ponto mayor e com mayor individuacao o q. farei tambem se, como supponho, me vier a ordem p.a a abertura do novo caminho desta Villa Boa a cidade de S. Paulo e Vila de Santos, e nisto e naqueles se me devem perdoar os erros, porq. nao sao partos da minha presuncao, mas sim[abortos?]da minha obediencia sumitiva a V.E q. Deos guarde muytos annos.

VillaBoa de Goyas 6 de Abril de 1751 De V.Ex. ao mais humilde Venerador e Criado  
Francisco Tosi Colombina

Extraído de: VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília. 2015.

**ANEXO F**  
**LEITURA PALEOGRÁFICA DO MAPA DE ÂNGELO DOS SANTOS**  
**CARDOSO (FIGURAS 03 e 04)**

**LEITURA PALEOGRÁFICA DO MAPA DOS GOYASES, DE 1749 – 1750,  
ATRIBUIDO A ÂNGELO DOS SANTOS CARDOSO, 1750**

Legenda<sup>6</sup>:

- 1 Sanctos;
- 2 S.Vicente;
- 3 Fortaleza da Barra Grande;
- 4 Forte da Bertioga;
- 5 Conceicao;
- 6 Iguape;
- 7 Cananea;
- 8 S. Paulo;
- 9 Parnayba;
- 10 Ytu;
- 11 Araraytaguaba;
- 12 Sorocaba;
- 13 Jundiay;
- 14 Mogy;
- 15 Arrayal dos Bororos;
- Governados p.lo Cor.el An.to Pires de Campos;
- 16 Sancta Cruz;
- 17 S. Luzia;
- 18 Meya Ponte;
- 19 Jaragua;
- 20 Ouro Fino;
- 21 Ferreiro;
- 22 Villa boa;
- 23 Barra;
- 24 Anta;
- 25 Pilloens;
- 26 Crixá;
- 27 Guarinos;
- 28 Pillar, ou Papoam;
- 29 Ahoa quente;
- 30 Trayras;
- 31 S. Jose;
- 32 S. Rita;
- 33 Moquem;
- 34 Chapada de S. Goncalo;
- 35 Morinhos ou Amaro Leite;
- 36 Corriola;
- 37 Carlos Marinho ou S. Felix;
- 38 Chapada de S. Felix ou de Carlos Marinho;
- 39 Cavalgante;
- 40 Parana, ou Itiquira;
- 41 Arayas;
- 42 Barra da Palma ou [terras novas];
- 43 Duro;

---

<sup>6</sup> Os nomes dos Julgados foram digitados tais como figuram nos mapas que constam nas figuras 03 e 04 desta tese.

44 Nativid.e;  
45 Pontal;  
46 Descuberto do Carmo;  
47 Missao dos P.P da Comp.a;

Extraído de: VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília. 2015.